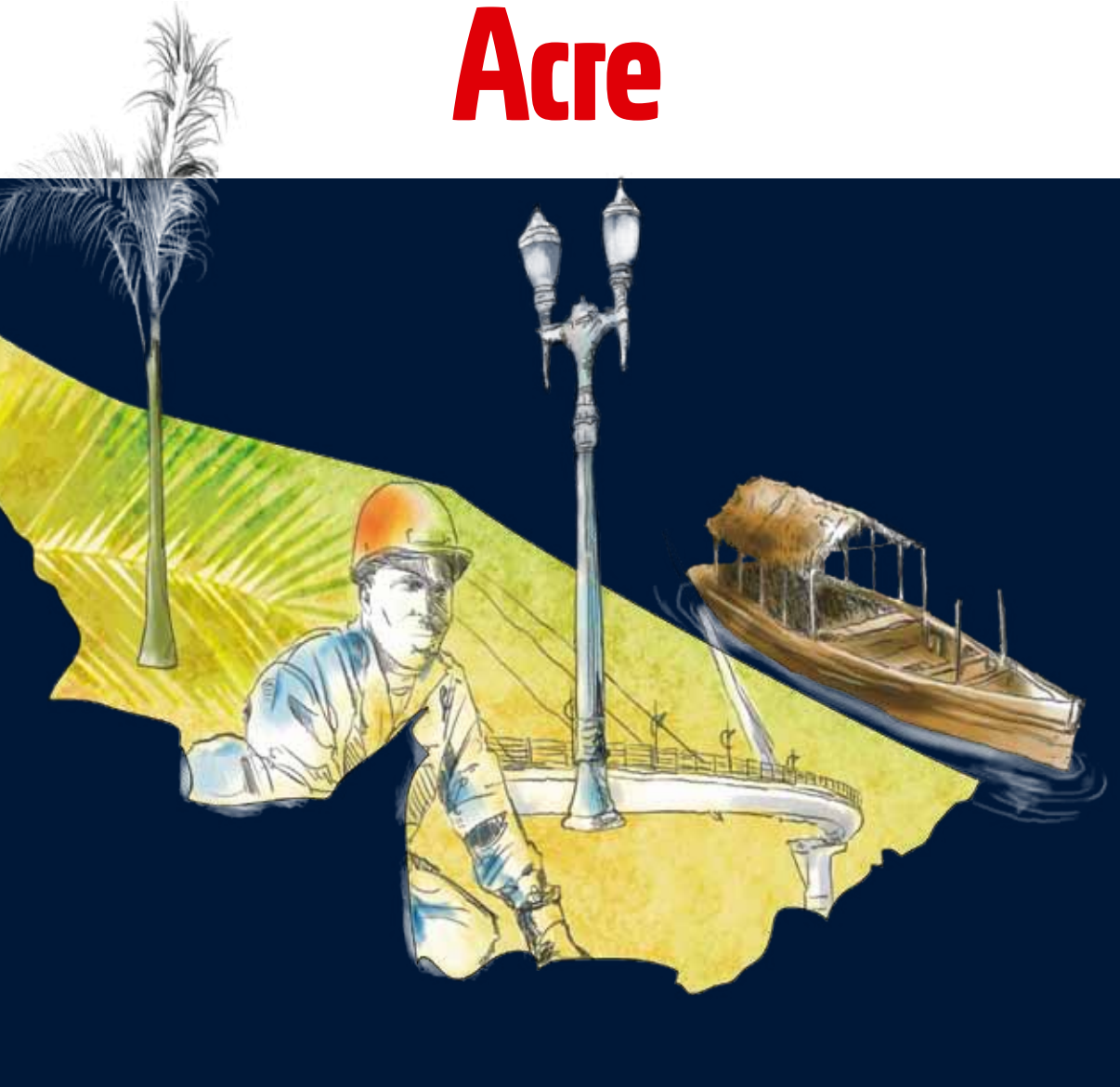


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Acre



JOSÉ FERNANDES DO RÊGO
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Acre

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira

Coordenador: José Fernandes do Rêgo

Colaboradores: Claudia Lima Saldanha, Cristian Dourado Paiva Casas, Eufra Ferreira do Amaral, Flora Valladares Coelho, Francisco Nepomuceno, Francisco Pereira de Souza, José de Anchieta Batista, Laís Medeiros de Araújo, Leonardo Cunha de Brito, Leonardo Neder de Faro, Magaly Medeiros, Orlando Sabino da Costa Filho, Raquel Meireles Silva, Rennan Biths de Lima Lima, Sílvia Emília Amaral de Souza

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A187 Acre 2000-2013 / José Fernandes do Rêgo, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
143 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-246-3

1. Acre - Política. 2. Acre - Economia. 3. Acre - Investimentos públicos.
4. Acre - Aspectos sociais. 5. Acre - Administração pública. I. Rêgo, José Fernandes do. II. Série.

CDU 32(811.2)
CDD 320.981

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 11 ECONOMIA DE ESTADO
- 23 SITUAÇÃO SOCIAL
- 39 INFRAESTRUTURA
- 59 ESTRUTURA PRODUTIVA
- 67 DEMOGRAFIA
- 85 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
- 101 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 113 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)
- 117 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 133 POLÍTICA
- 141 CONCLUSÃO

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

ACRE 2000-2013

JOSÉ FERNANDES DO RÊGO
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O projeto político do Acre tem como razão e fundamento o desenvolvimento para criar riqueza com garantia dos direitos sociais, identidade cultural e proteção ao meio ambiente, tendo a democracia, a liberdade e a ética como valores universais. O Estado atua como regulador, indutor da economia e provedor de políticas sociais com o propósito de emancipação social da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

Crescimento econômico, inclusão social, redução das desigualdades, liberdades democráticas, legitimidade, cidadania, direitos humanos, fortalecimento da cultura própria e responsabilidade ambiental são ideais e objetivos que resumem o propósito de desenvolvimento não predatório e orientaram, nos últimos quatorze anos, a trajetória política do projeto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado do Acre.

O maior desafio do projeto político do Acre é dar consequência aos princípios, valores, intenções, propósitos e sonhos, identificar e aproveitar as oportunidades, enfrentar e vencer os desafios, exigindo para tal, mudanças no pensamento e na ação.

A transformação de estruturas arcaicas, ineficazes, destituídas de efetividade e predatórias da base de recursos, firmemente enraizadas, não resulta da improvisação nem dos mecanismos automáticos de mercado. É preciso planejamento e ação resoluta do Estado, sem prescindir do relevante papel da esfera privada como elemento orgânico de uma economia de mercado.

O planejamento é uma tomada de decisão em relação ao futuro. É proje-

tar-se para o futuro: a oportunidade de o homem, a mulher, os grupos sociais e a sociedade terem o domínio do seu destino, da sua história.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no Acre desde 1999, em aliança com um arco de partidos chamado Frente Popular do Acre, tem se pautado pela racionalização e modernização da gestão, por meio do planejamento e da participação ativa da sociedade civil.

Com este propósito, buscaram-se informações e conhecimento para formular os planos de governo que foram aprofundando a participação social nos sucessivos mandatos, em especial no período 2011-2014, cujo diálogo com as comunidades incluiu 7,4 mil lideranças representativas de setores organizados da sociedade civil em todos os municípios do estado.

Este estudo sobre a situação socioeconômica, ambiental e política do Acre aborda a demografia, economia, infraestrutura, serviços sociais básicos, desenvolvimento social, sustentabilidade, além de outras políticas públicas. Faz a análise da situação atual do estado, tendo como referência os principais indicadores econômicos, sociais e ambientais, a experiência e o legado dos quatorze anos de governo do Partido dos Trabalhadores, em aliança com as forças políticas, alinhadas com o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre. São parte dessa reflexão as transformações, realizadas na formação social, as relações de forças sociais e os enfrentamentos políticos-eleitorais.

Tratando-se de um estado governado pelo Partido dos Trabalhadores, é indispensável, em conformidade com os objetivos do estudo, um relato resumido da estratégia, dos resultados de governo e das oportunidades e avanços. Por isso, também são abordados as perspectivas, os desafios e os elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento do Acre.

ECONOMIA

FINANÇAS PÚBLICAS

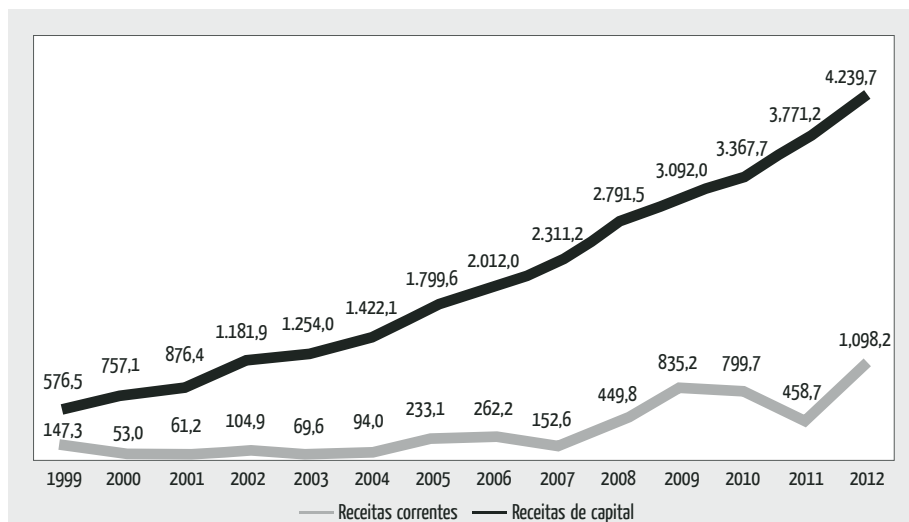
O atual estágio de desenvolvimento econômico e social só foi possível graças a organização das finanças públicas, iniciada em 1999 com a ascensão da Frente Popular do Acre ao governo. A busca pelo equilíbrio fiscal e financeiro, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle das contas públicas foram fundamentais para acessar os recursos financeiros necessários ao financiamento deste desenvolvimento.

O Gráfico 1 demonstra o comportamento das receitas correntes e de capital, que, juntas, saíram de pouco mais de R\$ 720 milhões, em 1999, para mais de R\$ 5,39 bilhões em 2012, um crescimento de mais de sete vezes em pouco mais de treze anos. Como se destaca em seguida, a organização das finanças credenciaram o estado para conseguir financiamentos externos, via convênios e operações de crédito.

Mais de 90% das receitas correntes são constituídas pelas transferências, cujo principal componente é o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e pelas receitas tributárias, que têm como principal componente o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e Comunicações (ICMS). O Gráfico 2 detalha a participação desses dois componentes no total da receita corrente e demonstra um paulatino crescimento das receitas tributárias, que representava pouco mais de 14% em 1999 e, em 2012, já representava mais de 22%.

Gráfico 1

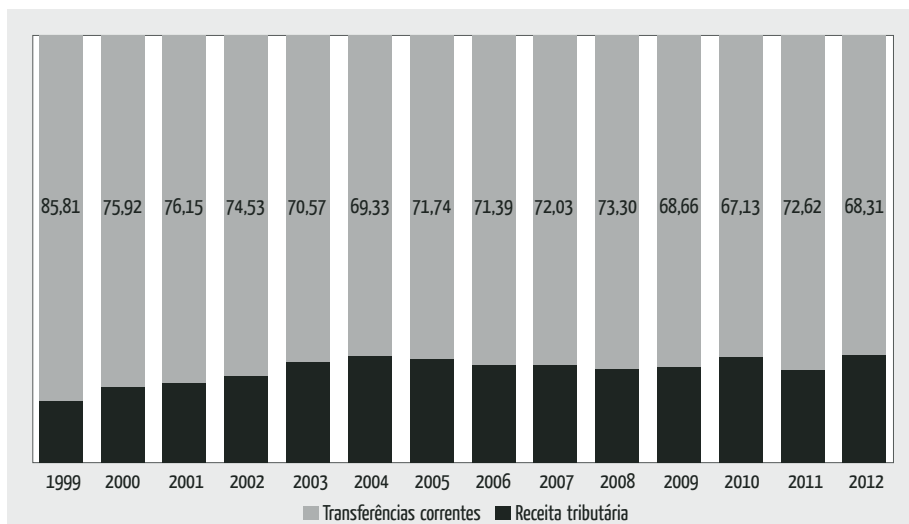
Acre – Evolução das receitas correntes e de capital (em R\$ milhões)
1999-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 2

Acre – Participação da receita tributária e das transferências nas receitas correntes (em %)
1999-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

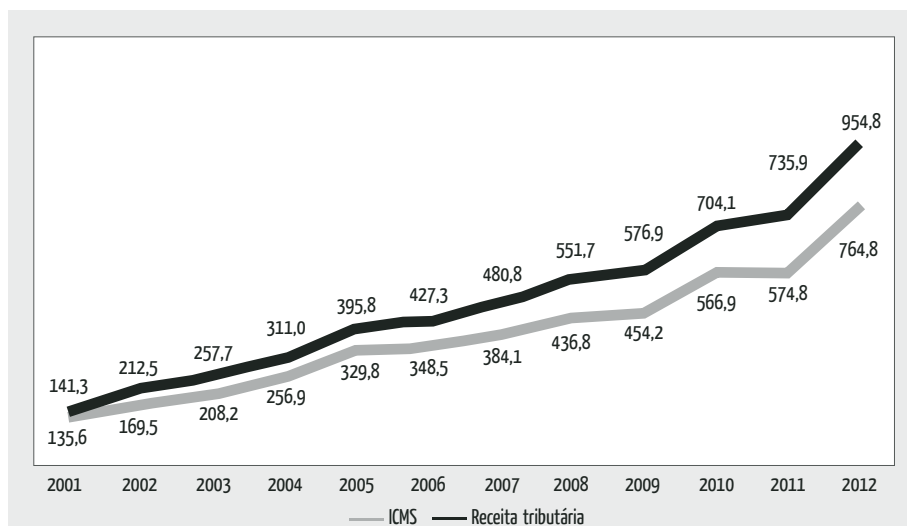
Inovações empreendidas no modelo de cobrança do ICMS em 1999 e uma maior organização e investimento em recursos humanos e equipamentos, além do dinamismo econômico obtido com as altas taxas de investimentos públicos, foram responsáveis pelo seu expressivo crescimento nos últimos treze anos. O Gráfico 3 revela o desempenho da receita tributária, com destaque para o ICMS no período 2001-2012. A receita de tributos cresceu 649% no período, puxada pelo ICMS (564%) e pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que cresceu mais de 712% no período.

Em 1999, o ICMS representava 91,79% da receita tributária. Em 2012, ele continuou com maior participação, porém com perda relativa, representando somente 81%, sendo seguido pelo Imposto de Renda (15,21%) e o IPVA (4,19%). É importante observar que o crescimento da arrecadação do ICMS e do IPVA representa também o aumento, na mesma proporção, nas transferências constitucionais aos municípios, que passaram a contar com importante incremento em suas receitas. Em 1999, as transferências aos municípios foram pouco menos que R\$ 22 milhões. Em 2012, treze anos depois, este valor subiu para mais de R\$ 224,7 milhões, um aumento de 1.025%.

Quando analisamos o desempenho do ICMS e do FPE para o período 1999-2012, as duas maiores fontes de receitas do estado, apresentadas no

Gráfico 3

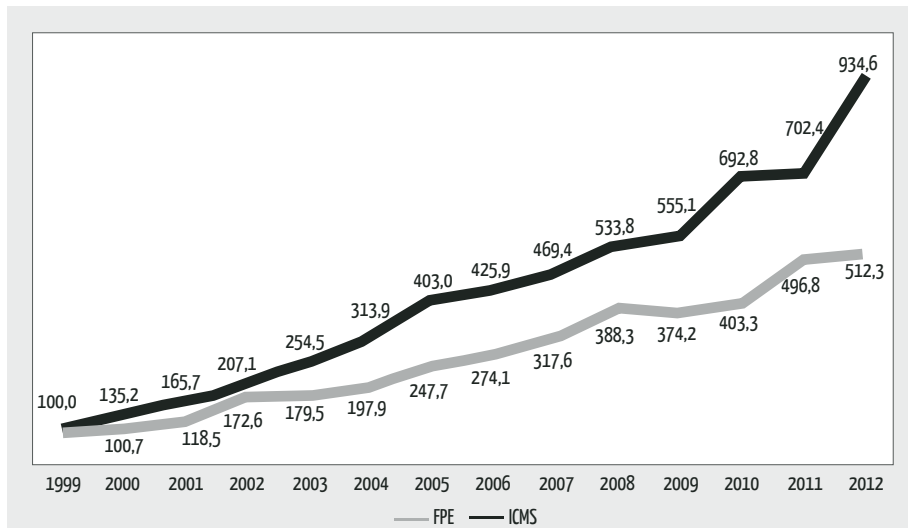
Acre – Evolução das receita tributária e do ICMS (em R\$ milhões)
2001-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 4

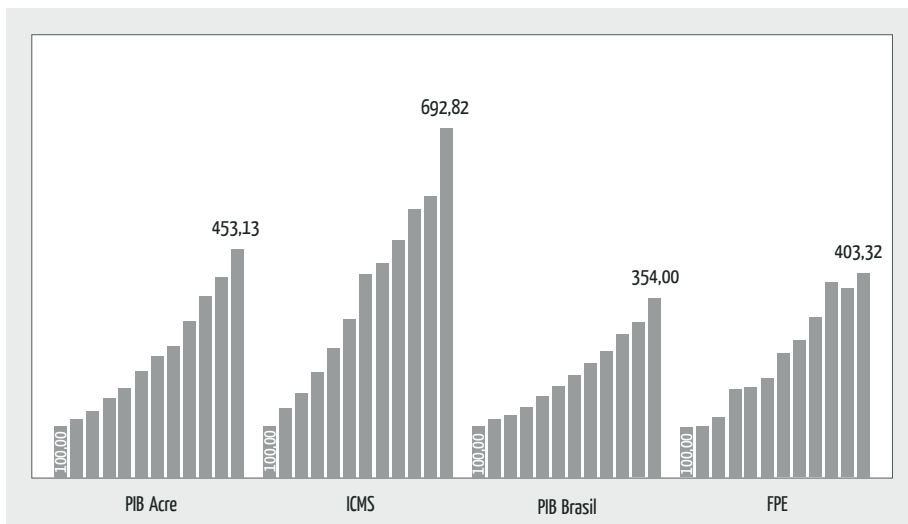
Acre – Crescimento percentual do ICMS e do FPE (base: 1999 = 100)
1999-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 5

Acre e Brasil – Evolução do PIB, da arrecadação do ICMS e da transferência do FPE (em%; base: 1999 = 100)
1999-2010



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

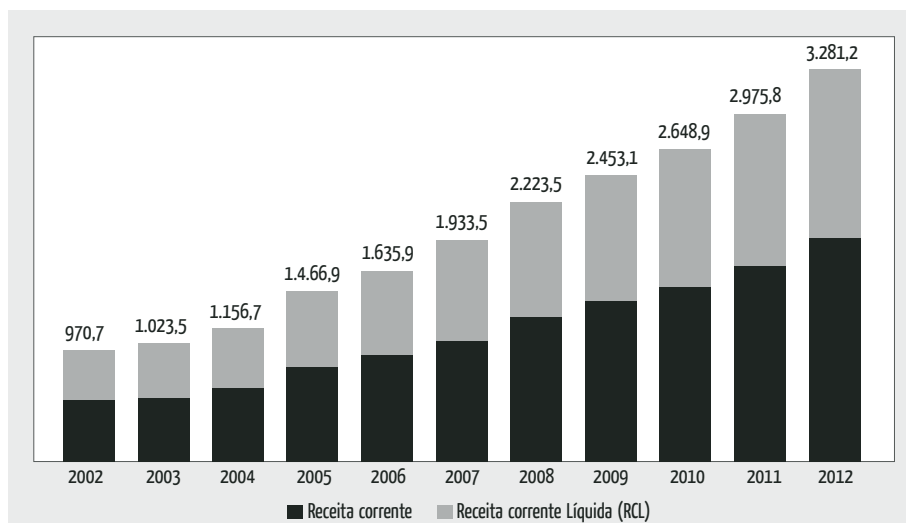
Gráfico 4, verifica-se uma expansão bem superior para o tributo estadual em detrimento da transferência federal. O valor do ICMS arrecadado cresceu no período mais de 934%, contra um pouco mais de 512% para o FPE.

Um dado importante a ser destacado é que, no período 1999-2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do Acre cresceu 4,5 vezes, e a arrecadação do ICMS 6,9 vezes. Para o mesmo período, o PIB do Brasil cresceu 3,5 vezes, e as transferências de repasse de FPE 4 vezes. Esses números, apresentados no gráfico 5, demonstram um desempenho relativo no estado, traduzido por um maior crescimento de seu PIB que o nacional, refletindo no crescimento da arrecadação de impostos.

Um conceito bastante utilizado e fundamental dentro da Lei das Responsabilidades Fiscais (LRF) é o da Receita Corrente Líquida (RCL), que representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos municípios; e consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei, incluindo o gasto estadual com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006 e regulamentado em 2007.

Gráfico 6

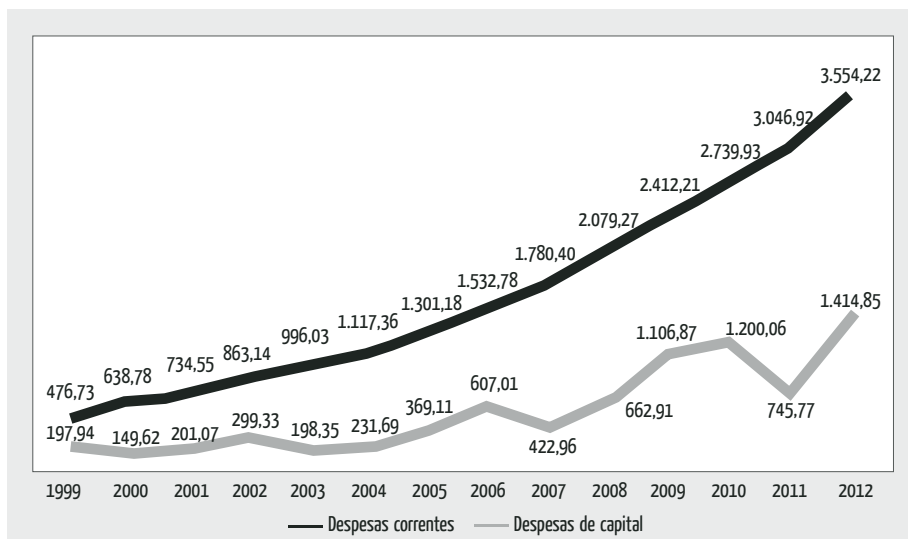
Acre – Evolução da Receita Corrente e Receita Corrente Líquida (RCL) (em R\$ milhões)
2002-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 7

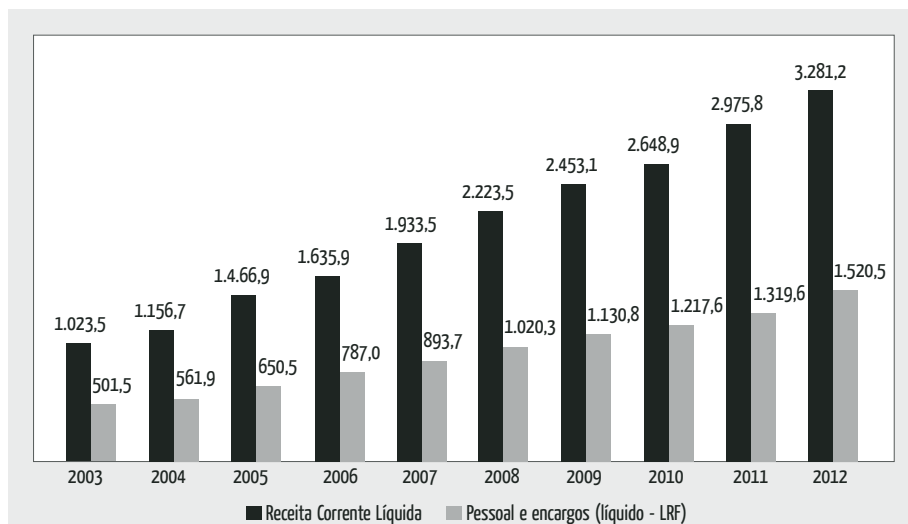
Acre – Evolução das despesas (em R\$ milhões)
1999-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 8

Acre – Evolução da Receita Corrente Líquida e do gasto líquido com pessoal
2003-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

De 2002 até 2007, a RCL representava, em média, 81,9% do total da receita corrente. No período seguinte (2008 a 2012), esta média caiu para 78,6%, e no ano de 2012 já representou somente 76,4%. O Gráfico 6 retrata esta relação, ano a ano.

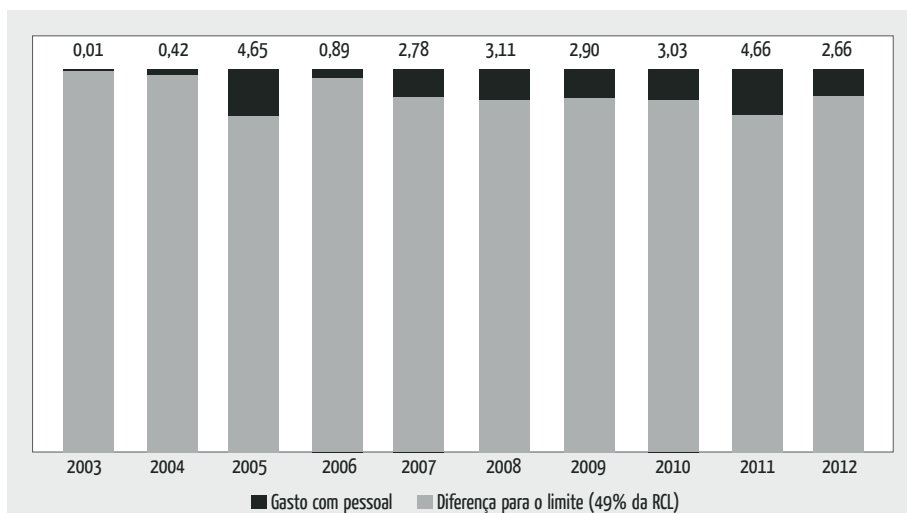
Em relação às despesas, o Gráfico 7 reflete os valores entre as correntes e de capital no período de 1999 a 2012. Destaque para a evolução das despesas de capital, que, apesar de apresentar um crescimento oscilante, chega ao final do período analisado com um incremento de mais de 700% em relação a 1999, refletindo uma preocupação do governo em procurar fontes de investimentos para dinamizar a economia estadual.

A LRF estabelece os limites para gasto com pessoal. Na esfera estadual, os limites máximos para gastos com pessoal é 60% da RCL, sendo: 3% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, 6% para o Poder Judiciário, 2% para o Ministério Público e 49% para o Poder Executivo. O Gráfico 8 demonstra a evolução do gasto do pessoal do Executivo a partir de 2002. A preocupação governamental foi sempre manter o nível real dos salários pagos aos seus servidores, conforme pode ser constatado nas tendências de crescimento das duas variáveis analisadas.

Observa-se, no Gráfico 9, que no período analisado o estado sempre esteve dentro dos limites estabelecidos e, com prudência, sempre transfe-

Gráfico 9

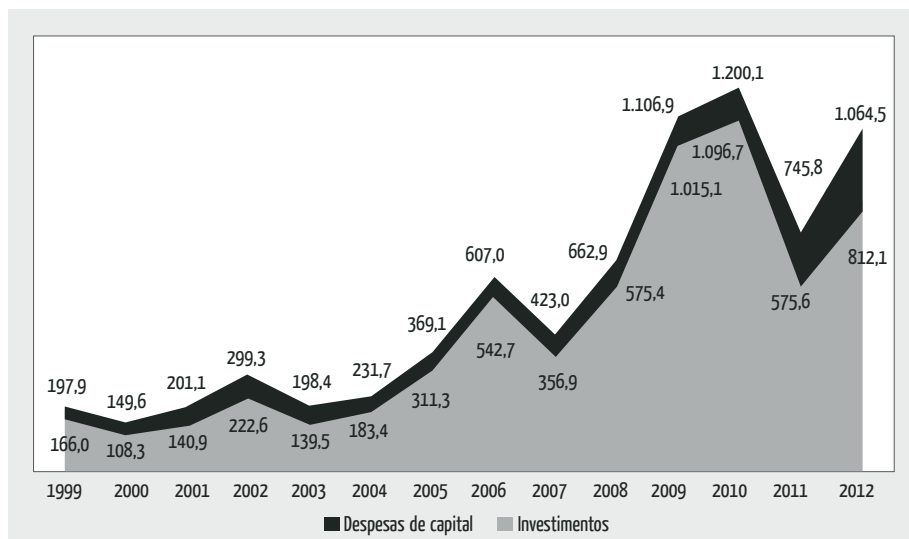
Acre – Gasto percentual de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida 2003-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 10

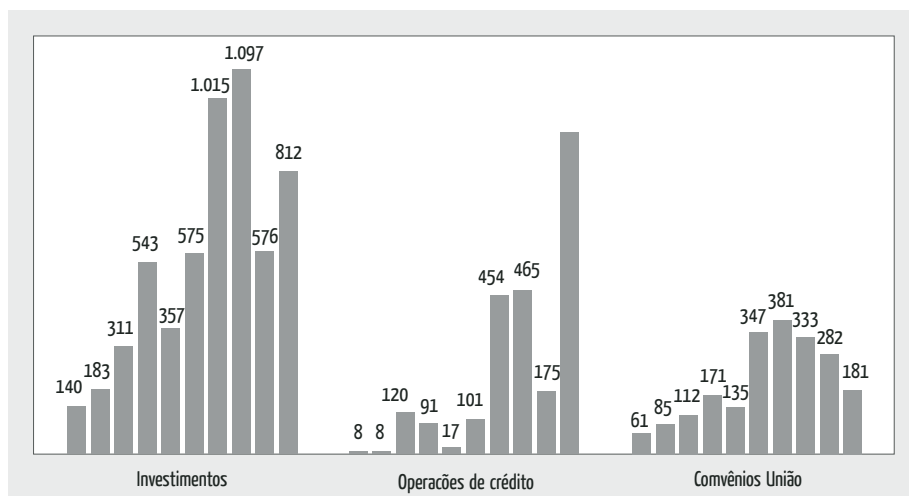
Acre – Evolução das receitas de capital e dos investimentos (em R\$ milhões)
1999-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 11

Acre e Brasil – Evolução dos gastos com investimento e receitas oriundas de operações de crédito e de convênios (Despesas de Capital) (em R\$ milhões)
2003-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

rindo parte do crescimento de suas receitas para os salários do conjunto do funcionalismo público, que, dada a sua alta representatividade na população econômica ativa, significa um estímulo ao crescimento da renda estadual via aumento do consumo.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Os convênios, principalmente com a União, e as operações de crédito com instituições financiadoras nacionais e internacionais foram as duas principais fontes de financiamento dos investimentos no governo da frente popular do Acre. O rigor no cumprimento da LRF e um projeto de desenvolvimento sustentável, com proposta de gerar emprego e renda respeitando o meio ambiente, foram os principais instrumentos utilizados para alavancar os recursos.

O Gráfico 10 retrata a evolução das receitas de capital e dos investimentos realizados no estado no período 1999-2012. Nota-se claramente um crescimento vertiginoso a partir de 2005, quando os investimentos alcançaram mais de R\$ 311 milhões. De 2005 até 2012, a soma de investimento já é de mais de R\$ 5,285 bilhões.

Como dito anteriormente, as fontes dos investimentos foram oriundas, principalmente, das operações de crédito e dos convênios com a União. Quase R\$ 4,5 bilhões foram liberados por estas duas fontes no período 2003-2012, conforme demonstrado no Gráfico 11. São estes instrumentos que estão garantindo o crescimento e o desenvolvimento do estado, expressos nos valores do PIB. No período de 1999 a 2010, enquanto o PIB brasileiro cresceu ao ano, em média, 23,09% – o Nordeste, 25,71%; o Sudeste, 21,52%; o Sul, 23,32%; o Centro-Oeste, 25,05% –, a região Norte apresentou o maior crescimento (32,15%); enaltecendo que a média do Acre foi superior até mesmo a da região Norte, alcançando 32,19%.

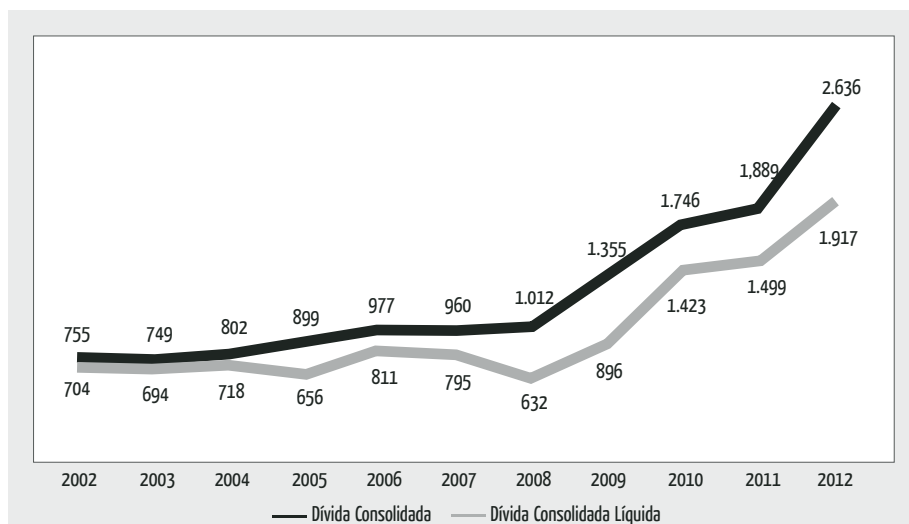
A previsão dos investimentos para 2014 indicam um aporte de recursos na ordem de R\$ 1,319 bilhão, sendo: R\$ 672,5 milhões oriundos de convênios com a União, e R\$ 647,812 milhões oriundos de operações de crédito.

ENDIVIDAMENTO

O aumento nos níveis de investimento, parte dele financiado com operações de crédito, foi realizado dentro da mais alta responsabilidade e rigor técnico, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente. O Gráfico 12 retrata a evolução do endividamento, para o período 2002-2012, expressa na dívida consolidada e na dívida consolidada líquida, cujos con-

Gráfico 12

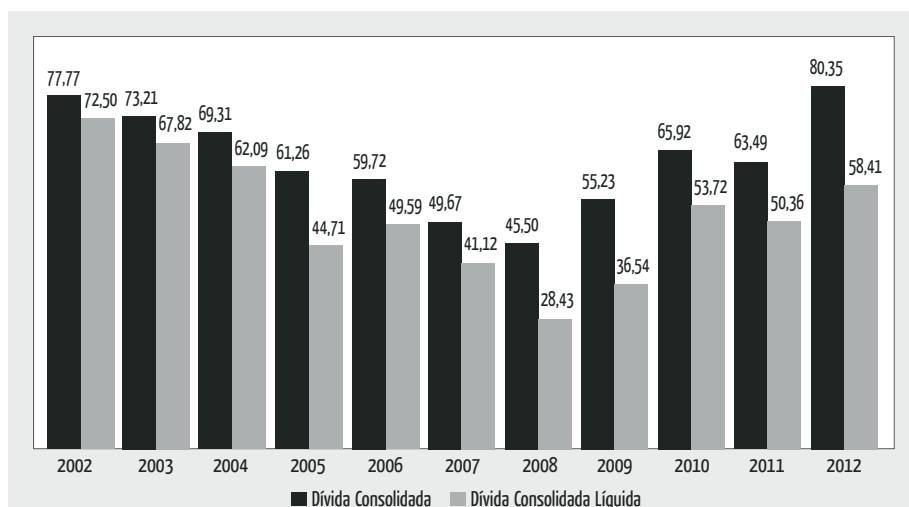
Acre – Evolução da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida (em R\$ milhões)
2002-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 13

Acre – Participação da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %)
2002-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

ceitos são definidos do seguinte modo pela legislação: a dívida consolidada compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF; a dívida consolidada líquida corresponde ao endividamento utilizado na apuração dos limites e é obtida deduzindo-se da dívida consolidada os valores do ativo disponível e haveres financeiros líquidos dos valores inscritos em restos a pagar processados.

Praticamente estável no período até 2007, ela apresenta uma razoável elevação a partir de 2013. Dos valores apresentados para 2012, cerca de 90% referem-se à dívida interna, e o restante (10%) à dívida externa, indexadas ao câmbio.

Da dívida interna, o governo federal é o maior credor, seja através do seu principal agente financeiro, o Banco do Brasil, seja com seus bancos de fomento financeiro, como a Caixa Econômica Federal (CEF) ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A dívida externa compõe-se de contratos de financiamento com organismos internacionais, destacando-se o empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, e o Banco Internacional para Construção e Desenvolvimento (Bird), destinado ao Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (Proacre).

O Gráfico 13 demonstra qual a participação das dívidas dentro da Receita Corrente Líquida (RCL), indicador importante porque existe um limite definido por resolução do Senado Federal, nº 40/2001, que estabelece este limite até um valor que não ultrapasse 200% da RCL.

Pode-se observar que, em todo o período analisado, à exceção de 2002, a dívida consolidada líquida nunca ultrapassou mais que 70% da RCL, dos 200% permitidos pela legislação, o que demonstra claramente o rigor fiscal em que as operações são realizadas.

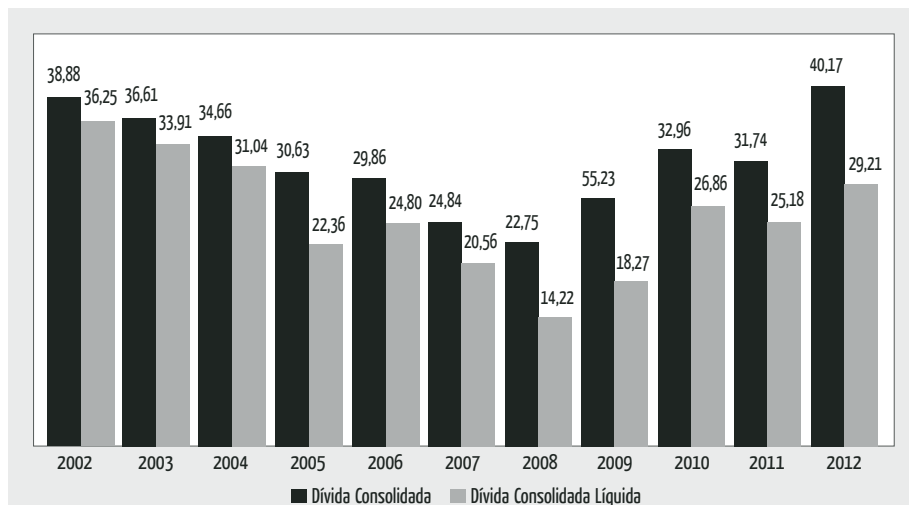
O Gráfico 14 revela, para cada ano analisado, o quanto atingiu a dívida, dentro do limite estabelecido pela legislação do Senado, demonstrando que, por esse parâmetro, o estado possui ainda uma ampla capacidade de endividamento.

O Gráfico 15 demonstra o balanço dos pagamentos, para o período 2003-2012, do que é pago com juros, encargos e amortizações da dívida, e recebimentos de recursos oriundos das operações de crédito.

Gráfico 14

Acre – Participação da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida em relação ao limite estabelecido pelo Senado Federal - 200% da RCL (em %)

2002-2012

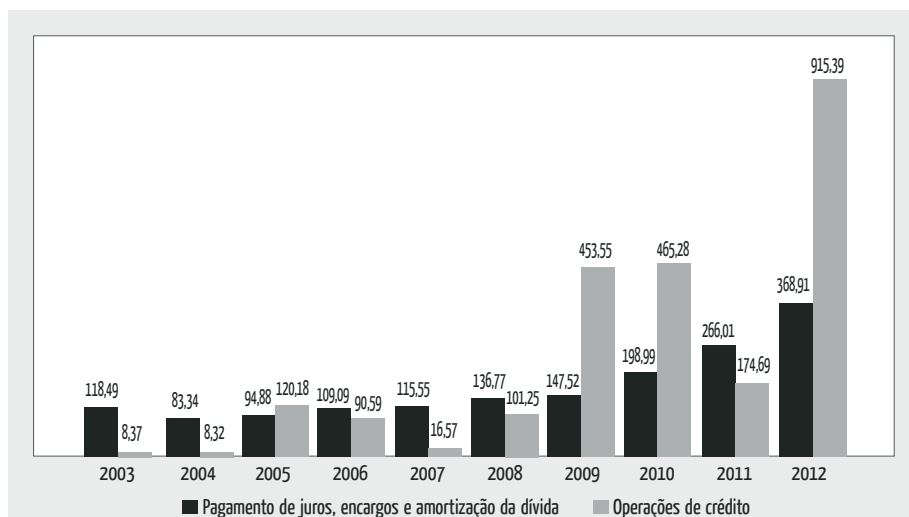


Fontes: STN e SEFAZ/AC.

Gráfico 15

Acre – Evolução do pagamento de juros, encargos e amortização da dívida e recebimento de operações de crédito (em R\$ milhões)

2003-2012



Fontes: STN e SEFAZ/AC.

SITUAÇÃO SOCIAL

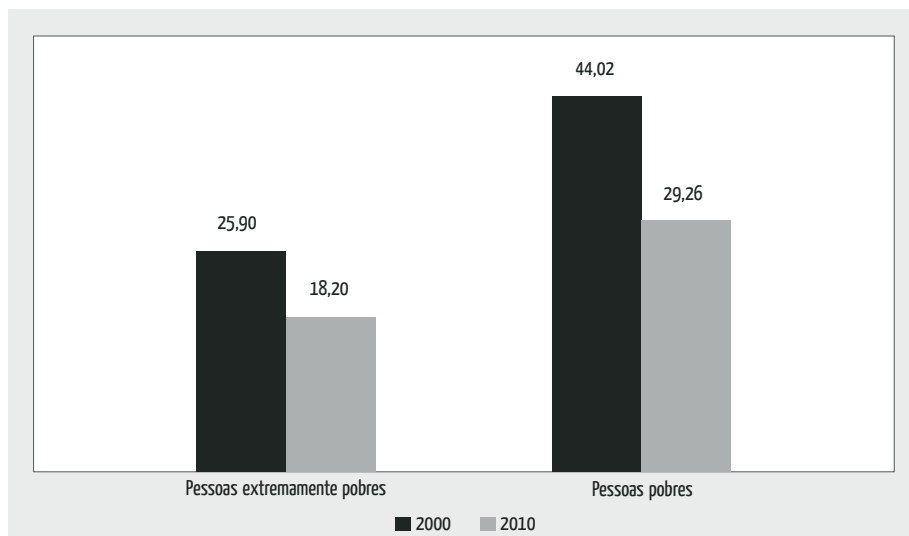
POBREZA E EXTREMA POBREZA

A melhoria da qualidade de vida, a ascensão social, a garantia dos direitos fundamentais e o combate à pobreza são bandeiras de luta do projeto de Desenvolvimento Sustentável do estado. Os resultados desse compromisso mostram que, em dez anos, o Acre conseguiu tirar 113 mil pessoas da condição de pobreza e 57 mil da extrema pobreza.

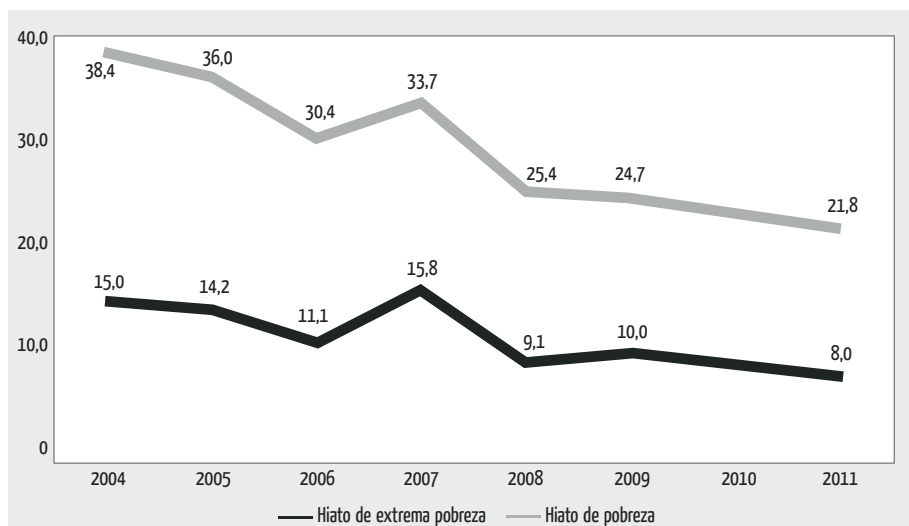
O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) estabelece como critério de extrema pobreza o rendimento familiar *per capita* de até R\$ 70 mensais. Dessa forma, conforme ilustra o Gráfico 16, no ano de 2000 essa condição social era a realidade de 25,9% da população acreana. Em 2010, o percentual de acreanos que viviam na situação de pobreza extrema reduziu para 18,2%, que representa 133.410 pessoas.

Observe-se ainda, no Gráfico 16, que o percentual de pessoas em situação de pobreza também apresentou um decréscimo no mesmo período. De acordo com o critério de renda utilizado pelo MDS, a pobreza é caracterizada pelo rendimento familiar *per capita* de até R\$ 140 mensais. No período compreendido entre os anos de 2000 e 2010, esse indicador apresentou uma variação negativa de 14,56 p.p. Apesar dos avanços observados na redução da pobreza no Acre, segundo o Censo 2010, esta ainda é a realidade de 216 mil acreanos.

Além da redução da proporção de pessoas que vivem privadas das condições mínimas de bem-estar, o resultado das políticas sociais no Acre também pode ser verificado no comportamento do hiato da pobreza e da extrema po-

Gráfico 16**Acre – Pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (em %)**
2000 e 2010

Fonte: IBGE.

Gráfico 17**Acre – Hiato da pobreza e da extrema pobreza (em R\$)**
2004-2011

Fonte: PNAD/IBGE.

breza, conforme ilustra o Gráfico 17. Esses indicadores mensuram a diferença entre a renda domiciliar *per capita* média e o valor da renda que determina a condição de pobreza e extrema pobreza.

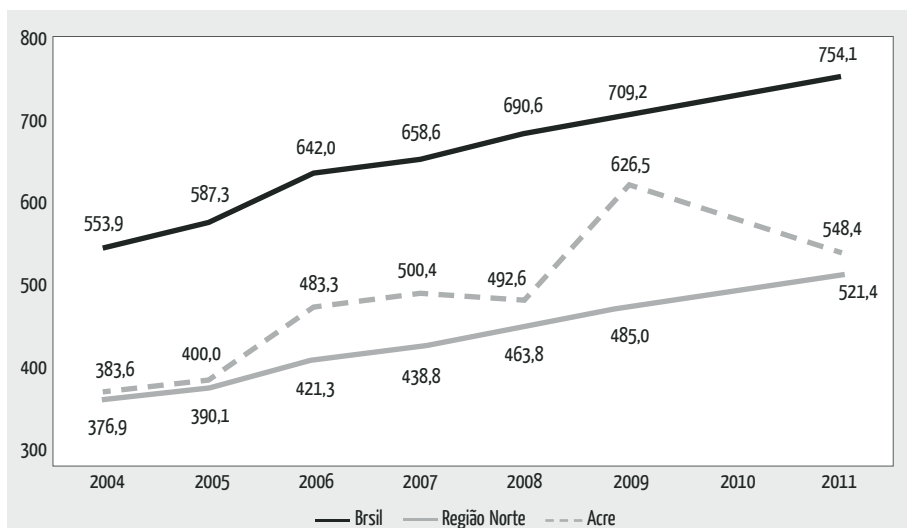
Em 2004, observa-se que, em média, era necessário um incremento de R\$ 38,40 no valor da renda domiciliar *per capita* das famílias em situação de pobreza a fim de que elas atingissem o valor de R\$ 140. Em 2011, o acréscimo necessário para atingir o mesmo resultado seria de R\$ 21,80. Assim, nota-se que a diferença entre a renda domiciliar *per capita* média dos pobres e a linha da pobreza apresentou uma redução de 43,2%.

Quanto ao hiato da extrema pobreza, observa-se que, em 2004, a diferença entre a renda domiciliar *per capita* média e o valor de R\$ 70, que define a linha da extrema pobreza, era de R\$ 15, enquanto que, em 2011, o valor dessa diferença se reduziu para R\$ 8. Esse comportamento mostra que o hiato da extrema pobreza apresentou nesse período uma variação negativa de 46,7%.

O comportamento do valor médio da renda domiciliar *per capita*, ilustrado no Gráfico 18, corrobora o processo de ascensão social vivenciada pelas famílias acreanas. Apesar do declínio entre 2009 e 2011, observa-se que, no período analisado pela figura, o Acre apresentou um crescimento relativo de 43% nesse indicador, o que equivale a uma variação anual de 7,2%.

Gráfico 18

Brasil, região Norte e Acre – Média da renda domiciliar *per capita* (em R\$)
2004-2011



Fonte: PNAD/IBGE.

O Brasil, por sua vez, entre 2004 e 2011, apresentou um crescimento médio da renda domiciliar *per capita* de 36,1%. Essa variação no período equivale a uma taxa de 6% ao ano. Ao analisar o comportamento desse indicador na região Norte, nota-se um aumento de 38,3% no acumulado da série, ao ano, representando uma taxa de 6,4% ao ano.

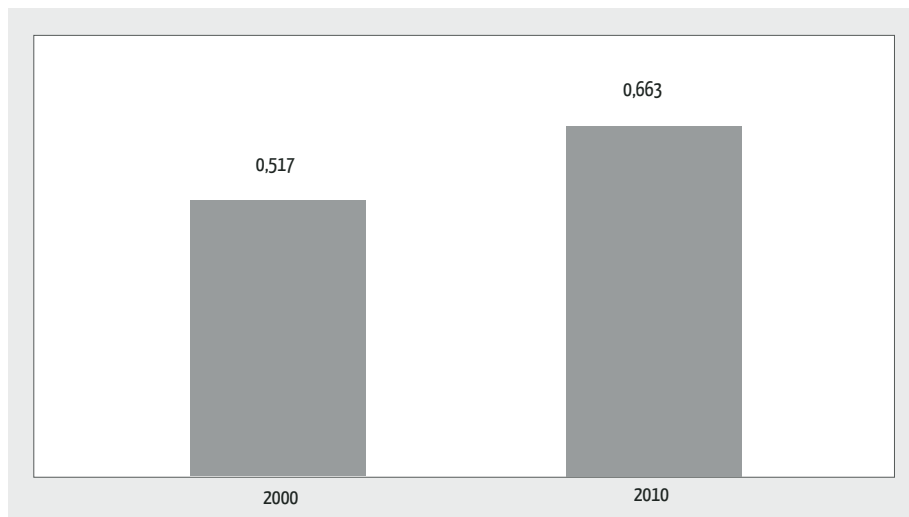
Outro indicador que mostra a melhoria da situação social da população acreana é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem o objetivo de ampliar, para além da renda, o conceito de desenvolvimento, incorporando aspectos de educação e saúde.

O Gráfico 19 mostra o desempenho do estado quanto ao IDH nos anos 2000 e 2010. Nesse período, o IDH variou de 0,517 para 0,663 – um crescimento percentual de 28,24%. De acordo com a classificação estabelecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2000 o nível de desenvolvimento humano do Acre era “baixo” (entre 0,500 e 0,599); em 2010 esse conceito avançou para “médio” (entre 0,600 e 0,699).

O cálculo do IDH equaciona três subíndices que estão relacionados às dimensões educação, longevidade e renda. A análise individual desses índices de dimensão mostra que o melhor desempenho do estado é no IDH-Longevidade; em 2010 esse índice apresentou um valor de 0,777, que corresponde ao

Gráfico 19

Acre – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento 2013.

conceito de alto desenvolvimento. Os subíndices IDH-Renda e IDH-Educação obtiveram, no mesmo período, um valor equivalentes a 0,671 e 0,559, respectivamente.

DESIGUALDADE

Outro elemento relevante para caracterizar a situação social no estado é o nível de desigualdade da população. Nesse sentido, o Índice de Gini é o indicador utilizado para mensurar o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O valor desse índice varia no intervalo entre 0 e 1, sendo que o valor 0 indica que não há desigualdade, ou seja, a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor; por sua vez, o índice igual a 1 corresponde à desigualdade máxima, em que apenas um indivíduo detém toda a renda.

No Acre, em 2000, o valor do Índice de Gini era de 0,647. Em 2010, o cálculo desse indicador obteve o resultado de 0,639. Dessa forma, observa-se que, apesar dos grandes avanços no combate à pobreza e à extrema pobreza e também da melhoria da qualidade de vida, a redução da desigualdade de renda apresentou um resultado mais tímido, evidenciado por um decréscimo de apenas 1,23% no Índice de Gini.

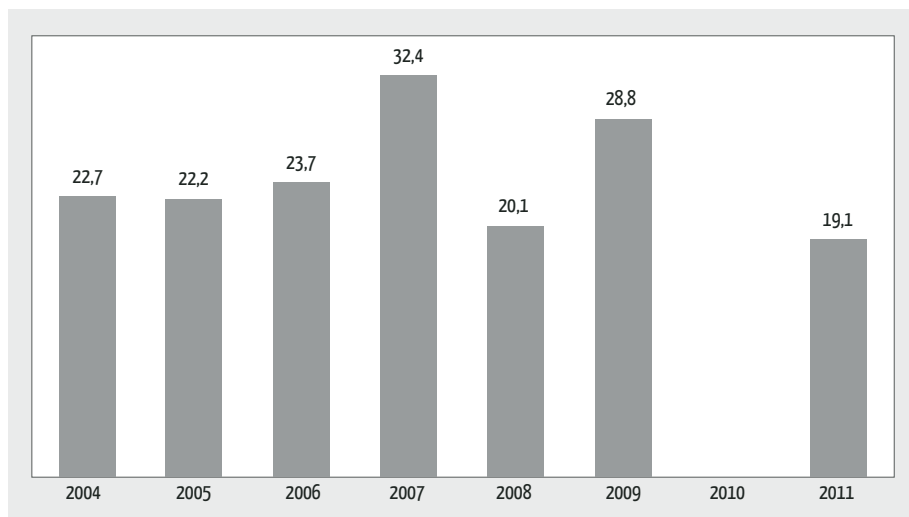
A razão de renda constitui outra importante medida para o estudo da desigualdade. Ela expressa o número de vezes que a renda do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres) na população.

Conforme se observa no Gráfico 20, no Acre, em 2004, o valor dessa razão era 22,7. Isso mostra que a renda dos 20% mais ricos era 22,7 vezes superior a renda dos 20% mais pobres. Em 2011, esse valor passou a 19,1, que representa uma variação negativa de 15,8% nesse período. O comportamento desse indicador mostra que o resultado das políticas de distribuição de renda não alcançou a mesma expressividade das políticas de combate à pobreza.

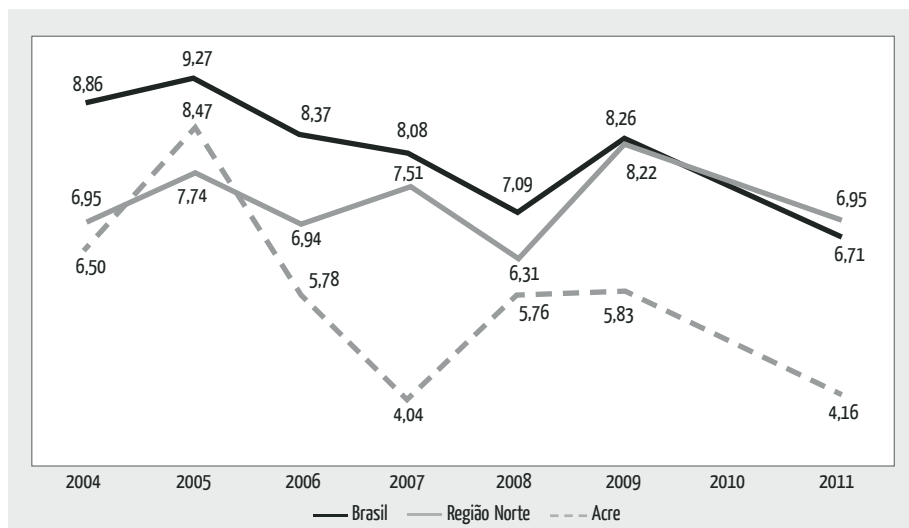
DESEMPREGO E GRAU DE FORMALIZAÇÃO

Esses importantes resultados sociais obtidos pelo Acre nos últimos 13 anos estão diretamente relacionados ao processo de expansão econômica vivenciado no estado. Os volumosos investimentos em infraestrutura, na industrialização e no fortalecimento dos setores agropecuário e florestal proporcionaram um maior dinamismo no mercado de trabalho, evidenciado pelo comportamento da taxa de desemprego.

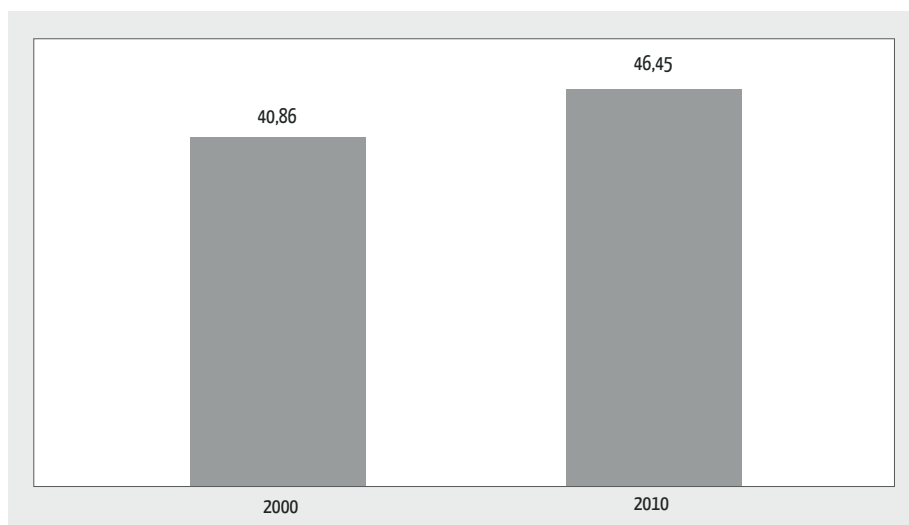
O Gráfico 21 mostra que, a partir de 2006, a taxa de desemprego no Acre esteve sempre abaixo das taxas do Brasil e da região Norte. A análise

Gráfico 20**Acre – Razão de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
2004-2011**

Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 21**Brasil, região Norte e Acre – Taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%)
2004-2011**

Fonte: PNAD/IBGE – Tabulação IETS.

Gráfico 22**Acre – Grau de formalização das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais (%)**
2000 e 2010

Fonte: PNAD/IBGE – Tabulação IETS.

de todo o período permite observar que, em 2004, o desemprego no estado atingia 6,5% da população; em 2011, esse percentual foi de 4,16%, o que representa um decréscimo de 36% na taxa de desemprego.

Além da redução do desemprego, outro fator que se deve mencionar é o grau de formalização, que indica a razão entre o número de pessoas formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas. Assim, observa-se no Gráfico 22 que o grau de formalização nas relações de trabalho no Acre apresentou um aumento de 40,86% para 46,45% no período de 2000 a 2010.

SEGURANÇA PÚBLICA

Historicamente os informativos de índices de violência resultantes de pesquisas, sejam elas globais ou locais, priorizam o acompanhamento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes como indicador universal para medir de forma regionalizada as mudanças e variações no espaço e no tempo.

Diante da precariedade e insegurança na qualidade das informações contidas em pesquisas sobre a violência em nível mundial, não é prudente, por mais que a fonte seja oficial, estabelecer posição do país no *ranking*, pois os resultados divergem e somos direcionados à incerteza. Mesmo diante da escassez de informações precisas e padronizadas, não podemos desprezar na

totalidade os resultados de um universo menor de pesquisa, por exemplo o da América do Sul.

Embora os níveis de criminalidade variem significativamente de país para país, a América do Sul continua sendo uma das regiões mais violentas do mundo, e isto devido ao reflexo da alta taxa de homicídios em países como Brasil e Colômbia.

A Tabela 1 demonstra o *ranking* da taxa de homicídios da América do Sul segundo pesquisa do Institute for Economics and Peace (IEP).

Analisar a dinâmica da violência e da criminalidade tornou-se um importante método de interpretação da complexidade desses fenômenos no Brasil, pois o conhecimento produzido a partir do acompanhamento de indicadores e suas variáveis constitui uma importante ferramenta de planejamento estratégico.

De acordo com as últimas publicações oficiais referentes à segurança pública no Brasil, ficou evidenciado, de uma forma geral, o aumento nos índices de violência e criminalidade em todas as regiões. A taxa de homicídios no país apresentou aumento de 7,8% em 2012. O Gráfico 23 demonstra a série histórica da taxa de homicídios do Brasil.

São muitas as indagações sobre as motivações para a elevação dos índices, o que torna necessário desenvolver pesquisas e estudos que possam mensurar as causas para esse efeito.

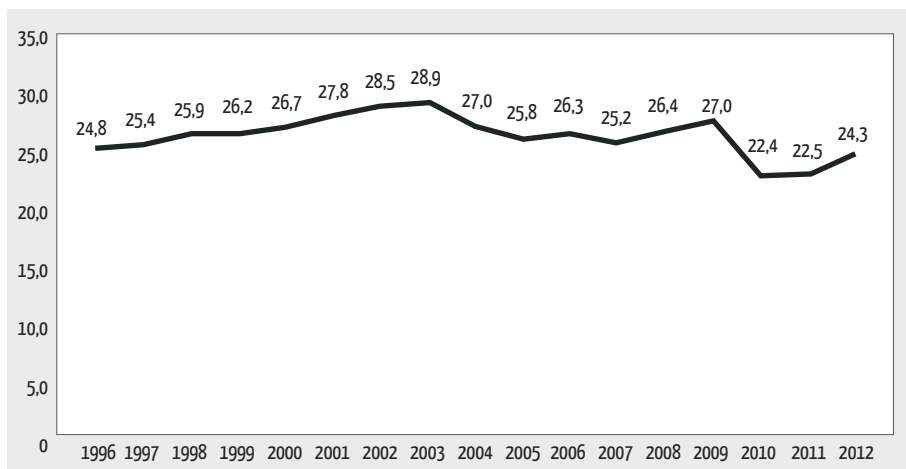
A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publica anualmente informações

Tabela 1**Ranking da América do Sul de homicídios**

País	Posição no ranking
Uruguai	1
Chile	2
Argentina	3
Guiana	4
Brazil	5
Equador	6
Paraguai	7
Bolívia	8
Perú	9
Venezuela	10
Colômbia	11

Gráfico 23

**Brasil – Série histórica da taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)
1996-2012**



Fonte: Mapa da Violência 2012 - Instituto Sangari e Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

relacionadas aos estados. Entre os técnicos em segurança pública das unidades da Federação, ficou convencionada o uso da taxa nacional publicada no referido anuário como parâmetro para medir o nível da taxa de cada estado, conforme demonstra o Gráfico 24.

Os estados brasileiros que apresentaram os maiores aumentos na taxa em 2012 foram Ceará (32%), Goiás (28,4%), Acre (24,2%) e Sergipe (18,5%) – ressalte-se aqui que a Senasp classifica os estados em grupos de qualidade da informação.

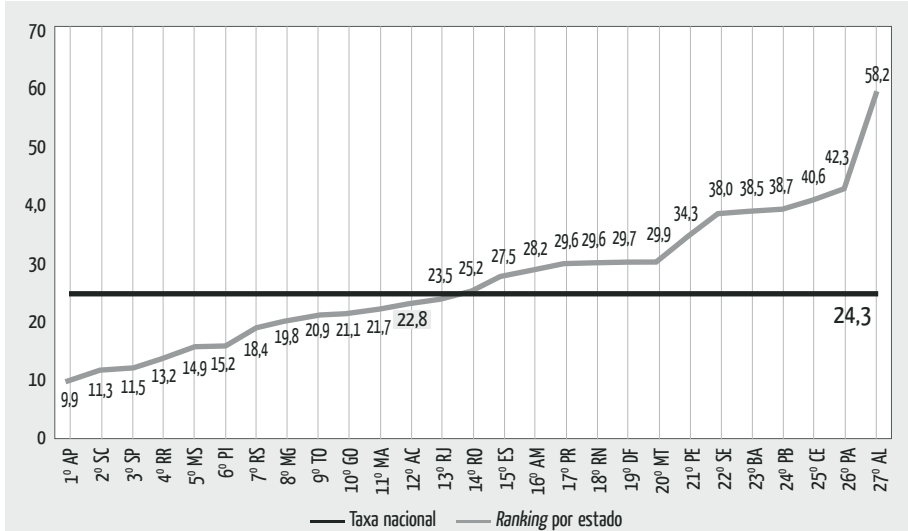
A Senasp pactuou com os estados da Federação um modelo padrão de informações geradas a partir dos registros feitos pelas instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública, com o objetivo de melhorar a qualidade dos diagnósticos regionais e, também, de aplicar os recursos mediante a verdadeira necessidade do ente federativo.

Diante dos fatos que evidenciam o aumento da violência no país, torna-se importante que o problema seja analisado por território, pois é notório que as peculiaridades regionais compõem o conjunto de fatores que devem ser observados.

Retomando como referência o indicador de homicídio, o Acre tem apresentado aumento na sua frequência absoluta e, consequentemente, na sua taxa. De forma ilustrativa, o Gráfico 25 demonstra o histórico da taxa do estado em comparação com a nacional.

Gráfico 24

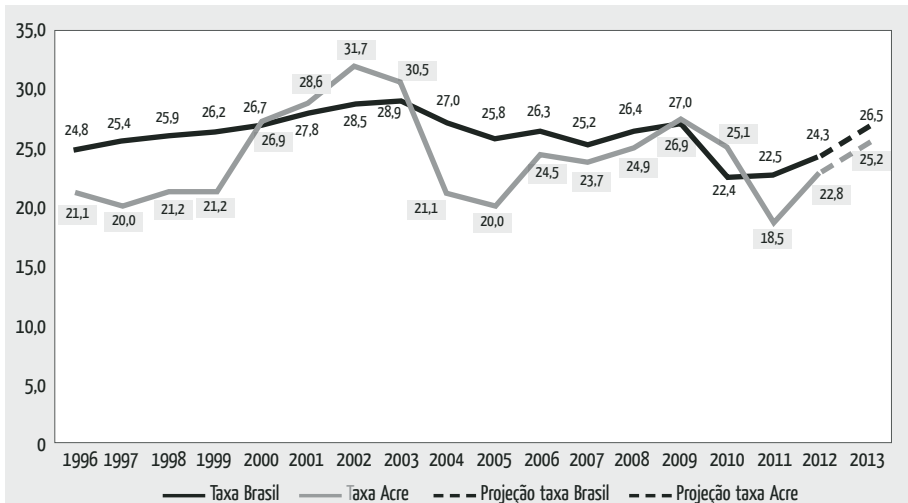
Ranking nacional da taxa de homicídios e comparativo com a taxa nacional (por 100 mil habitantes) 2012



Fonte: Anuário 2013 ano - calendário 2012 do Fórum Brasileira de Segurança.

Gráfico 25

Acre e Brasil – Comparativo da série histórica da taxa de homicídios dolosos, tendo como parâmetro a série histórica do Brasil (por 100 mil habitantes) 1996-2013



Fonte: 1996 a 2003 – Mapa da Violência 2012 / 2004 a 2013 – Núcleo de Análise Criminal da SESP.

Ficou observado na série histórica que a taxa do Acre só supera a nacional no período de 2000 a 2003 e em 2010.

De acordo com a publicação 2013 do FBSP, ano-calendário 2012, o Acre apresentou a 12^a posição no *ranking* nacional e a 4^a na região Norte, conforme demonstra a Tabela 2.

De forma resumida, na Tabela 3 observa-se o demonstrativo de informações relacionadas ao Acre extraídas do Anuário 2013 do FBSP e dos bancos de dados do núcleo de Análise Criminal da Sesp.

Tabela 2

Brasil e região Norte – Ranking da taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) 2012

UF	Ranking 2012	Região Norte	Ranking 2012
Amapá	1 ^a	Amapá	1 ^a
Santa Catarina	2 ^a	Roraima	2 ^a
São Paulo	3 ^a	Tocantins	3 ^a
Roraima	4 ^a	Acre	4 ^a
Mato Grosso do Sul	5 ^a	Rondônia	5 ^a
Piauí	6 ^a	Amazonas	6 ^a
Rio Grande do Sul	7 ^a	Pará	7 ^a
Minas Gerais	8 ^a		
Tocantins	9 ^a		
Goiás	10 ^a		
Maranhão	11 ^a		
Acre	12 ^a		
Rio de Janeiro	13 ^a		
Rondônia	14 ^a		
Espírito Santo	15 ^a		
Amazonas	16 ^a		
Paraná	17 ^a		
Distrito Federal	19 ^a		
Mato Grosso	20 ^a		
Pernambuco	21 ^a		
Sergipe	22 ^a		
Bahia	23 ^a		
Paraíba	24 ^a		
Ceará	25 ^a		
Pará	26 ^a		
Alagoas	27 ^a		

Fonte: Anuário 2013, ano-calendário 2012 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 3**Informações do anuário 2013 do FBSP sobre o Acre****Informações de homicídio**

Total de ocorrências de homicídio em 2010	183
Total de ocorrências de homicídio em 2011	137
Total de ocorrências de homicídio em 2012	173
Total de ocorrências de homicídio projetado para 2013	198
Varição do total de 2011 em relação a 2010	-25%
Varição do total de 2012 em relação a 2011	26%
Taxa / 100 mil habitantes 2010 - Acre	24,9
Taxa / 100 mil habitantes 2011 - Acre	18,4
Taxa / 100 mil habitantes 2012 - Acre	22,8
Taxa / 100 mil habitantes Projetada para 2013 - Acre	25,2
Taxa / 100 mil habitantes 2010 - Brasil	22,4
Taxa / 100 mil habitantes 2011 - Brasil	22,5
Taxa / 100 mil habitantes 2012 - Brasil	24,3
Posição no <i>ranking</i> da taxa nacional 2010 considerando a ordem do menor para o maior	12 ^a
Posição no <i>ranking</i> da taxa nacional 2011 considerando a ordem do menor para o maior	11 ^a
Posição no <i>ranking</i> da taxa nacional 2012 considerando a ordem do menor para o maior	12 ^a

Informações de despesa com a função segurança pública

Posição no <i>ranking</i> nacional: variação nas despesas realizadas com a função Segurança Pública	6º maior aumento
Posição no <i>ranking</i> nacional: despesa <i>per capita</i> com a função Segurança pública	2 ^a

Informações da população carcerária

População carcerária do Acre em 2011	3.819
População carcerária do Acre em 2012	3.545
População carcerária do Acre em outubro de 2013	4.358
Vagas existentes no sistema prisional do estado em 2011	1.774
Vagas existentes no sistema prisional do estado em 2012	1.959
Vagas existentes no sistema prisional do estado em 2013	1.959
<i>Déficit</i> de vagas em 2011	2.045
<i>Déficit</i> de vagas em 2012	1.586
<i>Déficit</i> de vagas em outubro de 2013	2.399
Razão preso por vaga em 2011	2,2
Razão preso por vaga em 2012	1,7
Razão preso por vaga em outubro de 2013	2,2
Varição da população carcerária de 2011 em relação a 2010	-7%
Varição da população carcerária de 2012 em relação a 2011	23%
Varição da população carcerária de 2013 até outubro em relação a 2012	23%
Taxa/100 mil habitantes com mais de 18 anos da população carcerária - 2012	780
Posição no <i>ranking</i> nacional: taxa/100 mil habitantes com mais de 18 anos da população carcerária - 2012	1 ^a

Fonte: Anuário do FBSP 2013, ano calendário 2012; Núcleo de Análise Criminal da SESP/AC e IAPEN/AC.

REFORMA AGRÁRIA NO ACRE

Com o colapso do sistema extrativista, devido à queda na demanda internacional por borracha da região, e as políticas nacionais de ocupação da região amazônica, os primeiros pecuaristas começaram a chegar no Acre na década de 1970, provenientes do estado de São Paulo, comprando terras baratas de seringais falidos, expulsando seringueiros e instalando a pecuária extensiva.

Nesse cenário, os conflitos começaram a surgir, alguns armados. Os sindicatos se mobilizaram, e setores progressistas da Igreja católica se articularam em defesa dos seringueiros. Dentre os acontecimentos, destacam-se o assassinato do sindicalista Wilson Pinheiro na cidade Brasiléia e o desponete de Chico Mendes como líder na região de Xapuri, que assume o sindicato dos trabalhadores rurais e promove os chamados “empates”, para impedir a derrubada da floresta.

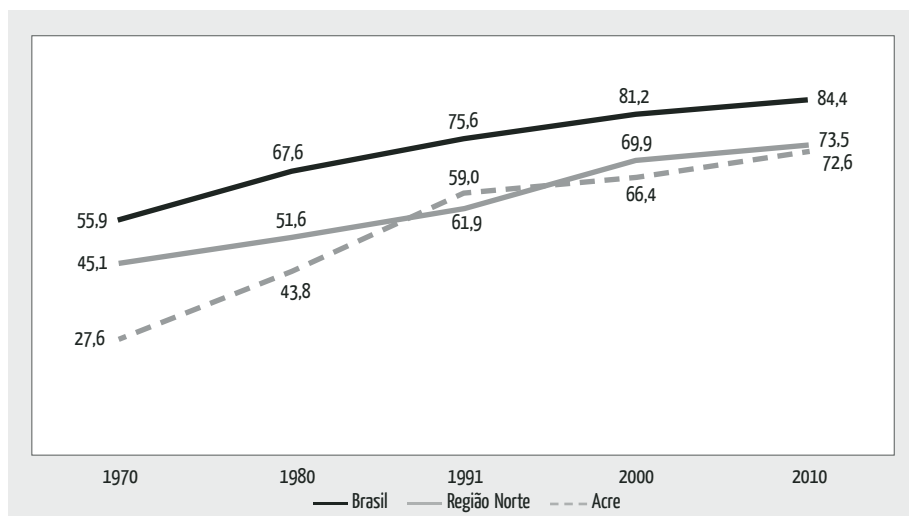
Em 1977, a Coordenadoria Especial da Amazônia Ocidental (Ceao), por meio do Incra, desapropria os primeiros seringais e cria dois Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD): Pedro Peixoto, com 317.588 hectares e Humaitá, com 59.407 hectares. Esses projetos foram divididos em lotes de terras para cada unidade familiar, com tamanhos que variavam de 40 a 100 hectares. Nos anos seguintes, foram criados os PAD Quixadá, Boa Esperança e Santa Luzia.

A experiência de reforma agrária no Acre, notadamente nas primeiras décadas, incorreu em graves falhas, levando várias tentativas ao fracasso. O inadequado planejamento criou projetos em locais distantes e de difícil acesso, sem infraestrutura de apoio às famílias assentadas e com insuficiência de rodovias e malha viária interna para o escoamento da produção.

Outras características não foram consideradas, tais como a falta de experiência com as práticas agrícolas dos novos assentados, tendo em vista que a grande maioria originava-se do extrativismo; a alta taxa de analfabetismo da população; a grande incidência de malária, agravada com a ausência de assistência médica; tendo como consequência uma expressiva rotatividade em vários assentamentos em função do abandono, compra e venda dos lotes, levando assim à reconcentração de terras nas mãos de grandes pecuaristas.

Os conflitos pela terra e as políticas públicas ineficazes na fixação do homem no campo geraram um grande êxodo rural entre os anos de 1970 e 1990, conforme pode ser visto no Gráfico 26.

Em 1970, somente 27,6% da população do estado vivia na zona urbana; vinte anos depois, esse percentual já representava mais 61,9% da população, demonstrando o grande fluxo de pessoas da zona rural para a zona urbana. Atualmente, 27,4% residem na zona rural.

Gráfico 26**Brasil, região Norte e Acre – Taxa de urbanização (em%)
1970 -2010**

Fontes: IBGE/ Censos Demográficos.

SITUAÇÃO ATUAL

Da década de 1970 aos dias atuais, realizar reforma agrária no estado do Acre, com a garantia das condições sociais e de produção, tem sido um grande desafio. Conforme dados do Incra de 2011, o estado possui 151 assentamentos em 12 modalidades, com uma área total de 5.530.594 hectares e capacidade para assentar 33.605 famílias, estando assentadas 31.438.

Dentre as modalidades de assentamento, a reserva extrativista é a que ocupa a maior área, com 2,7 milhões de hectares, ou 48,9% da área total; seguido pelo PA, com 626 mil hectares (11,3%); e o PAD, que representa 10,4% da área total. Do total de famílias assentadas, 37,5% estão localizadas em 73 PA; 27,5% nos cinco PAD; e 14,4% nas cinco Resex, totalizando 78,9% das famílias assentadas (Tabela 4).

Vale acrescentar que as famílias que habitam as reservas extrativistas, as florestas estaduais, as florestas nacionais e os polos não são assentadas pelo Incra, mas são beneficiárias das políticas públicas da reforma agrária.

Algumas políticas públicas, iniciadas no governo Lula e continuadas no governo da presidenta Dilma, têm sido fundamentais para o apoio ao homem do campo e à melhoria das suas condições de vida, dentre as quais se destacam: o Programa Luz para Todos, o apoio à produção, à aquisição direta da

produção, a concessão de crédito nas diversas modalidades e as melhorias na habitação rural.

Dentre as políticas públicas estaduais voltadas para o desenvolvimento da produção rural, visando o aumento da renda dos produtores, da produção e da produtividade, estão o incentivo dado à produção de peixes, com construção de mais de 5 mil tanques até o final de 2014 e dois complexos industriais para o processamento do peixe; o incentivo à produção de grãos, com a mecanização, distribuição de sementes e assistência técnica; fomento à avicultura e suinocultura em escala crescente, visando a exportação para o mercado peruano, via estrada do Pacífico.

Merece destaque, ainda, o programa anual de melhoramento de ramais (estradas vicinais), visto que o grande volume de chuvas causa danos à estrutura viária e exige consertos e recuperação anualmente. Quanto à demanda por terra, conforme dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), do Incra, atualmente existem no Acre 5.637 pessoas cadastradas para receber terra. Não estão na estatística as cadastradas no correio, não consideradas válidas. Em que pese a pressão social pela terra advinda do meio urbano, as experiências mostram ser negativo assentar pessoas sem perfil ou vocação agrícola. Por outro lado, é necessário tornar mais ágil o processo de desapropriação de terras, que pode levar de dois a três anos até a criação do projeto.

INFRAESTRUTURA

O estado do Acre tem passado por um intenso processo de transformação urbanística nos últimos anos, notadamente a partir do ano 2000, período em que os acreanos passaram a receber maiores benefícios, como a ampliação das redes de infraestrutura, implantação de equipamentos urbanos, obras de urbanização e habitação, entre outros.

HABITAÇÃO

A partir das necessidades dos municípios, o Poder Público tem realizado planos, programas e projetos no sentido de promover melhorias relacionadas principalmente à questão urbanística, a fim de contribuir para a qualidade de vida da população acreana, partindo do pressuposto de que ter condições mínimas de habitabilidade significa dispor da presença de uma rede de equipamentos que propiciem bem-estar, saúde pública, educação, cultura e lazer, com ações articuladas.

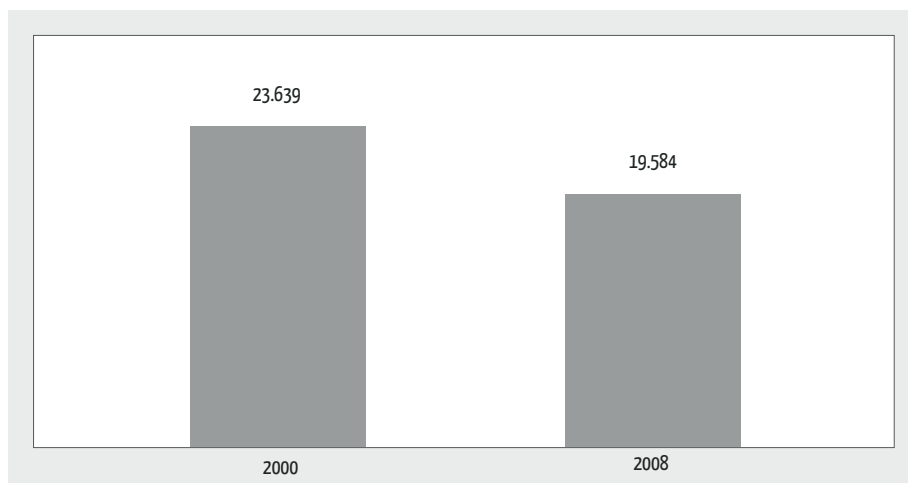
A política de habitação é orientada pelo indicador do *déficit* habitacional, que compreende o *déficit* por incremento de estoque, que, por sua vez, representa a soma das moradias improvisadas, coabitações familiares e o ônus excessivo com aluguel; e o *déficit* por reposição de estoque, que se refere aos domicílios rústicos, que não possuem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, sem banheiro e que apresentam desconforto e risco de contaminação aos seus moradores.

A Fundação João Pinheiro possui uma série de estudos que, a partir dos dados do IBGE/Pnad, tem por objeto as necessidades habitacionais no Bra-

Tabela 4**Acre – Projetos de Assentamentos (PAs)
2011**

Projetos de Assentamento e gestão	Quantidade	Área (ha)	Nº de famílias	
			Capacidade	Assentadas
Gestão federal	129	5.012.310	32.333	30.405
FLONA – Floresta Nacional	3	425.332	65	38
PCA - Assentamento Casulo	4	677	165	140
PAC - Assentamento Conjunto	2	2.246	154	144
PAR - Assentamento Rápido	2	48.214	714	424
PAF - Assentamento Florestal	4	101.353	495	439
PAE - Assentamento Agroextrativista	13	319.031	1.562	1.425
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável	18	208.434	3.154	2.996
RESEX - Reserva Extrativista	5	2.704.352	4.642	4.513
PAD - Assentamento Dirigido	5	576.583	8.714	8.501
PA - Assentamento Federal	73	626.087	12.668	11.785
Gestão estadual	22	518.284	1.272	1.033
FLOE - Floresta Estadual	4	513.920	698	515
Polo Agroflorestal	18	4.364	574	518
Total	151	5.530.594	33.605	31.438

Fonte: MDA/INCRA/ Relatório SIPRA.

Gráfico 27**Acre – Déficit habitacional no Acre (em unidades habitacionais)
2000 e 2008**

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

sil. De acordo com essa fundação, o *déficit* habitacional no Acre, em 2000, conforme ilustra o Gráfico 27, era de 23.639 domicílios, que representa um percentual de 18,2% dos domicílios particulares permanentes que existiam no período.

Em 2008, a deficiência no estoque de moradia era equivalente a 19.584 domicílios, valor que corresponde a 10,5% do total de domicílios particulares permanentes. Comparando-se o período analisado no Gráfico 27, nota-se que, em oito anos, o *déficit* habitacional no Acre apresentou um decréscimo de 17,15%, em termos absolutos.

O governo do estado, na gestão 2007-2010, criou o Plano Estadual de Habitação, que possui dois segmentos: Minha Morada e Hora da Reforma. Os loteamentos construídos seguem as diretrizes dos programas nacionais de habitação e estavam vinculados às ações de reassentamento de famílias que foram removidas de áreas de risco, e de cadastramento de famílias com renda de até seis salários mínimos.

A meta do Plano Estadual de Habitação era entregar 10 mil unidades habitacionais. Esse desafio está em curso de execução – entre 2007 e 2010 foram entregues 4.046 residências. Na atual gestão estadual, foram entregues, no período de 2011 a 2013, 3.606 unidades habitacionais. Além das unidades ofertadas à população, encontra-se em execução mais 4.879 unidades habitacionais, que deverão ser entregues até 2014, somando um montante de 12.531 novas moradias urbanas.

Através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o governo do estado promove, desde 2012, a construção de unidades habitacionais de interesse social em aldeias indígenas dos municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Ao todo, somam-se 167 unidades habitacionais que estão em construção atualmente e beneficiarão as aldeias Bananeira, Kamanawa, Masheya, Samaúma, Varinawa, Waninawa e Pinuya.

CIDADE DO POVO

A Cidade do Povo, maior empreendimento habitacional já idealizado no estado do Acre, nasce a partir da elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). O plano aponta um estudo detalhado de Rio Branco no que tange às necessidades habitacionais do município, estabelecendo diretrizes ocupacionais para atender às demandas por habitação de interesse social. Para tanto, propõe a ampliação do perímetro urbano do município e a delimitação de oito novas áreas para estoque de terras urbanas (setores I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII), que deverão se destinar à implantação de empreendimentos habitacionais nos próximos anos.

A proposta do PMHIS foi estabelecida através de lei específica que complementa o Plano Diretor do Município de Rio Branco (lei nº 1.911/2012), que define o novo perímetro urbano e cria a Área de Promoção de Habitação (APH), que corresponde ao setor I.

Dessa forma, a Cidade do Povo corresponde ao primeiro lote (setor I), surgindo a partir da necessidade de suprir as carências de moradia do município de Rio Branco advindas não somente de assentamentos precários em áreas inundáveis do rio Acre – que sofrem com as cheias do período de chuvas na região –, mas também relacionadas à melhoria das condições de moradia já existentes. Tal fato demonstra o potencial que o empreendimento tem de reduzir, a praticamente zero, o *déficit* habitacional do município de Rio Branco, considerando as demandas por incremento de estoque e por reposição de estoque.

Trata-se de uma proposta que corrige um erro fundamental presente nos empreendimentos habitacionais de gestões anteriores, como a baixa condição de habitabilidade destes e a complexidade de gestão administrativa de dezenas de empreendimentos diversos. Para tanto, o governo se absteve de implantar pequenos programas habitacionais desagregados em vazios urbanos e que não contariam com redes de serviços ociosos para o seu atendimento.

Tal conceito, preconizado pelo Estatuto das Cidades, depende de saldo na capacidade de atendimento e da boa qualidade das áreas centrais para ser efetivado, o que não ocorre em Rio Branco, constituída por vias estreitas, descontínuas, com redes de água, esgotamento sanitário, viárias e de drenagem defasadas (quando não inexistentes), sem capacidade de absorção de volumes adicionais de contribuição, com irregularidade fundiária predominante e equipamentos comunitários com capacidade limítrofe de atendimento.

Além disso, há a imperativa urgência de reassentamento da população urbana ribeirinha, atingida anualmente pelas enchentes, além das taxas de crescimento populacional entre as quatro maiores do país, que tornam o problema de moradia uma demanda de “atacado”, e não de “varejo”.

Aliadas à crescente demanda por habitação de interesse social, surgem a necessidade de ampliação da rede de infraestrutura de Rio Branco e a implantação dos equipamentos comunitários essenciais à vida urbana e ao bem-estar da população. Some-se ainda a demanda por espaços livres de uso público para fins de lazer, recreação, desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, que são funções que podem ser reunidas em áreas verdes urbanas. Esta é uma das principais características do projeto, que possui forte ênfase na criação de áreas verdes, objetivando o bem-estar da população e a saúde pública.

A proposta conta com a construção de 10.518 lotes para fins habitacionais, atendidos por uma rede de equipamentos comunitários a serem implanta-

dos em 50 lotes de áreas institucionais. Além de equipamentos públicos e rede de infraestrutura, o empreendimento contará com 66 lotes destinados a sistemas de lazer e cultura, que se constituirão em praças e outros espaços públicos, e mais 21 lotes destinados a áreas públicas de comércio. O restante da área é distribuído em sistema viário, áreas de preservação permanente e áreas verdes.

É importante ressaltar que o projeto prevê também a criação de uma extensa área verde urbana que margeia o Igarapé Judia, uma área de preservação permanente que apresenta grande potencial paisagístico e, após o término da obra, constituir-se-á em um grande parque linear de significativa importância para os moradores do loteamento e para a população da cidade de Rio Branco, dada a sua extensão; ele contará com equipamentos públicos e espaços para lazer, recreação e atividades desportivas.

O empreendimento teve as obras da primeira etapa iniciadas em maio de 2013, com previsão de conclusão em 2014. A segunda etapa loteamento deverá ser iniciada em 2014 e concluída até dezembro do mesmo ano.

SANEAMENTO

A lei federal nº 11.445/2007 estabeleceu que o saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

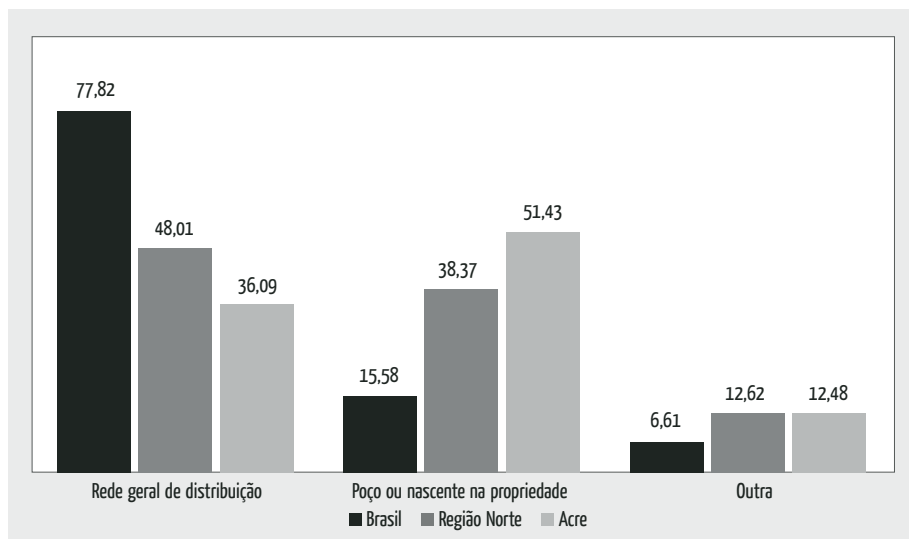
Como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida.

No Acre, apesar dos avanços, o *déficit* ainda é bastante significativo em todos os componentes do saneamento básico e representa milhares de pessoas vivendo em ambientes insalubres e expostos a diversos riscos que podem comprometer a sua saúde. Em uma perspectiva histórica, as políticas públicas não foram capazes de propiciar a universalização do acesso às soluções e aos serviços públicos de saneamento básico de qualidade.

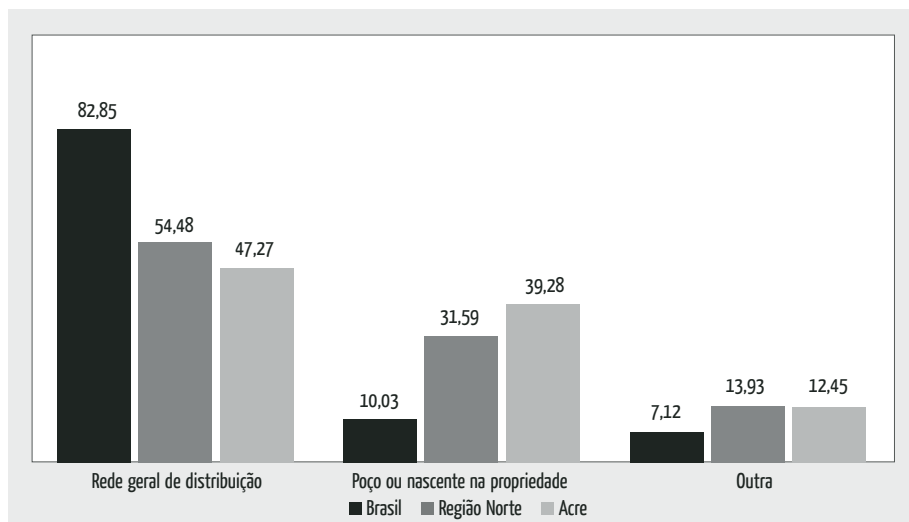
Uma visão geral da situação do saneamento básico é apresentada a seguir, abordando principalmente dois componentes do saneamento básico: abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. A partir daí são analisadas algumas variáveis que expressam as realidades e desigualdades socioeconômicas e regionais existentes no Estado.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A situação das formas de abastecimento de água da população do Brasil, da região Norte e do Acre, segundo dados dos Censos demográficos de 2000

Gráfico 28**Brasil, região Norte e Acre – Atendimento em abastecimento de água (% dos domicílios)
2000**

Fonte: Censo Demográfico IBGE/2000.

Gráfico 29**Brasil, região Norte e Acre – Atendimento em abastecimento de água (% dos domicílios)
2010**

Fonte: Censo Demográfico IBGE/2010.

e 2010, segundo as diversas práticas adotadas para obtenção de água, é mostrada nos Gráficos 28, 29 e 30.

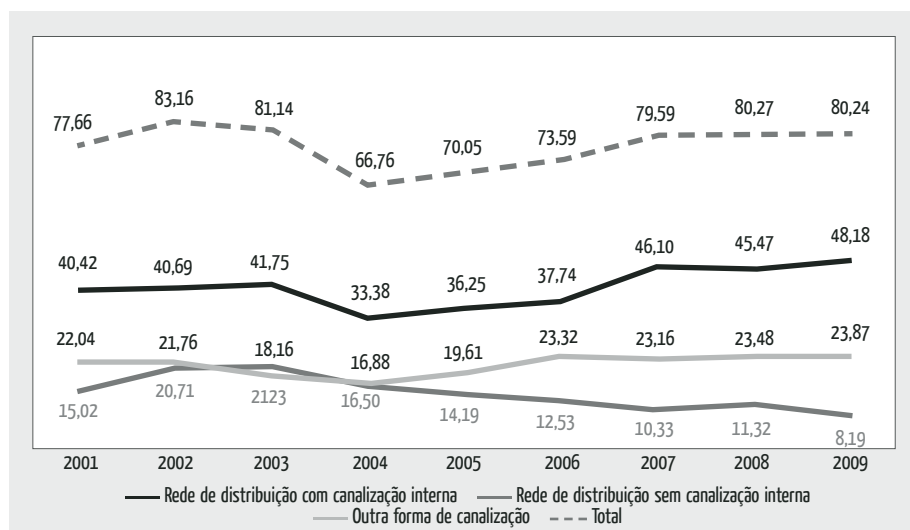
Note-se que o Acre é onde a população, proporcionalmente, mais utiliza água proveniente de poço ou nascente para suprir suas necessidades, apesar da queda verificada em 2010. Percebe-se também que o estado apresenta uma proporção dos domicílios ligados à rede geral de distribuição mais baixa que os da região e do país.

Considerando as formas tidas como adequadas para o acesso ao abastecimento de água, tem-se que o estado possuía um *déficit* absoluto de mais de 140 mil pessoas (19,76% de sua população) que supriam suas necessidades hídricas de maneira inadequada em 2009. Na região Norte, cerca de 2,6 milhões de pessoas estão na mesma situação (17,3% de seus habitantes). Assim, o Acre possui uma situação relativa pior que a da região. Avaliando tal *déficit* quanto à localização dos domicílios, certamente a grande concentração está na área rural.

Pondere-se aqui a inobservância da qualidade e quantidade de água distribuída pelas formas citadas, que, em alguns casos, também se constituem em acesso precário. Geralmente, quanto menor a renda e o número de anos de estudo, mais vulnerável a pessoa se encontra, pela ausência de acesso adequado ao abastecimento de água.

Gráfico 30

Brasil, região Norte e Acre – Taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%)
2004-2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.

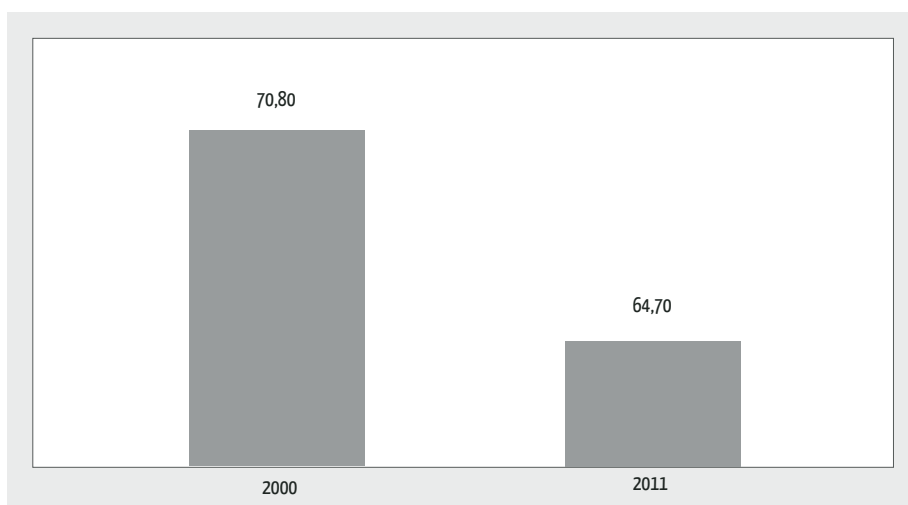
O Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua), tem como objetivo desenvolver ações para garantir à população o acesso à água com qualidade compatível ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, como parte integrante das ações de prevenção dos agravos transmitidos pela água e de promoção da saúde, previstas no Sistema Único de Saúde (SUS).

No estado, este serviço está a cargo do Departamento de Vigilância em Saúde, da Secretaria de Saúde do estado do Acre. De acordo com o documento de “Avaliação da Vigilância da Qualidade da Água no Estado do Acre – ano-base 2011”, embora de forma precária, o estado possui 100% dos municípios com algum tipo de informação inserida no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), seja de cadastro das formas de abastecimento, controle e/ou vigilância da qualidade da água para consumo humano. Pelos dados, menos de 65% da população é abastecida por Sistema de Abastecimento de Água (SAA), e o restante utiliza soluções alternativas como forma de abastecimento.

O documento aponta para a necessidade de fortalecimento da atuação do setor de saúde e responsáveis por sistema ou solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano, visando a implementação das diretrizes preconizadas pela legislação vigente e tornando, desse modo, a água

Gráfico 31**Acre – Índice de perda (litro/habitante/dia)**

2000 e 2011



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – 2000 e 2011.

fornecida à população mais segura e com qualidade suficiente para prevenção de agravos e manutenção da saúde humana.

Além dos aspectos já mencionados, as perdas de água nos sistemas de distribuição constituem-se em importante indicador da eficiência do serviço. O Gráfico 31 mostra a evolução do percentual dessas perdas entre 2000 e 2011.

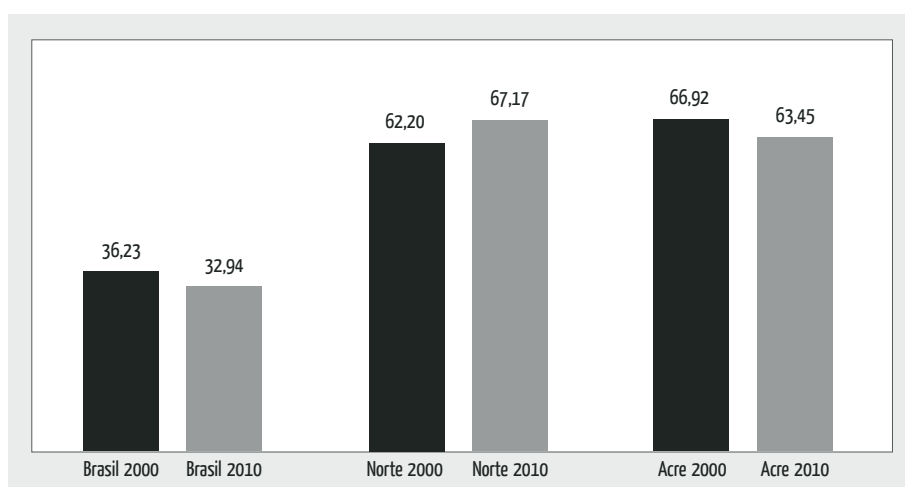
Nota-se um decréscimo discreto no percentual estadual nos últimos 11 anos. Na região Norte, em 2011, este percentual foi de 47,7, e no Brasil 38,8. Isso aponta para a necessidade de mais investimentos em estudos e pesquisas voltados à minimização desse problema, além de modificações na operação manutenção dos sistemas.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A situação do afastamento dos esgotos sanitários, segundo os Censos de 2000 e 2010, é indicada no Gráfico 32. Observa-se que, em 2010, há uma estimativa de 63,45% dos domicílios acrianos contando com soluções inadequadas para o afastamento de seus esgotos (lançamento em fossa rudimentar, rio, lago ou mar, ou outro escoadouro, ou não há banheiro ou sanitário), um pouco melhor que a situação da região Norte, mas muito pior que a situação do país. Além disso, dados de 2011 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indicam que apenas 34% do volume

Gráfico 32

Brasil, região Norte e Acre – Domicílios com soluções inadequadas para o afastamento do esgoto (em%) 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos - IBGE - 2000 e 2010.

de esgotos coletados na capital Rio Branco recebia algum tipo de tratamento antes de sua disposição no ambiente.

O *déficit* de atendimento em esgotamento sanitário reflete, além da inaccessibilidade ao seu afastamento nos domicílios, a parcela da população interligada à rede, mas não servida por sistema de tratamento. No Acre, em 2010, enquanto 36,55% dos domicílios possuíam condições adequadas para disposição de seus dejetos, o restante é composto, em sua maioria, pela fração de rede não interligada a unidade de tratamento e por fossas rudimentares, à exceção da séptica. Compõe ainda o *déficit* a parcela de domicílios sem banheiro ou sanitário, bem como com lançamento direto, de forma indevida, dos efluentes em escoadouros.

Ao contrário do que ocorre em abastecimento de água, o *déficit* em contingente populacional é maior na área urbana, onde os habitantes realizam o afastamento dos excretos e esgotos sanitários de forma inadequada. A maioria utiliza fossas rudimentares para a disposição de seus dejetos. Já na área rural, apesar de essa prática também compor a maior parcela do *déficit*, a ausência de banheiros ou sanitários é mais significativa que na urbana.

Comportamento semelhante ao observado no *déficit* do componente abastecimento de água quanto à faixa de rendimento e aos anos de estudo é encontrado no *déficit* em esgotamento sanitário, ou seja, concentra-se na população com menor rendimento e menor número de anos de estudo.

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A situação do serviço de coleta dos resíduos sólidos domiciliares (RSD), segundo os últimos Censos Demográficos (2000 e 2010), é indicada no Gráfico 33. Em 2010, 74,8% dos domicílios, em sua grande maioria nas áreas urbanas, tinham coleta direta de lixo.

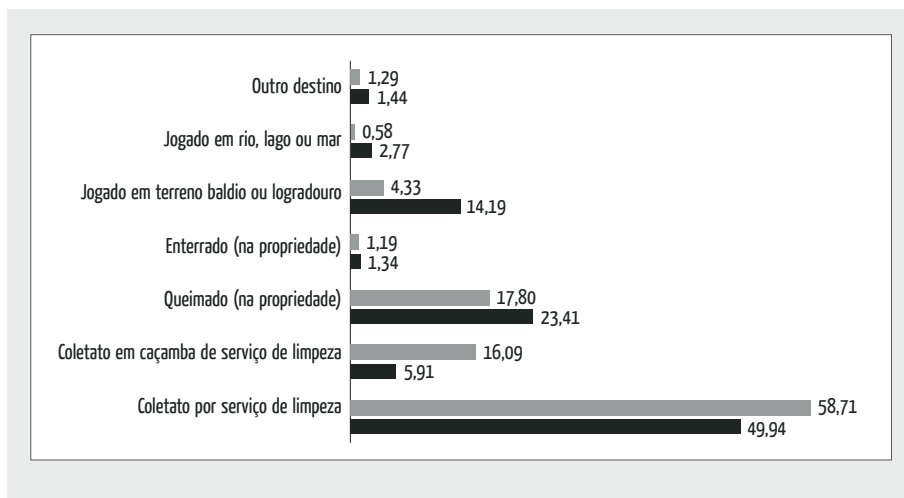
De acordo com os dados, verifica-se que, no período de 2000 a 2010, houve um acréscimo de 3,4 pontos percentuais na proporção de moradores que dispõem do tipo de afastamento dos resíduos domiciliares considerados adequados do ponto de vista sanitário no Acre.

Somente o município de Rio Branco, capital do estado, possui um aterro específico para os resíduos sólidos. A exigência do governo federal é que todas as cidades substituam os lixões por aterros sanitários adequados aos critérios ambientais vigentes.

A elaboração dos planos de resíduos sólidos é condição para que os estados, o Distrito Federal e os municípios tenham acesso aos recursos da União necessários a esta finalidade, bem como para que possam ser beneficiados por incentivos e financiamentos de entidades federais de crédito.

Gráfico 33

Acre – Destino do lixo coletado no Acre (% dos domicílios)
2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos - IBGE - 2000 e 2010.

Para cumprir com essas condições, o governo do estado, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e dos municípios, estabeleceu um termo de compromisso, pretendendo encerrar sumariamente a disposição inadequada de resíduos sólidos em áreas existentes no território acreano com sua recuperação até 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Acre (Pegirs).

DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

No Acre, a ocorrência de inundações causadas pelas enchentes dos rios tem sido um fenômeno cada vez mais frequente. Outras demandas especiais por drenagem urbana para atenuação de problemas ocasionados pela ocupação em áreas não saneadas, inapropriadas para habitação, além da ocorrência de processos erosivos no solo urbano, entre outros, são preocupantes.

Quanto ao manejo das águas pluviais, o Quadro 1 retrata alguns dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2008.

A pesquisa indicou também que somente treze municípios possuem áreas de risco no perímetro urbano que demandam drenagem especial: Assis Brasil, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Plácido de Castro, Porto Walter, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo, Bujari e Cruzeiro do Sul.

Quadro 1

Manejo de águas pluviais	Nº de municípios
Total de municípios que possuem exclusivamente sistema de drenagem superficial nas ruas pavimentadas	8
Percentual de ruas pavimentadas exclusivamente com drenagem superficial - Até 25%	2
Número de municípios que possuem exclusivamente sistema de drenagem superficial nas ruas pavimentada - Percentual de ruas pavimentadas exclusivamente com drenagem superficial - Mais de 25 a 50%	1
Percentual de ruas pavimentadas exclusivamente com drenagem superficial - Mais de 50 a 75%	1
Percentual de ruas pavimentadas exclusivamente com drenagem superficial - Mais de 75 a 100%	4
Total de municípios que possuem o dispositivo coletivo de detenção ou amortecimento de vazão de águas pluviais urbanas	2
Total de municípios com serviço de drenagem urbana subterrânea	14*
Número de municípios com serviço de drenagem urbana subterrânea - Tipo de rede coletora - Unitária ou mista	6
Número de municípios com serviço de drenagem urbana subterrânea - Tipo de rede coletora - Separadora	12
Total de municípios com serviço de manejo de águas pluviais com pontos de lançamento do efluente	22
Manejo de Águas Pluviais - Número de municípios com serviços de manejo de águas pluviais - Pontos de lançamento do efluente - Cursos d'água permanentes	21
Número de municípios com serviços de manejo de águas pluviais - Pontos de lançamento do efluente - Cursos d'água intermitentes	4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008.

*Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri, Marechal Thaumaturgo, Assis Brasil, Brasília, Bujari, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Mâncio Lima.

Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2000 e 2011. O total de investimentos em água e esgoto está contido no Gráfico 34.

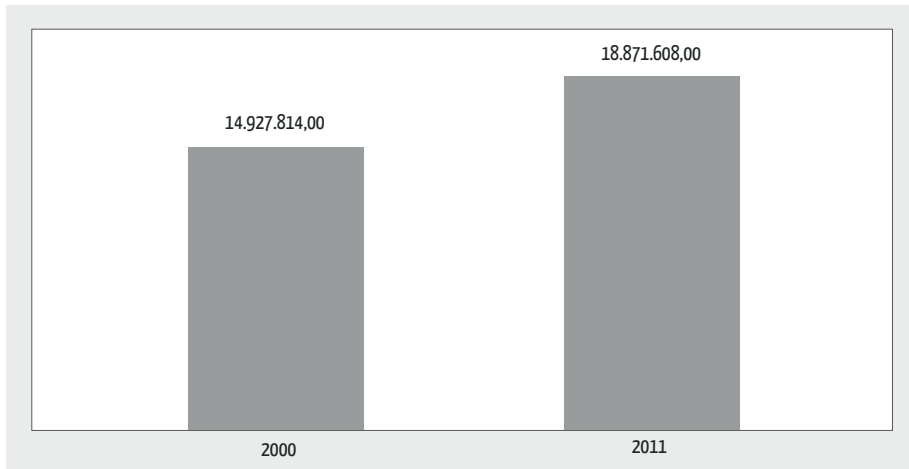
INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E PROJETADOS ATÉ 2014

Saneamento Ambiental

- A proposta é alcançar a maior cobertura de água e esgoto da Região Norte.
- Objetivo: Que todos os municípios com 99% de seus domicílios urbanos tenham água tratada e canalizada.
- Recursos: R\$ 1 bilhão.
- Fontes de Recursos: PAC/OGU, BNDES, Bird, Caixa e RP.
- Água: 18 ETA; 176 km de rede de água e 70 poços.
- Esgoto: 27 ETE e duas ampliações; 166 EEE; 605 km de rede de esgoto.

Gráfico 34

Acre – Total de investimentos em água e esgoto (em R\$)
2000 e 2011



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – 2000 e 2011.

Cidade do Povo

- Objetivo: alocar a população que hoje reside em áreas inapropriadas, alagadiças da cidade de Rio Branco e tornar residual o déficit habitacional.
- Recursos R\$ 1,1 bilhão.
- Fontes de recursos: PAC, BNDES, MIN, MCidades, MCMV, Caixa, Setor Privado e RP.
- Área da cidade: 692,3 hectares.
- Unidades habitacionais: 10.518; pessoas beneficiadas: 52 mil; objetivo: tornar residual o déficit habitacional.

Pavimentação de vias – Ruas do Povo

- Objetivo: pavimentação de todas as ruas urbanas dos municípios do estado, com rede de drenagem, água, esgoto e pavimentação.
- Recursos: R\$ 914,8 milhões.
- Fonte de recursos: BNDES, PAC/OGU, Caixa e RP.
- Metas: 700 km; 3.504 ruas; 7,8 mil empregos diretos.

Saneamento ambiental nos municípios isolados

- Objetivo: atender os quatro municípios isolados e com menores IDH com água tratada, rede de esgoto, drenagem urbana e infraestrutura portuária.

- Recursos: R\$ 120,2 milhões.
- Foco: Menores IDH do estado; 34,7 mil pessoas beneficiadas.
- Fonte de recursos: Bird e RP.
- Metas: 35 km de rede de esgoto; 3.138 km de ligações domiciliares de esgoto; quatro estações de tratamento de esgoto; 200 módulos sanitários; 19 km de rede de abastecimento de água; três estações de tratamento de água; 23 km de vias pavimentadas; quatro portos (rampa de concreto armado e terminal de transbordo).

Drenagem urbana – contenção da encosta de Brasileia

- Objetivo: recuperar o centro histórico da cidade de Brasileia, que foi deteriorado com a enchente de 2012.
- Recursos: R\$ 12 milhões.
- Fonte de recursos: MIN.
- Metas: 900 metros na av. Prof. Rolando Moreira (rua do Comércio – Centro); 320 metros na rua Marechal Rondon (Centro).

PRAÇAS, AMPLIAÇÃO DA MALHA VIÁRIA E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS

A partir de 2000 ocorreu a reconstrução de praticamente toda a área central, incluindo os espaços institucionais e o patrimônio histórico, da capital e de Xapuri, além da orla do rio Acre em diversos municípios, permanecendo apenas o polígono correspondente ao entorno do Terminal Urbano em Rio Branco, atualmente em fase de projeto e execução pela prefeitura.

Nos bairros ocorreu, após décadas de inoperância, uma verdadeira retomada da centralidade local, com construção e revitalização de mais de 40 praças e inúmeros equipamentos comunitários nos últimos oito anos, assim como a atual ênfase nos centros comerciais locais por parte da prefeitura.

AMPLIAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Como parte integrante das obras mais significativas do estado do Acre ao longo da última década, destaque-se a ampliação da malha viária em conjunto com a urbanização do entorno. A proposta de alargamento das vias mais importantes dos municípios com urbanização garante fluidez do tráfego e traz segurança aos pedestres, bem como promove a integração de espaços e equipamentos públicos no local.

Todas as regiões da capital foram contempladas com o alargamento de vias como forma de constituir a hierarquia viária então inexistente, além de haver sido dobrada a quantidade de pontes sobre o rio Acre, e, no mínimo, triplicada a capacidade de tráfego através destas.

Seguem alguns exemplos de urbanizações realizadas em vias urbanas:

- duplicação da avenida Antônio da Rocha Viana – Rio Branco (2003 – 3,2 km de extensão);
- urbanização da via Chico Mendes/rodovia AC-40 – Rio Branco (2003 – 8 km de extensão);
- duplicação da avenida Waldomiro Lopes/revitalização da rua Otávio Rola – Rio Branco (2007 – 4 km de extensão);
- duplicação e revitalização da avenida Ceará/estrada Dias Martins – Rio Branco (2007; 2008; 2010 – 5 km de extensão);
- urbanização da avenida da Sobral (2008 – 2,8km de extensão);
- urbanização das avenidas São Francisco e Joaquim Macedo (2009 – 5 km de extensão);
- complexo Amadeo Barbosa/quarta ponte (2010 – 5,2 km de extensão);
- duplicação da rua Pernambuco (2010 – 0,6 km de extensão);
- urbanização da avenida Raimundo Chaar – Assis Brasil (2009);
- urbanização da avenida Japiim e ramal do Batoque – Mâncio Lima (2010);
- urbanização da avenida Mâncio Lima – Cruzeiro do Sul (2010);
- urbanização da avenida Edmundo Pinto – Capixaba (2011).

EVOLUÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO NO ACRE

Dentre as fontes de energia elétrica disponíveis na natureza – energia eólica, nuclear, derivados do petróleo, biocombustíveis, combustíveis fósseis e hidrelétricas –, somente são utilizadas no Acre as de derivados do petróleo e hidrelétrica, sendo que, com a expansão das linhas de transmissão das usinas hidrelétricas, as termoelétricas estão sendo desativadas.

A energia elétrica no Acre surgiu com a criação da Companhia de Eletricidade (Eletroacre) em 17 de dezembro de 1965, e autorizada a funcionar como empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica para o estado em 20 de agosto de 1968, por intermédio do Decreto Federal nº 63.121, com 3.281 ligações elétricas realizadas. Em 2003, existiam 125.279 consumidores, sendo que, destes, 13.593 rurais; em junho de 2013, 226.559 consumidores, sendo 26.680 rurais.

Em setembro de 1997, a Eletroacre, já então uma sociedade por ações de economia mista, passou a ser administrada de forma compartilhada, através de contrato de gestão firmado entre o governo do Acre e as Centrais Elétricas Brasileiras (EletroBrAs), até 30 de janeiro de 1998, quando foi federalizada, por intermédio do contrato de “compra e venda de ações e outras avenças” celebrado entre os referidos agentes, previamente autorizada pela Assembleia Legislativa estadual (lei n 9.491, de 9 de setembro de 1997).

Atualmente, a Eletroacre é uma concessionária federal de serviço público responsável pela distribuição e comercialização de energia elétrica para todo o Acre, cujo controle acionário, que antes pertencia ao governo estadual, é exercido pela Eletrobras, que detém 93,29% do total de seu capital social. O suprimento de energia elétrica da capital e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feito pela Eletronorte.

O interior do estado, desde 1999, através de um contrato de comodato, vem sendo suprido pela Guascor do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia (PIE), por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que o suprimento de energia elétrica a todo o estado é feito através de termoeletricas a diesel.

A Eletrobras Eletronorte produz 75,88% da energia elétrica gerada no Acre, distribuída por 302 km de linhas de transmissão em 230 kV. O sistema conta ainda com cinco subestações e 406 MVA de capacidade de transformação. Desde 2002, o estado, que faz parte do sistema Acre/Rondônia, também é abastecido por uma linha de transmissão em 230 kV que liga Rio Branco à cidade de Abunã, em Rondônia. A partir da SE Rio Branco, a transformação 230/138KV – 100 MVA alimenta em dois circuitos de 69 KV as SE Tangará e São Francisco, cada uma com dois transformadores de 69/13,8 KV – 26,6 MVA; e um circuito em 69 KV alimenta a SE Sena Madureira 69/13,8 KV – 12,5 MVA. A partir da SE Rio Branco, a transformação 138/13,8 KV – 55 KVA, através de um circuito de 138 KV, alimenta a SE Epitaciolândia 138/13,8 KV – 12,5 MVA. Além da capital, a energia transmitida pela Eletrobras Eletronorte supre os mercados interligados de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Redenção, Vila Campinas, Capixaba, Xapuri, Brasileia e Assis Brasil.

ÁREA DE CONCESSÃO E SISTEMAS ELÉTRICOS DA ELETROACRE

A divisão territorial é composta basicamente pelas mesorregiões do Vale do Acre/Purus e Vale do Juruá, que abrigam os 22 municípios do estado. Para o suprimento de energia elétrica e planejamento das atividades de distribuição e comercialização da energia, a área da concessão é dividida em duas regiões elétricas com as mesmas denominações.

REGIÃO ELÉTRICA DO VALE DO ACRE/PURUS

Atende 14 municípios, sendo que 13 estão interligados ao Sistema Acre/Rondônia e conectados ao Sistema Rio Branco via linhas de transmissão ou distribuição; e um sistema com geração térmica isolada (Santa Rosa do Purus).

Tabela 5

Acre – Principais dados do estado
Junho 2013

Localidade	Nº de consumidores			Distância de Rio Branco (km)	Área(km ²)	Densidade
	Urbano	Rural	Total			
Manoel Urbano	1.774	159	1.933	215	10.635	0,18
Santa Rosa	586	0	586	298	6.140	0,1
Sena Madureira	9.171	927	10.098	145	23.732	0,43
Acrelândia	3.236	1.827	5.063	105	1.814	2,79
Bujari	2.248	1.245	3.493	22	3.037	1,15
Capixaba	1.685	1.311	2.996	62	1.696	1,77
Plácido de Castro	3.333	1.591	4.924	95	1.945	2,53
Porto Acre	3.836	2.389	6.225	78	2.609	2,39
Senador Guiomard	5.092	1.221	6.313	24	2.321	2,72
Rio Branco	106.301	6.107	112.408	0	8.831	12,73
Assis Brasil	1.624	309	1.933	342	4.977	0,39
Brasileia	6.282	1.670	7.952	232	3.918	2,03
Epitaciolândia	4.479	926	5.405	230	1.655	3,27
Xapuri	3.878	1.000	4.878	188	5.347	0,91
Total	153.525	20.682	174.207	2.036	78.657	1,8

Fonte: Eletroacre.

REGIÃO ELÉTRICA DO VALE DO JURUÁ

Atende oito municípios supridos por seis usinas térmicas, sendo que três estão interligados ao Sistema Cruzeiro do Sul/Mâncio Lima/Rodrigues Alves.

Os cinco restantes são supridos por usinas térmicas instaladas nos respectivos municípios. A estrutura para o apoio logístico e operacional está localizada em Rio Branco e Cruzeiro do Sul (Tabela 6).

Os sistemas isolados citados são supridos por seis plantas do Produtor Independente de Energia (PIE) Guascor, diversificadas de fontes de geração térmica em localidades com características físicas distintas, diferentes das encontradas no sistema interligado, pois não estão concentradas e possuem modulações intrínsecas ao mercado da localidade a ser atendida, que vão desde 390 kW até 18.848 kW de capacidade nominal instalada.

Fatos relevantes:

- consolidação da estrada Rio Branco/Cruzeiro do Sul em 2010;
- conclusão dos empreendimentos das UHE do Rio Madeira em 2012;
- inventário do potencial hidrelétrico no Peru pela Eletrobras em 2011;
- custo anual para a geração de energia elétrica através de térmicas com combustível diesel para a região do Juruá de R\$ 100 milhões;

Tabela 6Acre – Principais dados do estado
Junho 2013

Localidade	Nº de consumidores			Distância de Rio Branco (km)	Área(km ²)	Densidade
	Urbano	Rural	Total			
Cruzeiro do Sul	22.657	2.690	25.347	640	8.816	2,88
Mâncio Lima	3.757	359	4.116	674	5.502	0,75
Marechal Thaumaturgo	1.497	146	1.643	558	8.190	0,2
Porto Walter	1.263	23	1.286	585	6.453	0,2
Rodrigues Alves	2.577	964	3.541	632	3.078	1,15
Feijó	5.835	315	6.150	360	27.964	0,22
Jordão	790	0	790	453	5.361	0,15
Tarauacá	6.591	775	7366	400	20.199	0,36
Total	44.967	5.272	50.239	4.302	85.563	0,46

Fonte: Eletroacre.

■ investimento necessário para a construção de uma linha Rio Branco/ Cruzeiro do Sul na tensão de 230 kV é de R\$ 500 milhões;

■ potencial hidrelétrico da Bolívia.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado Luz para Todos.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobras e suas empresas distribuidoras.

O principal objetivo do programa é levar a energia elétrica às comunidades que se encontram nas localidades com menor IDH e às famílias de baixa renda, contribuindo com a redução da pobreza e o aumento da renda familiar.

A chegada da energia elétrica nessas localidades facilita a integração de outros programas sociais, tais como educação, saúde, saneamento, assim como o desenvolvimento econômico, social e cultural de cada comunidade.

A Eletroacre eletrificou, até junho de 2013, 26.680 domicílios rurais, beneficiando 133.400 pessoas, atendendo inclusive a movimentos sociais (assentamentos e comunidades indígenas).

Com a implantação pelo governo federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Luz para Todos foi inserido no programa, passando a fazer parte de suas metas.

PORTOS, AEROPORTOS, RODOVIÁRIAS, ESTRADAS E PONTES

Há 12 anos, a interligação rodoviária do estado com o restante do país se dava de forma absolutamente precária, com uma estrada inacabada e mal mantida, que dava acesso à maioria dos municípios do interior do estado apenas durante o curto verão amazônico, relegando as cidades – incluindo Cruzeiro do Sul, a segunda maior do Acre – ao isolamento rodoviário durante meses.

No período de 2000 a 2010, dobrou a extensão de rodovias federais asfaltadas no Acre, atingindo um percentual de 90% de pavimentação asfáltica dos 1.221 km de rodovias federais no estado, que representa o maior índice das unidades federativas da região Norte.

Durante esse período, grandes sonhos se concretizaram, após décadas de expectativas. Por exemplo, a partir de 2012, a ininterrupta BR-364, na extensão de 647 km que faz a integração do Acre de leste a oeste, garantiu acesso rodoviário permanente entre as duas maiores cidades do estado – Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Entre os grandes desafios da construção da BR-364 estão a edificação de 4,3 km de pontes ao longo de uma região de acesso difícil em grande parte do ano; e a viabilização da logística de transporte dos insumos aos canteiros de obra.

Paralelamente, durante esse período foram implantadas as pontes internacionais de Assis Brasil e Brasileira, além de haver sido concluída a estrada do Pacífico, que interliga o Acre ao mercado asiático através dos portos do Peru.

Em suporte a este desenvolvimento, a prefeitura de Rio Branco inaugurou, em 2012, a Rodoviária Internacional de Rio Branco, com infraestrutura e arquitetura acima do padrão da maioria das rodoviárias, como estratégia de fomento ao corredor turístico.

Na maior parte dos municípios ocorreram melhorias de terminais rodoviários, havendo, no entanto, demanda para a implantação de novos terminais em alguns municípios agora servidos continuamente pela estrada.

Foram também construídas rampas portuárias em concreto armado em Rio Branco, duas em Xapuri, com previsão de outras, em 2014, para Jordão, Santa Rosa dos Purus, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

Quanto ao transporte aéreo, em 1999 havia ainda cinco aeródromos operando com pista em solo natural, sem pavimentação, enquanto hoje onze funcionam com pista pavimentada – ressalva deve ser feita ao município de Eptaciolândia, que teve o aeródromo desativado por se tratar de uma cidade pequena e conurbada com Brasileira.

Já o aeroporto de Cruzeiro do Sul conta com a mesma pista de pousos e decolagens de 1999; entretanto, em 2009 foi inaugurado o novo terminal de passageiros, com projeto arquitetônico que valoriza a cultura amazônica

(lembrando uma habitação indígena), e reconhecido pela Infraero como um dos mais arrojados projetos de pequeno porte.

Finalmente, o aeroporto Plácido de Castro, em Rio Branco, construído em 1999, recebeu recentemente uma reforma no pavimento da pista de pousos e decolagens em função de apresentar variações severas de nível, prejudicando gravemente seu uso. Além disso, a condição de uso é mediana, por se tratar de edificação não adequada às condições climáticas de Rio Branco e dimensionada para a demanda até 2010, razão pela qual está em fase de projetos a sua reforma.

ESTRUTURA PRODUTIVA

As condições sociais da população do Acre sofreram uma intensa transformação na última década. A melhoria no padrão médio de vida está associada ao processo de desenvolvimento econômico pelo qual o estado tem passado, possibilitando, dentre outras coisas, o aumento da renda e do emprego.

O projeto de desenvolvimento do estado diz respeito ao conjunto de uma formação social, que busca criar e desenvolver uma base produtiva de alta escala e superior produtividade, garantir a conservação dos recursos naturais, fortalecer a cultura e identidade da população e responder ao universo de carências sociais que afetam a dignidade e liberdade das pessoas.

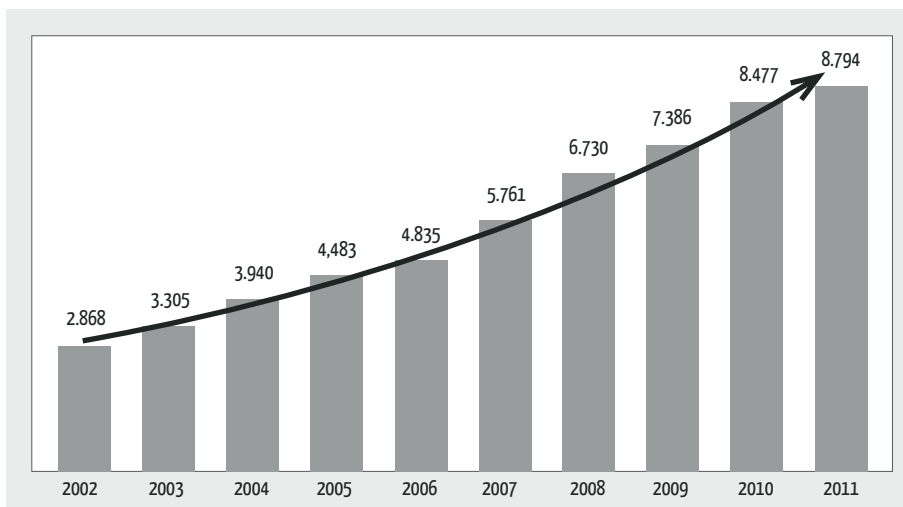
O bom desempenho da economia acreana pode ser evidenciado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), que mede o valor do conjunto dos bens e serviços produzidos destinados ao consumo final. Em termos nominais, o valor do PIB triplicou entre 2002 e 2011, passando de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 8,8 bilhões em valores correntes, conforme Gráfico 35.

A estratégia para o crescimento da economia está pautada nos fortes investimentos em infraestrutura, industrialização, fortalecimento dos setores agropecuário e florestal, inovação tecnológica e aumento de produtividade.

O crescimento do PIB manteve-se em quase toda a série analisada superior às taxas do Brasil e da região Norte, conforme mostra o Gráfico 36. O PIB do estado expandiu anualmente, em média, 5,6%. Em 2009 observa-se o menor crescimento (1,2%), em consequência do baixo desempenho da economia do país, que, afetada pela crise mundial, retraiu 0,3%.

Gráfico 35

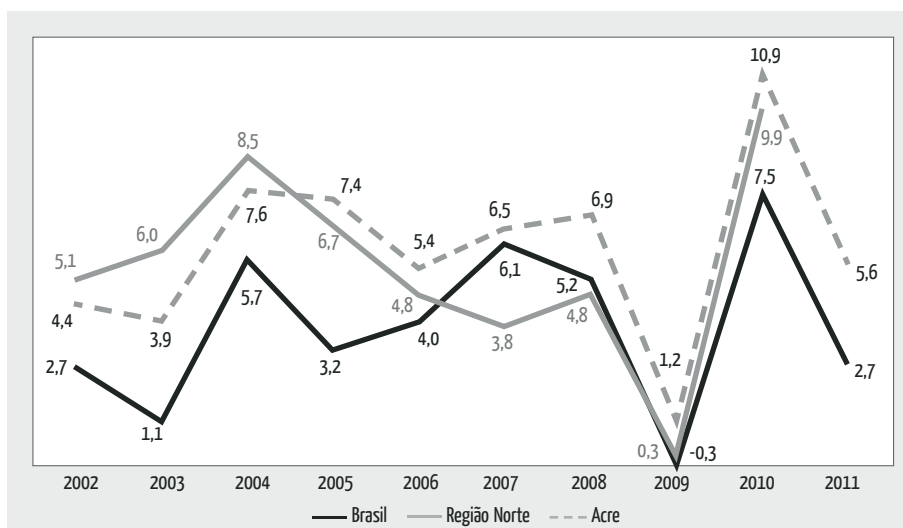
Acre – Produto Interno Bruto (em R\$ milhões)
2002-2011



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Gráfico 36

Brasil, região Norte e Acre – Taxa de crescimento anual do PIB (em %)
2002-2011



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Nota: A taxa de crescimento da Região Norte para 2011 não foi divulgada.

Em 2010, a economia do estado volta a apresentar sinais de recuperação, obtendo a maior taxa da série (10,9%) e a quinta melhor entre as unidades da federação; em 2011, o crescimento da taxa do PIB acreano foi de 5,6%.

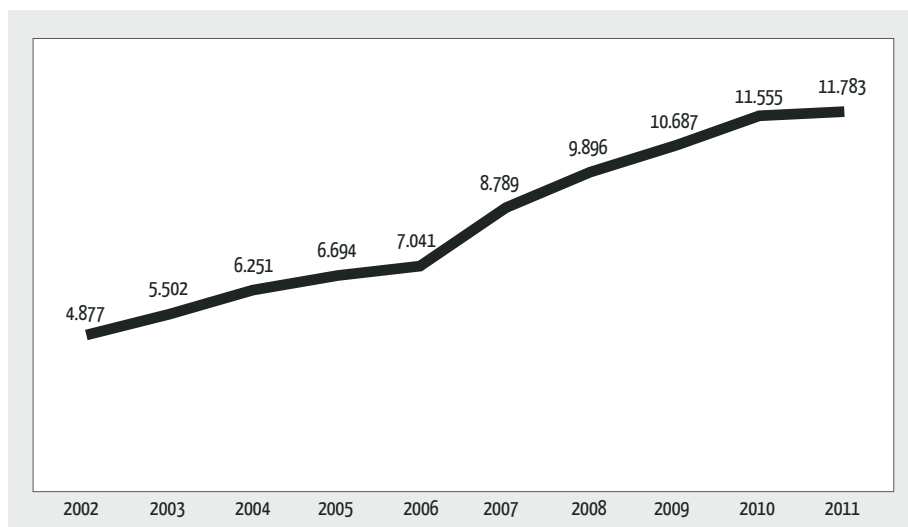
O avanço da economia acreana foi acompanhado de vários efeitos positivos, dentre eles destacam-se a elevação da renda *per capita* de R\$ 4.887, em 2002, para R\$ 11.783 em 2011 (figura 37); e a melhoria na distribuição da riqueza produzida entre as cidades, constatada pela redução do Índice de Gini do PIB, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios. Em 2010, o valor desse indicador foi 0,69, classificando o Acre como a unidade da federação com a segunda melhor distribuição de riqueza entre as cidades.

A administração pública e seguridade social é atividade econômica que possui a maior participação no valor adicionado do estado, com 35,3% em 2011, seguida pela agropecuária (17,7%), comércio (10,5%) e construção civil (8,6%). Porém, é importante observar que a administração pública perdeu participação entre 2002 e 2011, enquanto as demais elevaram seu peso na estrutura produtiva do estado.

Entre 2002 e 2010, dentre as sete maiores atividades, a construção civil foi a que apresentou a maior taxa média de crescimento anual, com 9,1%. Me-

Gráfico 37

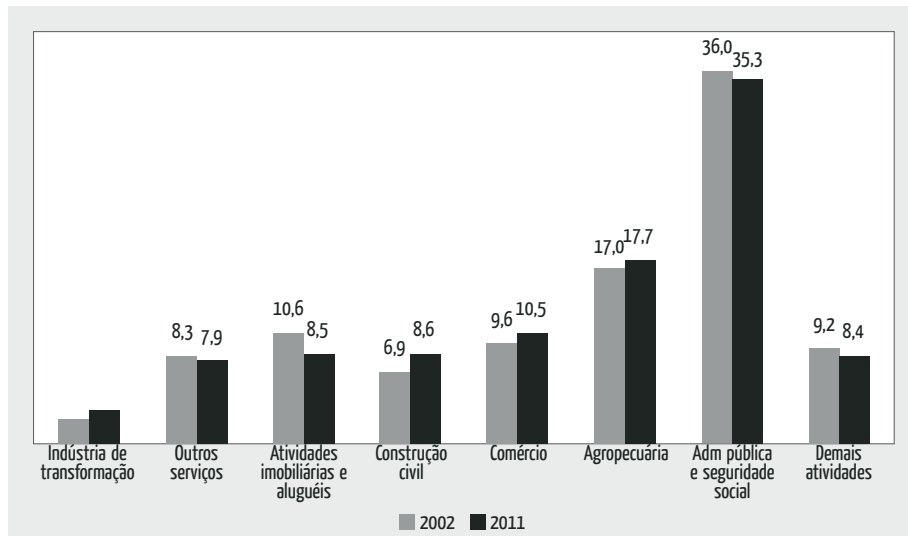
Acre – Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ 1,00)
2002-2011



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Gráfico 38

Acre – Participação das atividades econômicas no valor adicionado do estado 2002-2011



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

rece destaque também o crescimento anual das atividades de comércio, com média de 8,1%; da agropecuária, com 6,8%; e da indústria da transformação, com 6%. Conforme é possível observar no Gráfico 38, o maior nível de crescimento dessas atividades permitiu o ganho de participação no valor adicionado entre 2002 e 2011.

AGROPECUÁRIA

No setor agropecuário, a agricultura é a principal atividade, embora a pecuária tenha um peso muito relevante. O rebanho bovino do estado em 2000 era de 1,03 milhão de cabeças, passando para 2,63 milhões em 2012, o que representa um incremento de 155%. Conforme afirma Valentim (2011), “estudos da Embrapa Acre e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Agropecuário 2006) mostram que as pastagens do Acre têm a maior taxa de lotação (1,77 unidade animal por hectare) quando comparada a outros estados e à média do Brasil (0,91 unidade animal por hectare)”, ressaltando a importância que os ganhos de produtividade, em função da adoção de tecnologias no sistema de produção da pecuária, têm para evitar o desmatamento no estado.

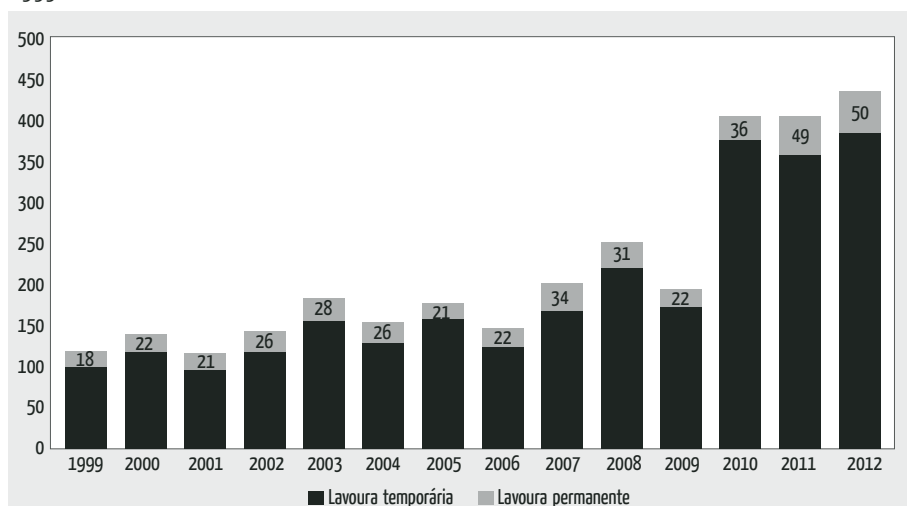
Valentim (2011) destaca ainda que “desde 2005 o Acre é reconhecido pela Organização Internacional de Epizootias como zona livre de febre aftosa

com vacinação, o que credencia os frigoríficos do estado para exportação de carne e subprodutos”.

Na agricultura, o valor bruto da produção do estado, em 2012, foi de R\$ 433 milhões, sendo que 89% desse valor (R\$ 383 milhões) é procedente de cultivos da lavoura temporária (figura 39). Os principais cultivos são os de mandioca e grãos (milho, arroz e feijão) – a expansão dessas lavouras foi o principal fator que contribuiu para o aumento de 109,3% do valor da produção agrícola, entre 2009 e 2010.

Gráfico 39

Acre – Valor da produção da lavoura temporária e da lavoura permanente (em R\$ milhões) 1999-2012



Fonte: IBGE/PAM.

A mandioca é o principal cultivo da agricultura acreana, destacando-se como um produto de alta relevância cultural e econômica para os agricultores familiares. Além de poder ser consumida *in natura*, também serve de matéria-prima para a produção de farinha, bolos, farinha de tapioca, biscoitos e outros produtos que fazem parte da culinária regional.

Do total de mandioca produzido no país, 30% concentra-se na região Norte. No Acre, a produção em 2011 foi de 939 mil toneladas, que corresponde a 12% da região. Entre 1999 e 2009, a produção cresceu em média 8% ao ano, havendo duas quedas nos anos de 2006 e 2009. Em 2010, ela voltou a crescer 51% em relação a 2009. A tendência de crescimento manteve-se em 2011, com a sua expansão em 11%. A produtividade da mandioca

nos solos acreanos é a quarta melhor do país, com 19,4 toneladas/hectare, e a melhor da região Norte.

O milho é o segundo produto, em valor, da agricultura do estado. Sua produção alcançou os patamares atuais de 81.793 toneladas em 2011, como uma resposta positiva à política de expansão da produção, implementada pelo governo do estado, por meio da ampliação de áreas mecanizadas, construção de silos graneleiros, oferta de assistência técnica, dentre outros. O avanço tecnológico da produção de milho pode ser observado também pelo aumento da produtividade do fator de produção terra: em 2007, colhiam-se no Acre, em média, 1,53 tonelada por hectare; em 2011 esse indicador apresentou o valor de 2,23 toneladas por hectare, o que mostra um crescimento de 46% na produtividade.

O milho constitui matéria-prima essencial para a fabricação de ração para pequenos animais. Assim, o crescimento da produção representa também uma resposta de mercado ao aumento da demanda, impulsionada pelas políticas públicas de fomento a piscicultura, suinocultura e avicultura.

INDÚSTRIA

O fortalecimento do setor industrial também é parte fundamental da estratégia que o governo do estado tem adotado para o desenvolvimento do Acre. Uma indústria forte é imprescindível para uma estrutura econômica sólida, com geração de emprego e renda, ganhos de produtividade, absorção de novas tecnologias, geração de escala, competitividade, dentre outros fatores.

Em 2002, a participação do setor da indústria no valor adicionado do estado era de 10,6%. Até 2010, esse setor ganhou 3,7% de participação, aumentando seu peso na estrutura produtiva para 14,3%. Sua dinâmica também merece destaque, pois nesse período o crescimento médio da indústria (8,1%) foi superior ao dos setores agropecuário (6,8%) e de serviços (5,2%).

As atividades industriais mais importantes são a construção civil, que representa 60%, e a indústria da transformação, com 29% de participação.

Na primeira, o estado tem aportado grande volume de recursos em obras estruturantes para melhoria da infraestrutura, tais como a recuperação e construção de estradas, como o trecho da BR-364 que permitiu, a partir de 2011, a integração permanente entre o Vale do Acre e o Vale do Juruá; a conclusão da estrada do Pacífico, que dá ao Brasil uma via de acesso aos portos no oceano Pacífico pelo Peru. Destacam-se também os investimentos nas áreas de habitação – somente entre 2011 e 2014 prevê-se entregar aproximadamente 13.500 unidades habitacionais; urbanização e saneamento, que visam preparar as bases para a economia, bem como melhorar as condições de habitabilidade e saúde da população.

A indústria da transformação é uma atividade econômica que tem recebido diversos incentivos do Estado para a ampliação, diversificação e modernização do parque industrial. O resultado desse esforço reflete no aumento substancial da agregação de valor às matérias-primas do setor primário, tais como a madeira manejada, a castanha e a borracha; e à produção pecuária, com o processamento de carne bovina, suína, frango e peixe.

Ademais, o governo visa atrair outros empreendimentos industriais para a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que está alfandegada e com a infraestrutura preparada para receber indústrias que almejam exportar para os países vizinhos da Bolívia e Peru, ou para mercados como o norte-americano e o chinês.

SERVIÇOS

Em todas as 27 unidades da federação, o setor de serviços detém a maior parcela de participação no valor adicionado. Este setor agrega sete atividades econômicas, sendo elas: comércio; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; e outros serviços. Juntas, essas atividades foram responsáveis por 66,8% do valor adicionado do estado do Acre em 2010. No Brasil, essa participação é de 66,6%.

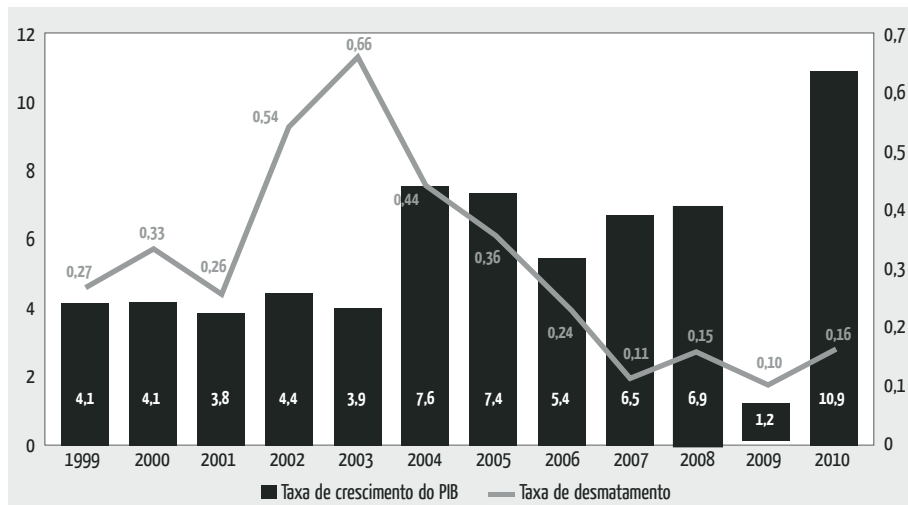
A administração pública é a atividade mais importante desse setor no estado, representando 50% dele; o comércio é a segunda mais relevante, com 16%; as atividades imobiliárias e aluguéis representam 12%; as demais atividades somam 11% do setor.

Em comparação com 2002, o setor de serviços perdeu 5,6% de participação no valor adicionado total em função da redução de participação de quatro de suas atividades, dentre elas a administração pública, que perdeu 2,6% entre 2002 e 2010, conforme citado anteriormente. As atividades que obtiveram ganhos de participação foram o comércio (1,2%), serviços de informação (0,5%) e intermediação financeira (0,3%).

É importante enfatizar que todas as atividades apresentaram taxa de crescimento positivo no período, porém as atividades de outros setores tiveram desempenho superior às desse setor, com exceção do comércio, que apresentou a segunda melhor taxa de crescimento (8,1%) quando observadas as sete maiores atividades do estado.

O modelo de desenvolvimento escolhido pelo Acre mostra que é possível associar crescimento econômico e preservação ambiental. Isso pode ser observado quando se observam as taxas de crescimento do PIB e as de desmatamento.

Gráfico 40

Acre – Taxa de crescimento do PIB e taxa de desmatamento (%)
1999-2010

Fonte: IBGE e Inpe.

Conforme se observa no Gráfico 40, o crescimento econômico do Acre, entre 1999 e 2003, foi acompanhado por um comportamento crescente da taxa de desmatamento. Contudo, de 2004 a 2010, nota-se uma inversão nessa lógica: o PIB apresenta maiores taxas de crescimento, com desempenho médio anual de 6,6%, contrastando com taxas de desmatamento cada vez menores.

Por fim, os resultados apresentados mostram que a estratégia de desenvolvimento adotada pelo Acre associa crescimento econômico a distribuição de renda, inclusão social, geração de novos postos de trabalho e conservação ambiental.

DEMOGRAFIA

COMPOSIÇÃO ETÁRIA E TAXA DE EXPANSÃO

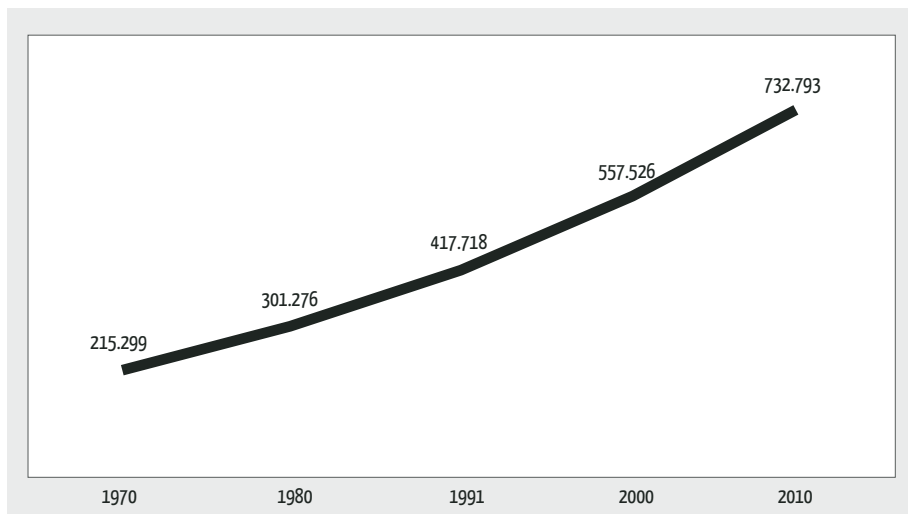
O processo histórico de ocupação do Acre foi impulsionado pela migração de nordestinos na busca pela exploração extrativa do látex, matéria-prima utilizada para a fabricação da borracha que era estratégica para estimular o capitalismo monopolista internacional na segunda metade do século XIX. O Gráfico 41 demonstra a evolução da população do estado desde 1970.

A área geográfica do Acre representa somente 4,3% da região Norte do país, porém a sua densidade demográfica em 2010 era de 4,47 hab./km², superando a alcançada pela região, que ficou em 4,11 hab./km².

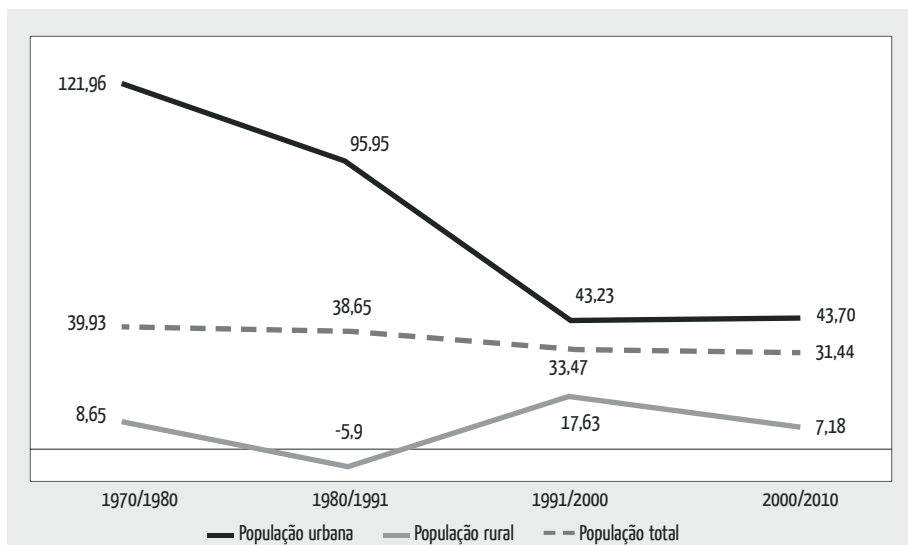
A partir da década de 1970, impulsionado pela frente agropecuária que ocorreu em toda a Amazônia brasileira, o estado apresentou altas taxas de crescimento demográfico.

Em 2010, obteve o terceiro maior percentual de crescimento populacional entre os estados da federação, quando comparado com o Censo de 2000 (31,44%). Este percentual foi superado somente por outros dois estados amazônicos: o Amapá (40,18%) e Roraima (39,10%), com crescimento bem superior à média nacional (12,48%). Mesmo com tamanha expressividade, a taxa apresenta uma tendência decrescente, como podemos observar no Gráfico 42.

A queda das taxas de crescimento detectadas ocorreu em função da diminuição paulatina da taxa de fecundidade total, que em 2000 era de 3,63 e em 2010 caiu para 2,81. Porém, como mostra o Gráfico 43, dentre os dez

Gráfico 41**Acre – Evolução da população total
1970-2010**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Gráfico 42**Acre – Crescimento da população total, rural e urbana nos períodos intercensitários (%)
1970-2010**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

estados da federação que apresentaram as maiores taxas de natalidade do país, o Acre ficou em primeiro lugar em 2010.

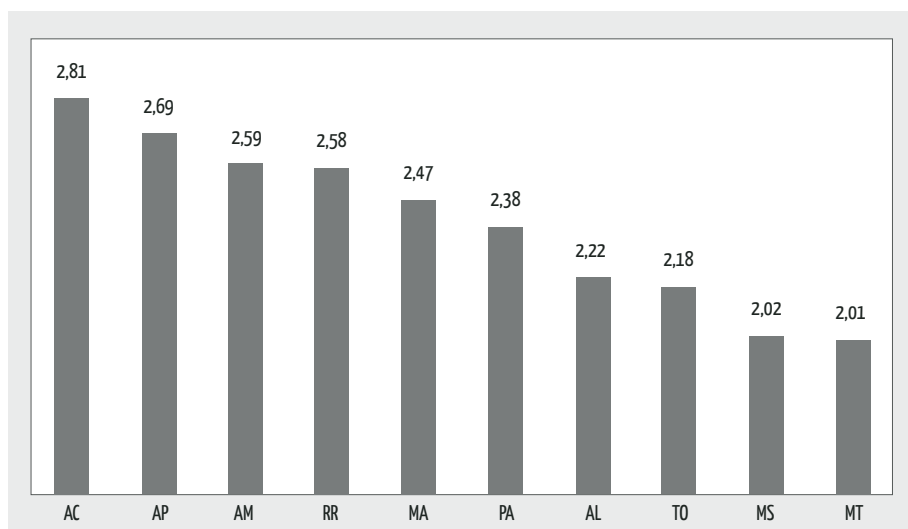
A frente agropecuária também foi responsável por intensas transações com terras, desalojando grande parte da população rural, a maioria formada por seringueiros que ocupavam as florestas acreanas. O resultado em termos demográficos foi um intenso êxodo rural, detectado pelos censos a partir de 1970, com um crescimento vertiginoso da população urbana, principalmente na capital, Rio Branco. O Gráfico 44 demonstra este movimento. Enquanto em 1970 a população rural representava 72%, em 2010, quarenta anos depois, ela representava somente 27%.

O Acre possui 22 municípios, sete deles com população menor que 10 mil habitantes; 13 com população entre 10 mil e 50 mil; um com população entre 50 mil e 100 mil; e, finalmente, a capital Rio Branco, com população maior que 330 mil.

Dentre eles, os que apresentaram maior dinâmica populacional no último decênio foram: Santa Rosa do Purus (105,34%), Rodrigues Alves (77,12%), Assis Brasil (74,07%) e Marechal Thaumaturgo (71,19%). Os que apresentaram menor dinâmica foram: Senador Guiomard (1,98%), Rio Branco (13,39%), Cruzeiro do Sul (16,32%) e Feijó (20,92%).

Gráfico 43

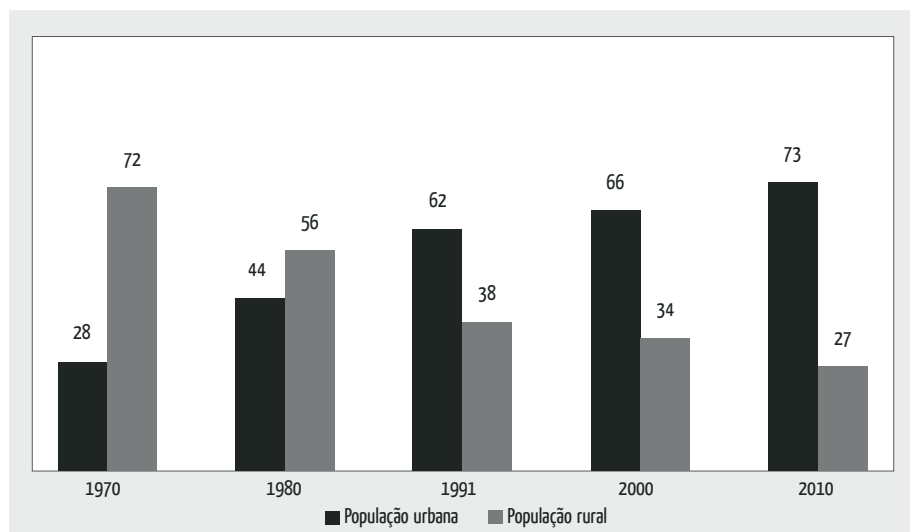
Acre – Taxas de fecundidade total 2010



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Gráfico 44

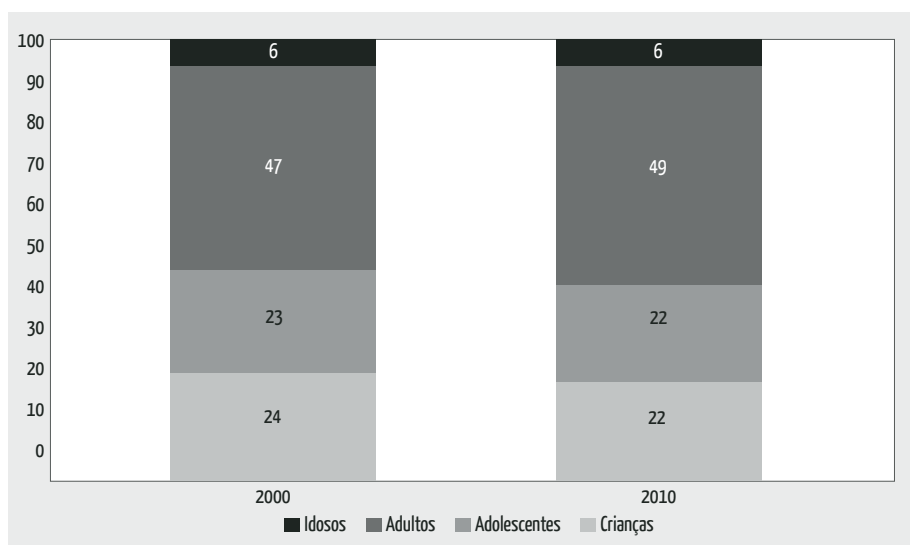
Acre – Percentual da população urbana e rural dos últimos cinco censos
2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Gráfico 45

Acre – Agrupamentos etários nos Censos de 2000 e 2010 (%)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

A região mais densamente ocupada, a do Baixo Acre, que abrange sete municípios, inclusive a capital, apresentou crescimento de 31,22%, ligeiramente abaixo do percentual alcançado para o estado como um todo (31,44%).

Os municípios que compõem a regional com maior crescimento foram os do Alto Acre (34,88%), seguidos pelos que compõem a regional do Purus (33%). Os que apresentaram crescimento abaixo do alcançado pelo conjunto do estado foram os municípios localizados nas regiões Tarauacá-Envira (29,98%) e os da região do Juruá (30,87%).

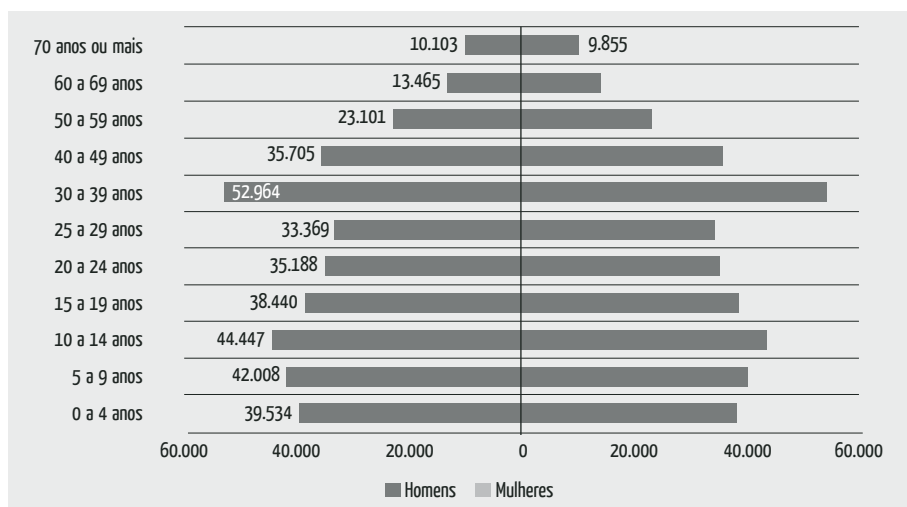
Quanto à representatividade dos grupos etários da população total residente, evidenciado no Gráfico 45 – dividido entre crianças (com até 9 anos), adolescentes (de 10 a 19 anos), idosos (com 60 anos ou mais, conforme o Estatuto do Idoso) e adultos (de 20 a 59 anos) –, os números evidenciaram um predomínio da população adulta em relação às demais, que demonstram queda em 2010, com exceção do grupo de idosos, que mantém o percentual. Esses dados evidenciam um padrão jovem da população e mostram a importância do desenvolvimento de políticas públicas para atender a população jovem, que, embora represente uma potencial de mão de obra para o setor produtivo, gera uma preocupação maior, pois está exposta a taxas de mortalidade por causas externas (violência).

A pirâmide etária do Acre para 2010 tem sua base relativamente estreita e vai alargando-se até atingir a faixa etária de 30 a 39 anos, e depois se estreita acentuadamente, demonstrando um número de idosos relativamente pequeno. Ela mostra que, mesmo com todo o crescimento, continuamos a ser um estado jovem, pois, no caso dos estados mais desenvolvidos, a base da pirâmide costuma ter o topo mais dilatado.

O Índice de Envelhecimento (IE), calculado dividindo-se o número de pessoas de 65 anos de idade ou mais para cada cem pessoas menores que 15 anos é o indicador utilizado para avaliar a transição demográfica. Os demógrafos sugerem um IE inferior a 15 como indicativo de uma população jovem; entre 15 e 30, uma população em nível intermediário; acima de 30, poderia ser considerada uma população idosa. Conforme dados do IBGE, o IE em 2000 era de 9,08; em 2010, 10,59. O início do processo de transição demográfica de uma população jovem para uma população de nível intermediário ocorrerá em 2018, quando o IE será de 15,15. Em 2010, o Acre apresentou um dos menores IE dentre os estados brasileiros, ficando bem abaixo do Índice de Envelhecimento do Brasil (26,54).

É fato que a estrutura etária está em transição. A diminuição do número de crianças e adolescentes é um retrato da queda da natalidade. Por outro lado, o aumento do número de adultos e idosos indica o aumento da expectativa

de vida, o que mostra também a queda da mortalidade. O estado evidencia traços da uma nova fase do crescimento populacional, com queda de natalidade e de mortalidade, tendendo a baixar o ritmo do crescimento populacional. Tais mudanças alertam para mudanças e reformas sociais, principalmente no que toca à questão da previdência e do setor cultural, ou seja, educar os mais jovens e até os adultos para uma boa convivência com as pessoas da terceira idade. O Gráfico 46 apresenta a pirâmide etária do Acre:

Gráfico 46**Pirâmide etária do Acre em 2010**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

O fato de ser um estado jovem pode ser bom para o crescimento e para o desenvolvimento econômico. A priorização de grandes investimentos na educação e na saúde dos jovens, preparando-os para o futuro, pode representar um diferencial competitivo em escala regional e nacional.

COMPOSIÇÃO RACIAL E DE GÊNERO

A figura da pirâmide etária para 2010, além de informar sobre a faixa etária, mostra também da proporção dos sexos em cada idade. Em relação ao gênero da população, pode-se perceber que, dos residentes, os homens representam a maioria, com 368.324, contra 365.235 do sexo feminino. Segundo o IBGE (2010), a expectativa de vida dos homens é de 69,4 anos, e das mulheres 74,7.

Assim como na região Norte, a população masculina predominou em relação à feminina. Calculando a razão de sexos (RS) que expressa a relação

quantitativa entre os sexos (se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens; abaixo, predominância de mulheres). Avaliando-se a razão de sexos em cada um dos 22 municípios em 2010, observou-se que, na população total, somente a capital, Rio Branco, apresentou um número de mulheres superior ao de homens, com uma razão de sexos equivalente a 95. Na zona urbana, além do total do estado, com uma RS de 95 e de Rio Branco (93), outros onze municípios apresentaram RS menor que um. Na zona rural, para o conjunto do estado e para a grande maioria dos municípios, houve o predomínio da população masculina sobre a feminina (RS >100) – exceção somente para o município de Santa Rosa do Purus, que apresentou uma RS de 99. O Gráfico 47, na página seguinte, apresenta a razão de sexos para o estado e seus municípios, dividida pela população total, população urbana e população rural.

O Censo 2010 confirmou alteração na composição racial do Estado, em que a população negra passa a figurar como maioria. Os negros no Acre, considerados os que se declaram pardos e pretos, correspondem a 74% dos residentes.

Esse aumento progressivo se deve, sobretudo, à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos. O aumento da participação da população negra se deu em praticamente todos os municípios, com exceção de Santa Rosa do Purus, onde caiu de 73,51%, em 2000, para 42% em virtude de grande parte da população ter se declarado, em 2010, indígena. Capixaba (84%), Manoel Urbano (81%) e Xapuri (80,50%) figuram como os municípios com maior participação de pretos e pardos no estado. Por sua vez, Santa Rosa do Purus (42%), Feijó (66%) e Assis Brasil (66,60%) são aqueles que congregam o menor número da população preta e parda do Estado.

COMPOSIÇÃO DE IMIGRANTES

A colonização do Acre ocorreu por migrantes nordestinos na segunda metade do século XIX, sob a égide da economia extrativa da borracha. Sua dinâmica demográfica recebeu, durante muitos anos, forte influência dos preços da borracha no mercado internacional. Em momentos de crise, o fluxo emigratório era intenso, como no período que vai de 1920 a 1940, quando a população caiu de 92.379 para 79.728 habitantes.

Outra onda de migração verificada foi na primeira metade da década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, na chamada Batalha da Borracha. Com os acordos de Washington, o Brasil, através da Amazônia, deveria contribuir com as forças aliadas na produção de borracha. O acordo era fazer a produção anual de látex saltar de 18 mil para 45 mil toneladas, sendo necessários 100 mil homens para concretizar tal tarefa. Grande parte dos

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

■ Total
■ Urbano
■ Rural

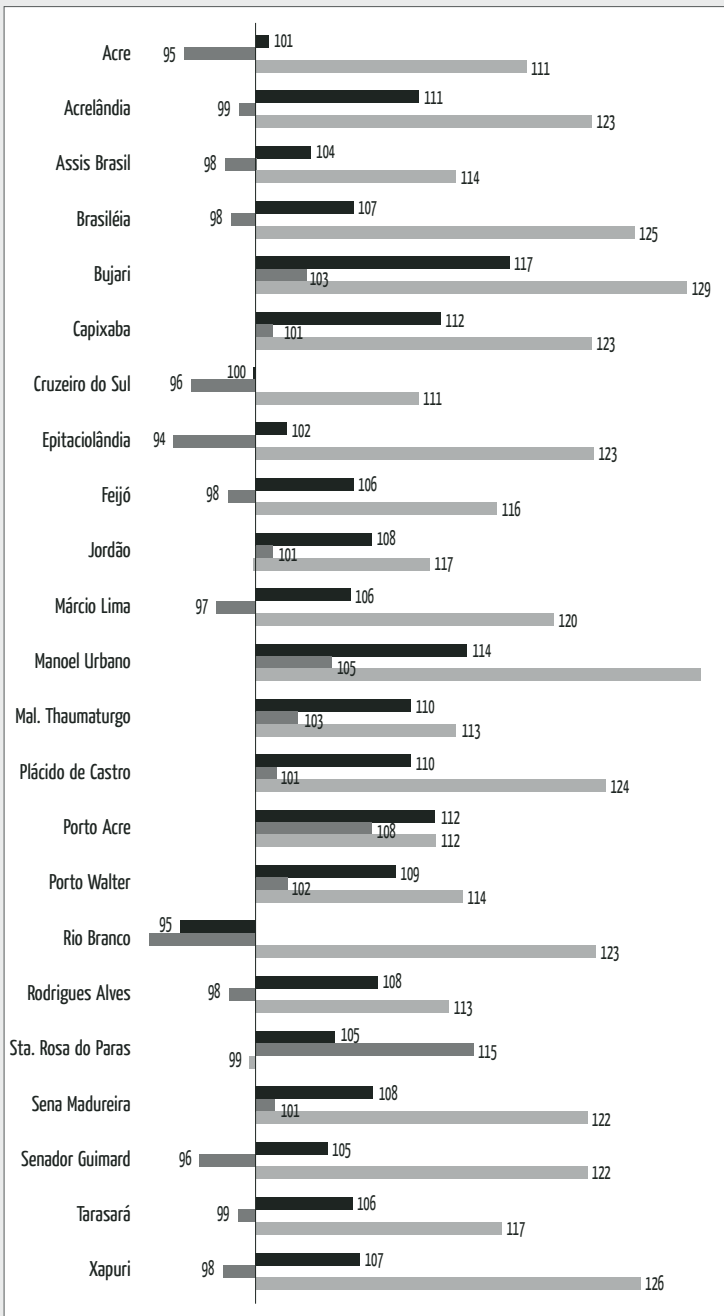
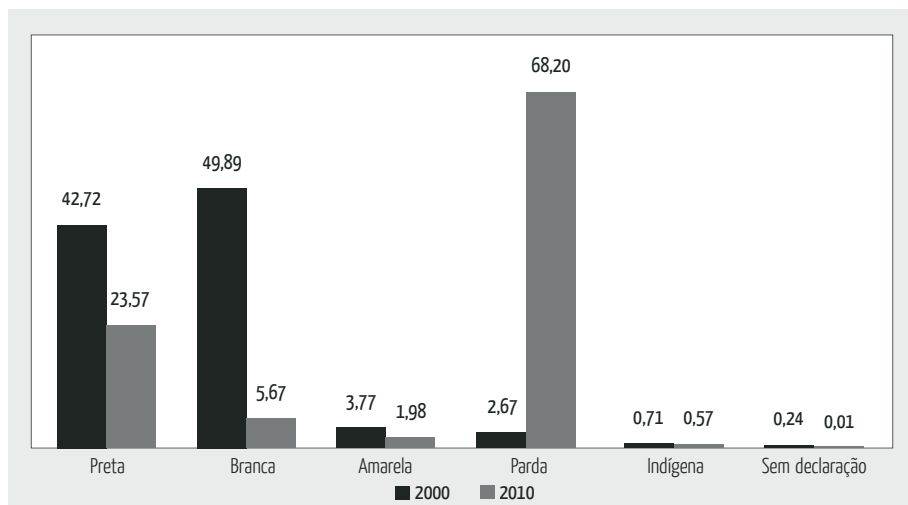


Gráfico 44
Acre – Razão de sexos (RS) do Acre e dos seus municípios
2010

Gráfico 48

Acre – Pessoas por cor e raça (em %)
2000 e 2010



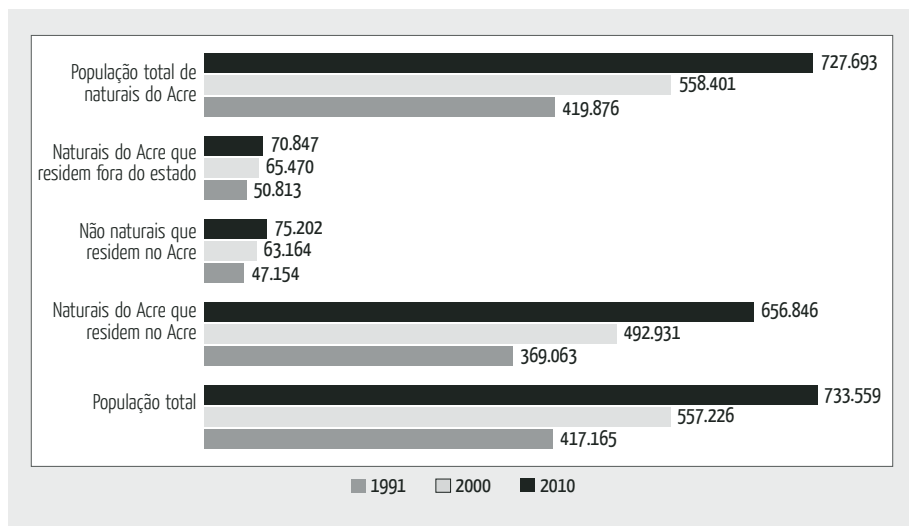
Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

soldados da borracha veio para o Acre. O IBGE detectou, através do censo demográfico, um percentual de crescimento na população total de 43,86% entre os anos 1940 e 1950.

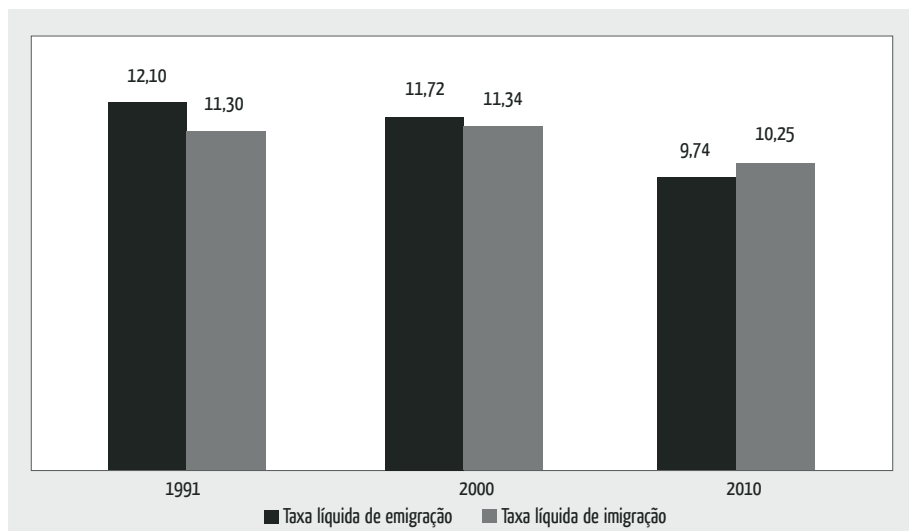
A década de 1970 foi um período em que se verificou uma corrida veloz ao território amazônico. A penetração do capital, dentre outras ações, destruiu antigas e recriou novas relações sociais de produção, agrediu da maneira jamais vista o meio ambiente e expropriou de suas antigas posses e propriedades as populações locais. Porém, ao contrário do que ocorreu com as demais regiões da Amazônia, não se verificou uma migração em massa de pessoas oriundas de outras regiões do país para o Acre. O principal movimento de entrada no estado foi de capitais. O movimento de população ocorreu no sentido campo-cidade (ou seringal-cidade). Como demonstrado, a população urbana, que em 1970 representava somente 26% do total, passa para 44% em 1980 e 62% em 1991.

Os dados do Censo de 2010 (Gráfico 49) indicam um total de 75.202 pessoas residentes no Estado com nascimento em outro estado brasileiro – número que, pela primeira vez, supera o de acreanos que vivem em outras unidades da Federação (70.847).

Quando analisamos o comportamento da taxa líquida de emigração nos períodos censitários, a partir de 1991, observamos um leve crescimento na taxa de 2000 em relação a 1991; e uma queda significativa na taxa de 2010 em

Gráfico 49**Acre - Pessoas por cor e raça (em %)**
1991, 2000 e 2010

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Gráfico 50**Acre - Taxas líquidas de emigração e imigração**
1991, 2000 e 2010

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Cálculos da equipe.

relação a 2000. Esses números nos dizem que, para um crescimento similar, para os dois períodos, da população de naturais do Acre que residem no estado, em torno de 33%, tivemos uma queda dos naturais do Acre que residem fora – de 28,84% para 8,21% – nos respectivos períodos. Isso pode demonstrar que o estado está oferecendo mais condições e oportunidades para que aqueles que aqui nascem possam aqui permanecer.

Já a taxa líquida de emigração apresentou um comportamento similar à de imigração. Imigração: um leve crescimento no período 1991-2000 e uma pequena queda quando comparamos 2000-2010, observando que a população total cresceu proporcionalmente menos no segundo período, indo de 33,57% para 31,64%.

No conjunto, para todos os períodos analisados, percebe-se uma estabilidade entre o número de imigrantes e o de emigrantes, conforme Gráfico 50.

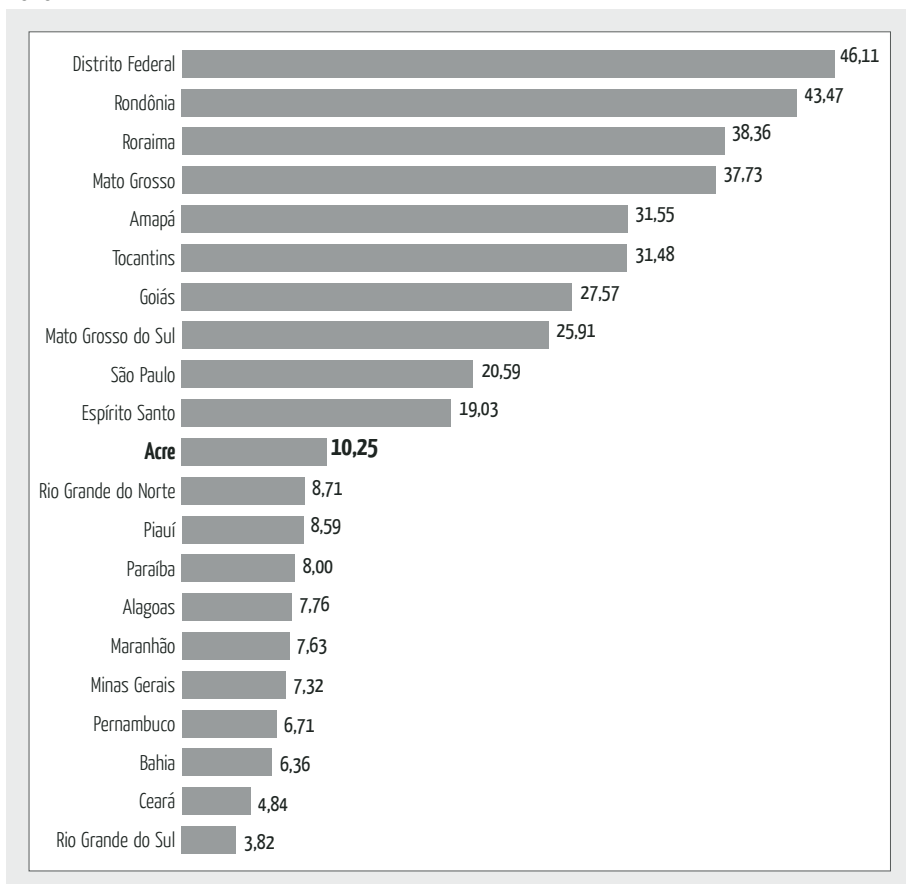
A origem dos imigrantes detectados pelo censo de 2010 foi a seguinte: cerca de 43,44% é oriundo dos estados vizinhos Amazonas (32,17%) e Rondônia (11,27%), seguido por Ceará (8,48%), Paraná (7,97%) e Minas Gerais (5,34%). Quando analisamos a origem dos migrantes dos últimos dez anos, destacam-se: Rondônia (30,17%), Amazonas (28,38%), São Paulo (5,80%) e Goiás (3,38%). No quesito gênero, a maioria dos migrantes são homens.

Embora alguns estados do Norte, como Rondônia, Roraima, Tocantins e Amapá, apresentem uma alta taxa de imigração, o censo de 2010 revelou que a região apresentou nos últimos dez anos uma estabilidade na sua participação relativa próxima a 10%, bem aquém da região Centro-Oeste, que ficou em torno de 16%.

O Gráfico 51 apresenta os estados brasileiros que apresentam os dez maiores e os dez menores percentuais de residentes não naturais dos respectivos estados e os mesmos números para o Acre. Ficando evidente que estamos numa situação intermediária no *ranking* da federação.

PROJEÇÕES

O IBGE divulgou, em 29 de agosto de 2013, a projeção por sexo e idade da população do Brasil e das unidades da federação. O ano de partida da projeção do Brasil foi 2000, e para as unidades da federação foi 2000 e 2030. A estrutura por sexo e idade da população de partida (ou população-base) passou por um processo de conciliação com as distribuições observadas nos Censos de 1991, 2000 e 2010. A conciliação censitária visou definir a coerência entre os parâmetros demográficos estimados para o período 1991-2010 com a população de partida conciliada. Portanto, as populações das unidades da federação foram projetadas pelo Método das Componentes Demográficas.

Gráfico 51**Acre – Residentes não naturais do estado - Ranking dos 10 maiores e dos 10 menores e o Acre (%) 2010**

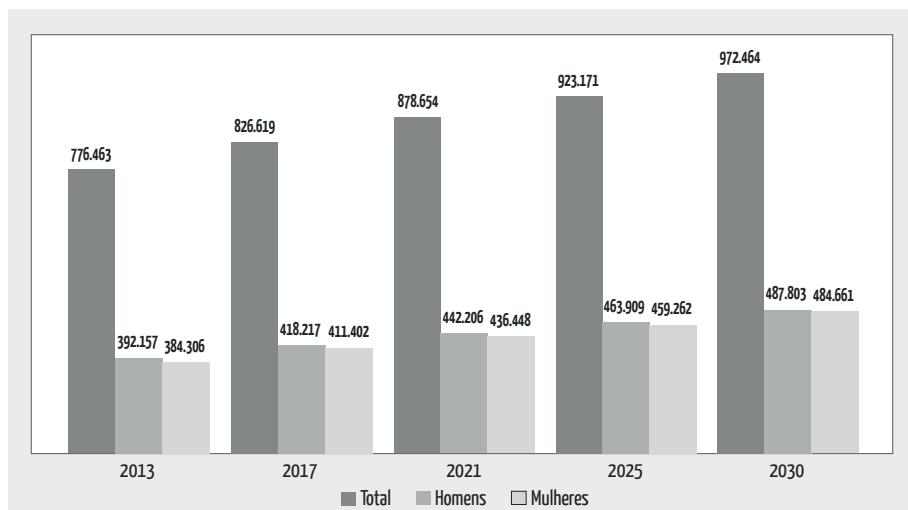
Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Foi empreendida uma atualização dos parâmetros e dos procedimentos de estimação, buscando uma representação aprimorada da realidade demográfica do país, propiciada pelos resultados recentes do Censo Demográfico 2010 e dos registros administrativos de nascimentos e óbitos.

Os resultados para o estado estão expressos nos Gráficos 52 a 61, muitos deles fazendo comparação com a região Norte e com o Brasil. Observamos que, no que se refere à migração interestadual, a projeção do IBGE indica quase nenhum impacto sobre a população do estado. Estima-se um diminuto saldo migratório negativo (-125), em média, até 2030.

Gráfico 52

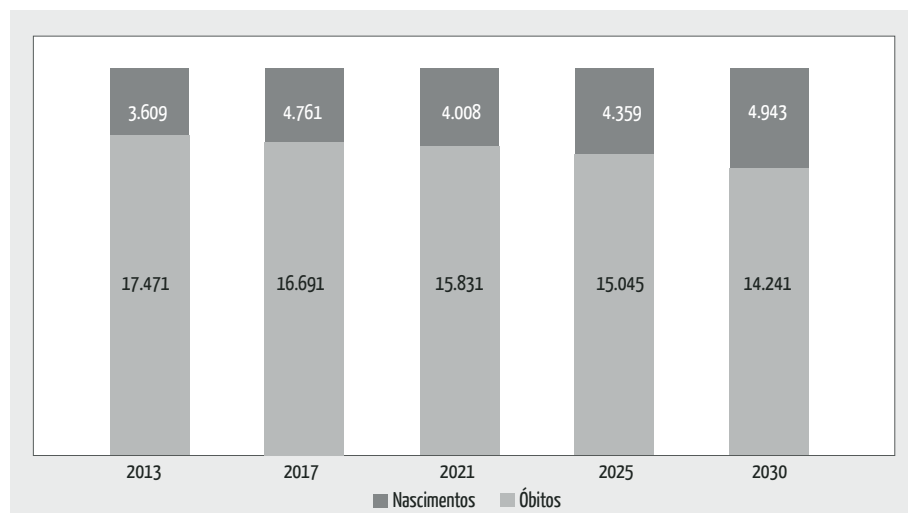
Acre – Projeção da população 2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 53

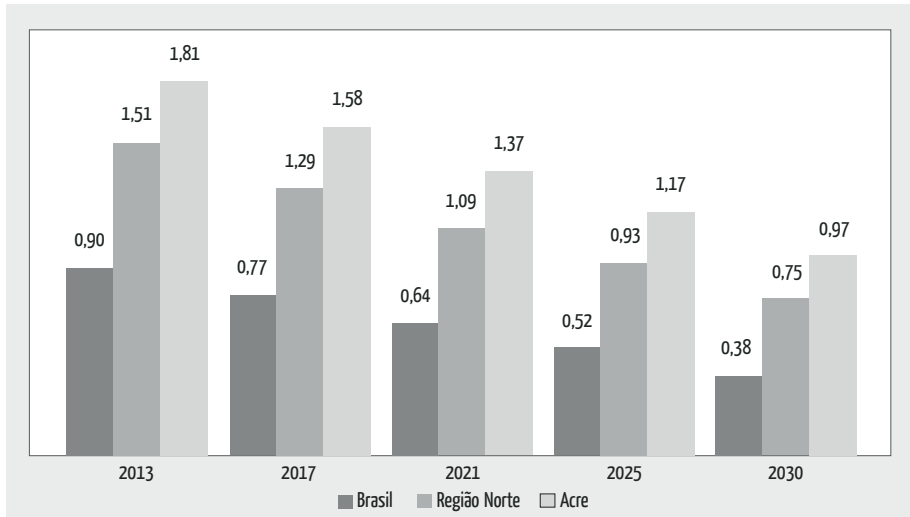
Acre – Projeção de nascimentos e óbitos 2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 54

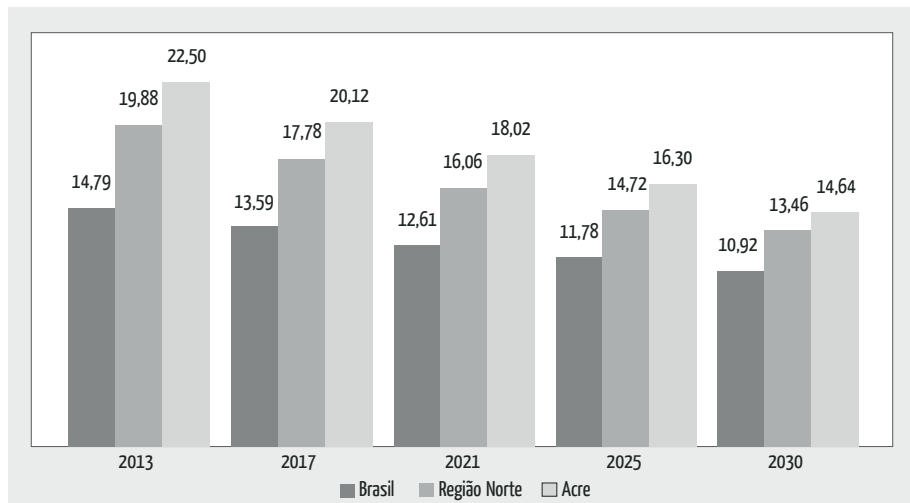
Brasil, região Norte e Acre – Projeção da Taxa de Crescimento Geométrico - TCG (%)
2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 55

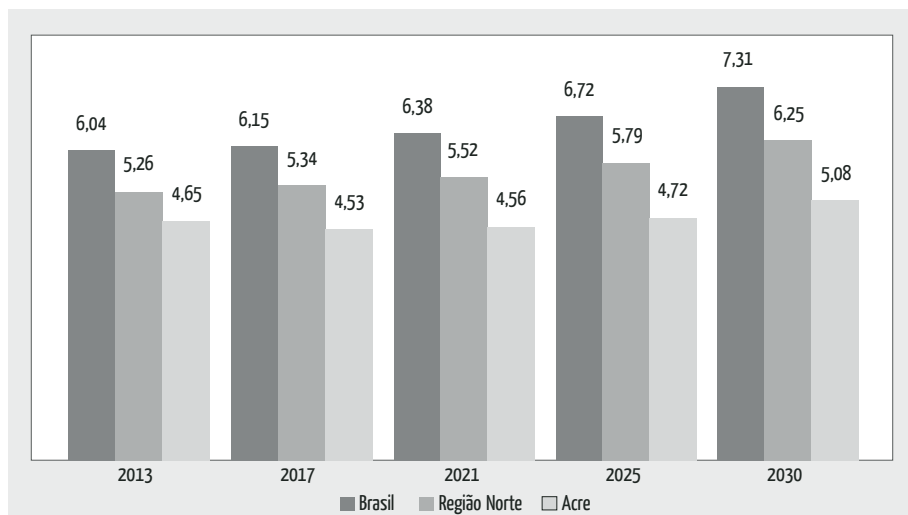
Brasil, região Norte e Acre – Projeção da Taxa Bruta de Natalidade - TBN (%)
2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 56

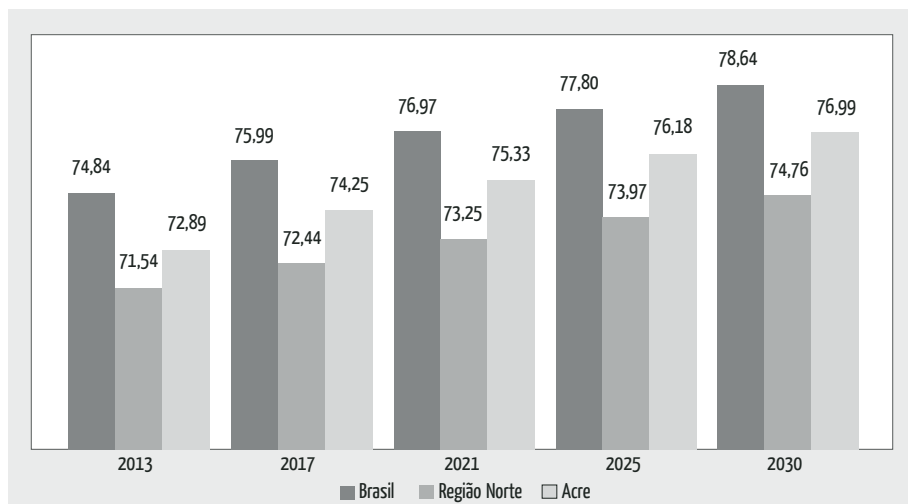
Brasil, região Norte e Acre – Projeção da Taxa Bruta de Mortalidade - TBM (‰)
2013-2030



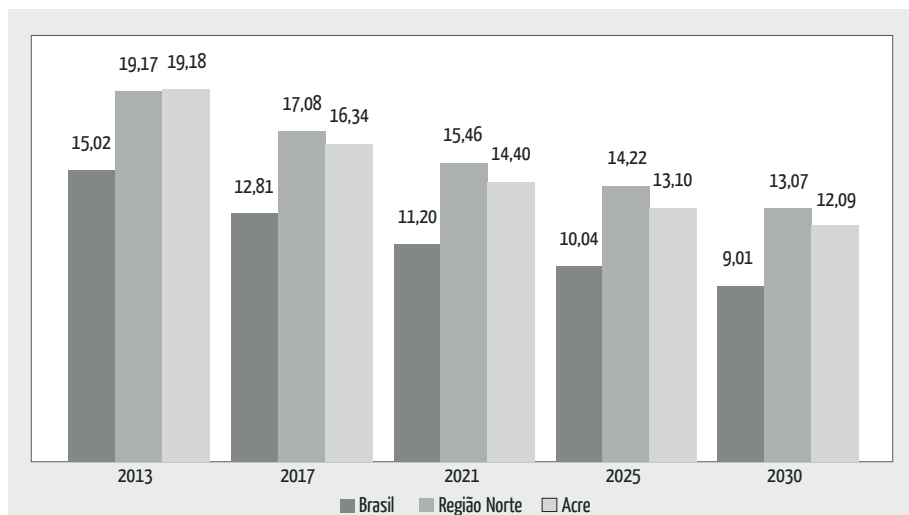
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 57

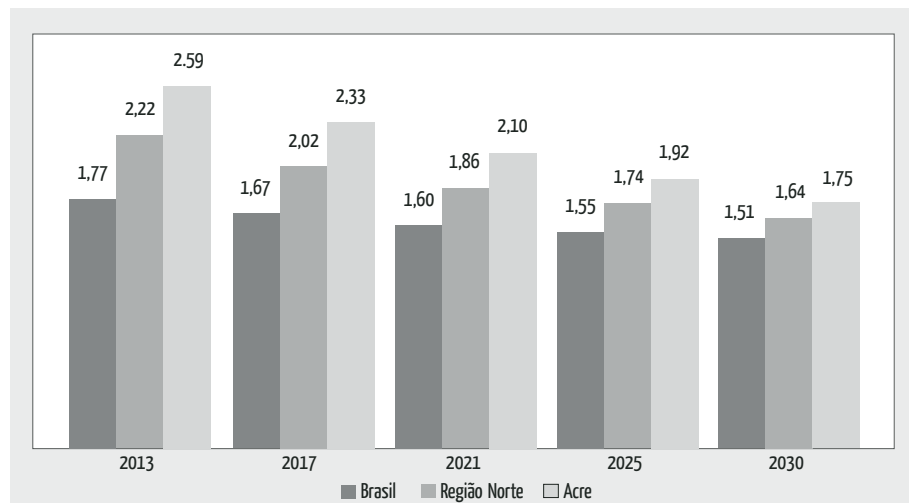
Brasil, região Norte e Acre – Projeção da esperança de vida ao nascer (em anos) (eo)
2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 58**Brasil, região Norte e Acre – Projeção da Taxa de Mortalidade Infantil - TMI (%)**
2013-2030

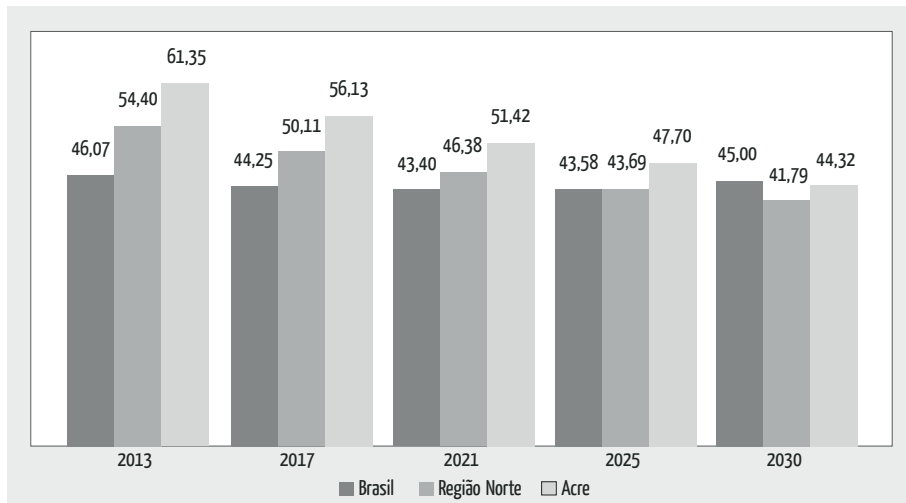
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 59**Brasil, região Norte e Acre – Projeção da Taxa de Fecundidade Total - TFT**
2013-2030

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Gráfico 60

Brasil, região Norte e Acre – Projeção da razão de dependência total* (%)
2013-2030

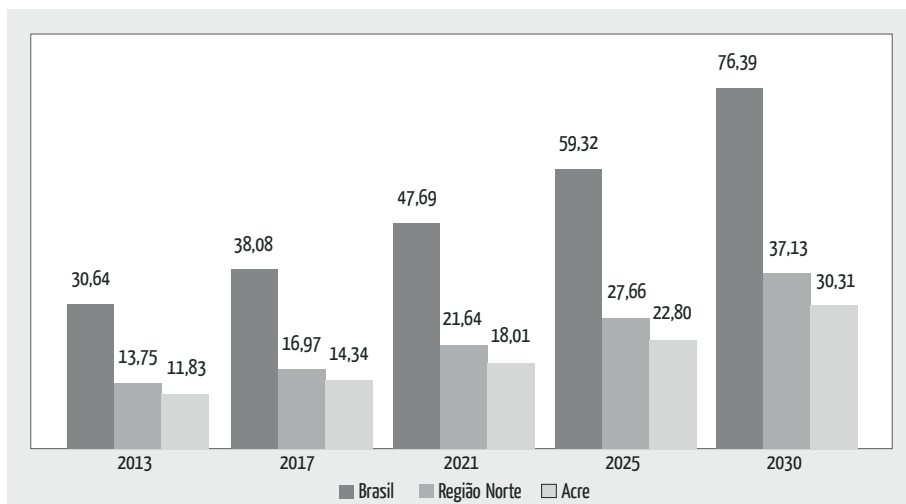


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

* Razão da Dependência Total: Pop 0-14 anos + Pop 65 anos ou mais / Pop 15-64 anos.

Gráfico 61

Brasil, região Norte e Acre – Projeção do índice de envelhecimento* (%)
2013-2030



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

* Índice de Envelhecimento: Pop 65 anos ou mais / Pop 0-14 anos.

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO

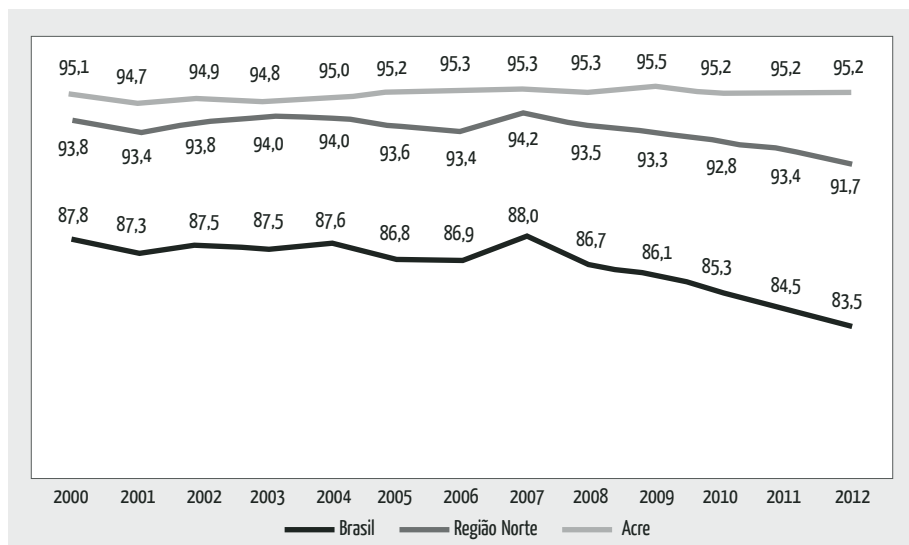
No Acre, considera-se a educação uma área estratégica para o desenvolvimento local, pois o conhecimento tem alto potencial de inovação e de transformação da sociedade, desempenhando um papel central na superação da condição de pobreza. Desde 1999, o governo do estado tem realizado fortes investimentos em todos os segmentos da educação básica, atuando como o principal responsável pelo atendimento e oferta de serviços educacionais. Assim, do total de alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio no Acre em 2012, 95% está na rede pública, conforme ilustrado no Gráfico 62.

Em 2012, foram matriculados no estado 266 mil alunos na educação básica (fundamental e médio), dos quais 253 mil estavam nas redes estadual, municipal e federal. A participação da rede estadual no total de alunos da rede pública é de 64%; na região Norte, essa participação é de 43%, e no Brasil de 44%.

Outro desafio para o estado é a erradicação do analfabetismo. Conforme dados do IBGE expressos no Gráfico 63, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais apresenta sequência de quedas anuais, com elevação nos anos de 2005 e 2009, chegando em 2012 ao valor de 13,2%. Mesmo com a redução da proporção de pessoas analfabetas, quando comparada à taxa de analfabetismo brasileira (8,7%), nota-se que o estado ainda deve realizar um grande esforço para a erradicação do analfabetismo, tanto na garantia de oferta de vagas quanto na capacidade de atrair esse público para a sala de aula, visto que 77% dele tem acima de 40 anos, e 91% acima de 30 anos.

Gráfico 62

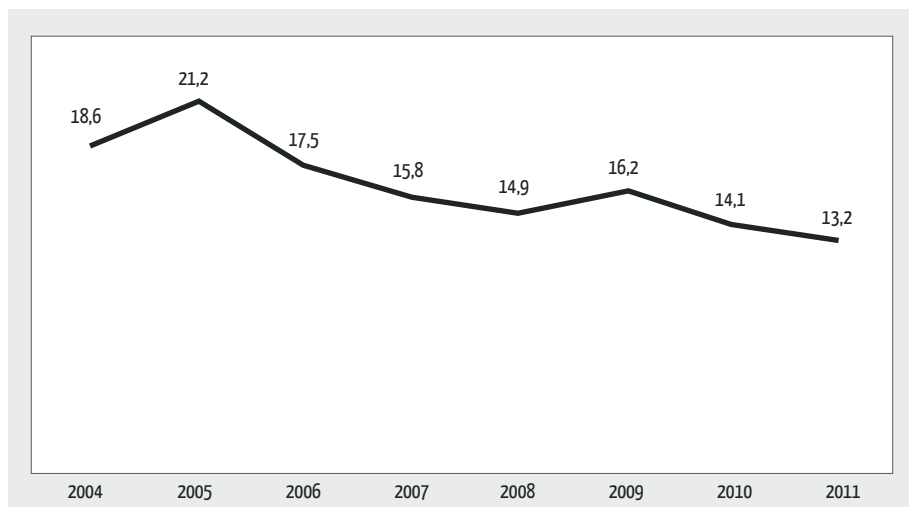
Brasil, região Norte e Acre – Proporção do total de alunos matriculados na rede pública (%)
2000-2012



Fonte: Inep/Censo Escola; Tabulações SAI.

Gráfico 63

Acre – Evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)
2004-2011



Fonte: IBGE/ PNAD.

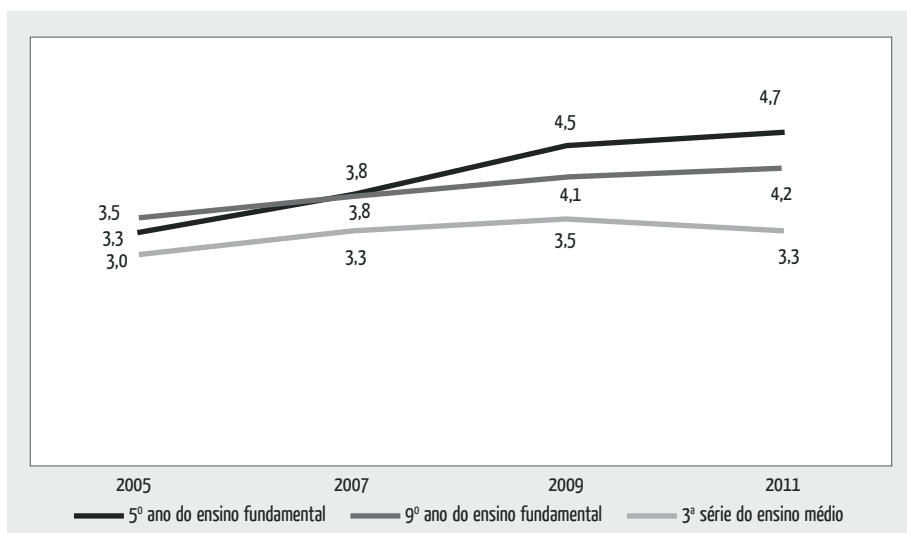
A qualidade da educação na rede pública no Acre também tem apresentado melhoria em todos os níveis da educação básica, superando a meta estabelecida pelo MEC para o Ideb. No 5º ano do ensino fundamental, o índice saiu de 3,3 pontos, em 2005, para 4,7 em 2011. No 9º ano do ensino fundamental, este índice passou de 3,5 pontos para 4,2 no mesmo período, sendo a quinta melhor nota entre as unidades da federação, à frente de estados como Paraná. O ensino médio também cresceu 0,3 pontos entre 2005 e 2011, conforme mostra o Gráfico 64.

A evasão escolar, que é um dos grandes problemas das escolas públicas no país, reduziu drasticamente em todos os segmentos da educação básica do Acre. No ensino fundamental, atualmente a taxa de abandono escolar está em 2,8% para os anos iniciais (1º ao 5º) e 4,4% para os finais (6º a 9º). Em 2007, a taxa de abandono do ensino médio era de 16,1%, caindo para 10,8% em 2012, conforme o Gráfico 65.

Quando comparado às taxas de abandono do Brasil ou da região Norte, verifica-se que, em todos os segmentos da educação básica, a taxa do Acre não fica muito distante da nacional, que é de 1,2% para os anos iniciais do ensino fundamental, 4,2% para os anos finais e 10,5% para o ensino médio; e apresenta melhor desempenho que a taxa regional, que é de 2,2%, 6,1% e 15%, respectivamente.

Gráfico 64

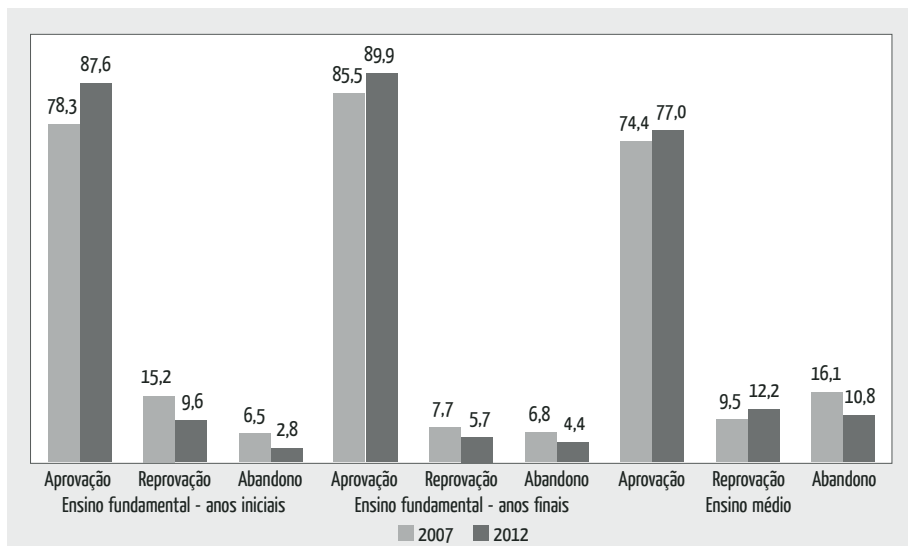
Acre – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual 2005-2011



Fonte: MEC/ INEP.

Gráfico 65

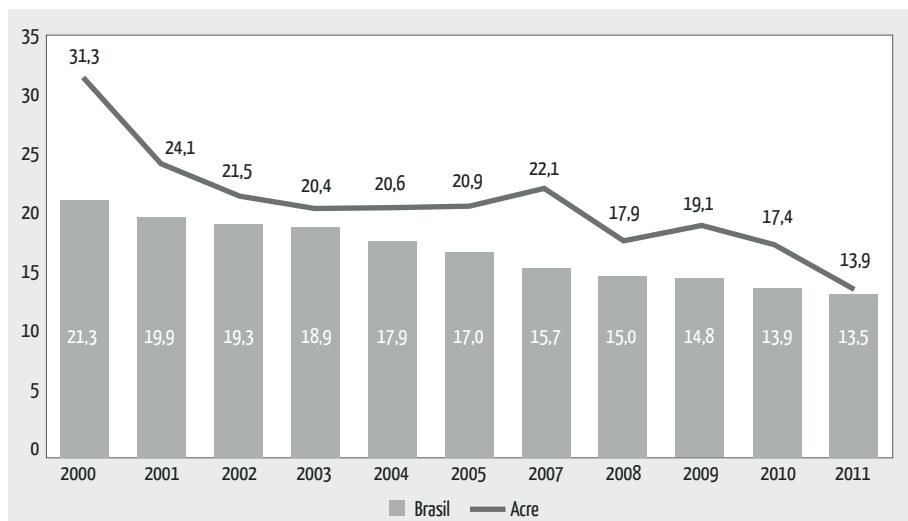
Acre – Rendimento escolar na rede pública (%)
2007 e 2012



Fonte: MEC/ INEP.

Gráfico 66

Brasil e Acre – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)
2000 e 2011



Fonte: Datasus.

Em cinco anos, também melhoraram as taxas de aprovação em todos os segmentos da educação básica. A taxa de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental aumentou aproximadamente 10% nesse período, e a taxa das séries finais foi a mais alta dentre todos os segmentos, com 89,9% em 2012.

Desta forma, as políticas públicas implantadas na educação buscam assegurar à população a universalização do ensino escolar com qualidade. Tais medidas envolvem a ampliação do acesso aos serviços educacionais, inclusive para as comunidades rurais mais isoladas; a melhoria na infraestrutura física das escolas; o combate ao analfabetismo adulto; o aumento da permanência do aluno na escola; a valorização dos professores por meio de melhores salários, programa de formação continuada, formação inicial superior, dentre outros.

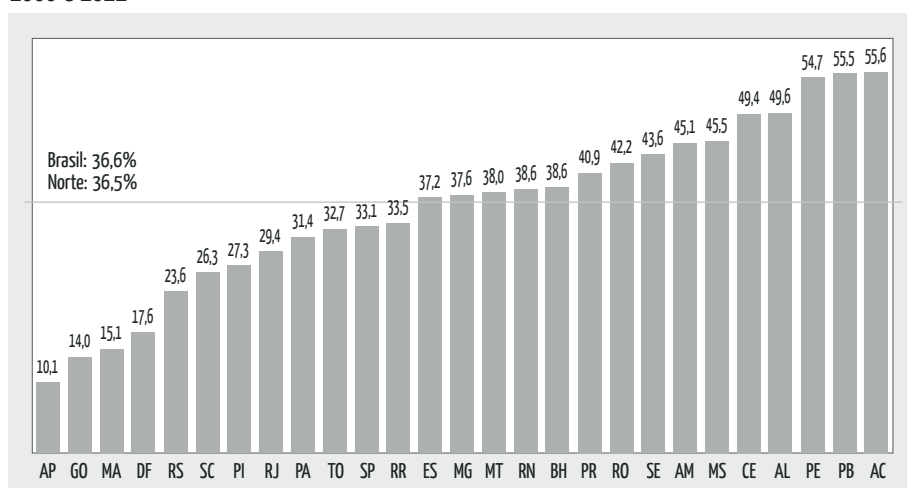
SAÚDE

Na saúde, a estrutura de serviços de alta e média complexidade teve substancial ampliação e melhoria da resolutividade. A taxa de mortalidade infantil declinou de 31,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 13,9 em 2011 (Gráfico 66).

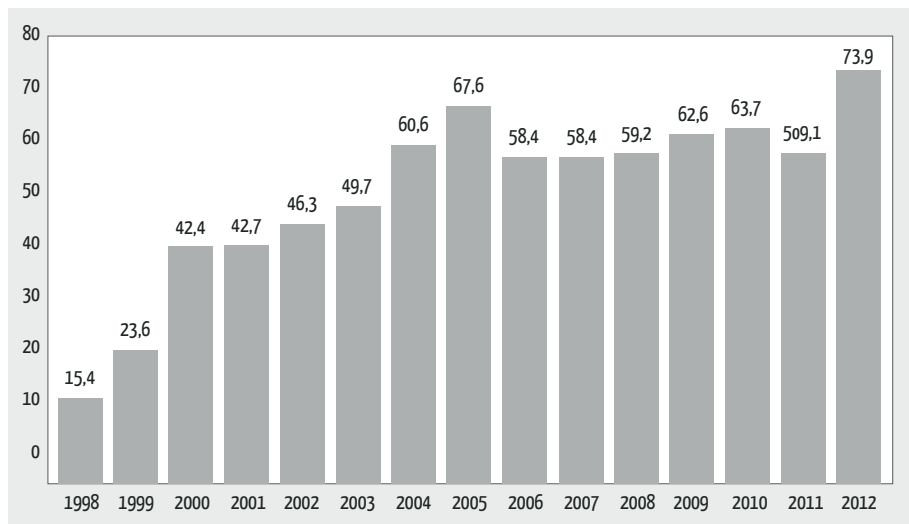
A taxa de mortalidade infantil do Acre, em 2000, era 47% superior à do Brasil; em 2011, essa diferença caiu para apenas 3%, mesmo com o país tendo reduzido sua taxa significativamente. Nesse período, o estado conseguiu reduzir essa cifra em 55,6% (Gráfico 67) – a maior redução verificada entre as unidades da federação.

Gráfico 67

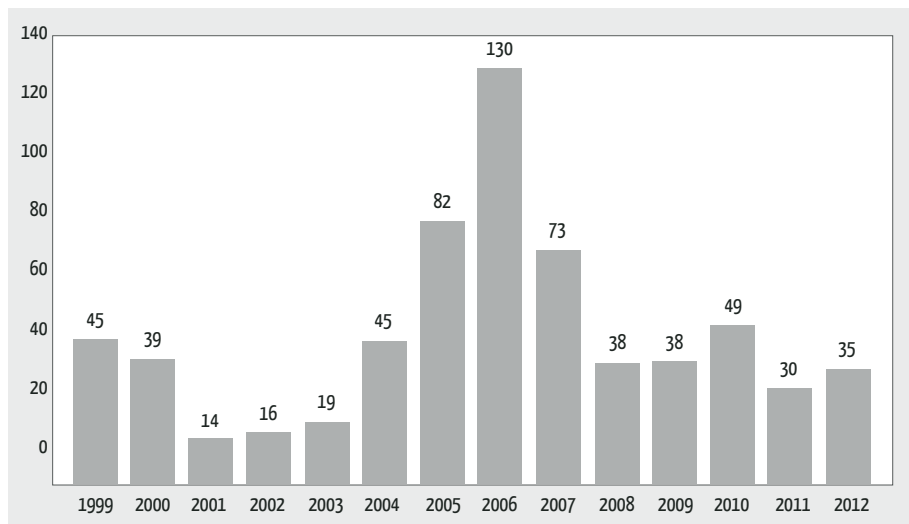
Acre – Percentual dedução da taxa de mortalidade infantil (%)
2000 e 2011



Fonte: Datasus; Tabulações Secretaria de Articulação Institucional.

Gráfico 68**Acre – Percentual da população coberta pela estratégia Saúde da Família
1998-2012**

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Acre.

Gráfico 69**Acre – Índice Parasitário Anual (IPA) de malária (exames positivos por mil habitantes)
1999-2012**

Fonte: Datasus.

Avanços como este estão relacionados à política de melhoria dos serviços do sistema de saúde, notadamente à política de fortalecimento da saúde preventiva. No estado, houve ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) de 23,6%, em 1999, para 73,9% em 2012, conforme mostra o Gráfico 68.

O combate à malária é uma das ações prioritárias do governo, alcançando resultados significativos principalmente em regiões como a do Vale do Juruá. Essas ações envolvem o aumento do número de agentes de endemias, a distribuição de mosquiteiros impregnados, o diagnóstico precoce e o tratamento da doença. Esse trabalho foi reconhecido internacionalmente quando, representando o Brasil, o Acre obteve, por dois anos consecutivos (2011 e 2012), o segundo lugar no prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), concedido aos países que apresentam iniciativas de melhor estratégia de combate à malária.

Entre 1999 e 2012, houve uma diminuição no Índice Parasitário Anual (IPA) da malária de 45 para 35, conforme o Gráfico 69. O governo do estado tem como meta continuar reduzindo esse índice por meio de investimentos na proteção da população e no tratamento das pessoas que contraíram a doença.

GESTÃO CULTURAL NO ACRE: BALANÇO DOS ÚLTIMOS 14 ANOS

A política de valorização e fortalecimento da cultura do Acre constitui um dos eixos da proposta de desenvolvimento sustentável do estado, recebendo um grande impulso a partir do início da década de 2000, quando foram desenvolvidas ações impactantes nas seguintes áreas: afirmação identitária local; fortalecimento institucional; participação e controle social; recuperação, valorização e promoção do patrimônio histórico e cultural; promoção e apoio às artes; promoção e difusão do livro e da leitura; fomento e incentivo à cultura; formação cultural; apoio e fomento às culturas indígenas.

AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA LOCAL

A história da formação cultural do povo do Acre é marcada por lutas pelos direitos dos povos da floresta (indígenas, seringueiros, ribeirinhos), por vida, por brasilidade, por terra e pela valorização da floresta; demandas que deram ao Acre uma cultura com características peculiares. Assim, as ações ocorrem no sentido de elevar a autoestima da população acreana e fortalecer o sentimento de pertencimento e orgulho de ser acreano. Dentre essas ações, vale lembrar que o conceito de *florestania* (baseado na associação da cidadania à floresta), criado e difundindo, balizou a atuação do governo estadual como um todo, particularmente nos primeiros anos de sua introdução.

POLÍTICA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Em 1999 foi criada a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM), com a missão de cuidar da gestão da cultura, comunicação e esportes. Atualmente a FEM atua nas seguintes áreas: artes, memória, leitura, fomento, formação e diversidade socioambiental. Além disso, a FEM criou núcleos regionais para representação no interior do estado, realizou concurso público para ampliação da equipe de servidores, adquiriu e ampliou a sede própria e aumentou o orçamento, além de diversificar sua atuação finalística.

Em 2010, após amplo debate na II Conferência Estadual de Cultura, foi criado o Sistema Estadual de Cultura do Acre, por meio da lei nº 2.312/2010, organizando a gestão cultural estadual em: órgão coordenador (FEM), instâncias de articulação, pactuação e deliberação (Conferência, Conselho e Fórum de Gestores Públicos de Cultura) e instrumentos de gestão (Plano, Fundo, Planos e Sistemas Setoriais, Sistema de Informação e Indicadores, e Programa de Formação Continuada).

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Foram realizadas três edições da Conferência Estadual de Cultura, sempre antecedida de conferências municipais, implementação e fortalecimento do Conselho Estadual de Cultura, além da criação e implementação do Fórum Estadual de Gestores Públicos de Cultura. Vale ressaltar também as experiências, embora incipientes, de gestão compartilhada de parte da rede de espaços e equipamentos públicos culturais existentes entre governo estadual, governos municipais e a sociedade civil, assim como o apoio à criação e fortalecimento de Conselhos Municipais de Política Cultural.

Outra ação que merece destaque é o processo de construção/formulação do Plano Estadual de Cultura, feito sob a orientação metodológica do Ministério da Cultura e da Universidade Federal de Santa Catarina, em três etapas: a) construção do diagnóstico da realidade cultural acreana com participação de artistas, gestores e conselheiros de cultura de todos os municípios; b) construção do prognóstico para os próximos dez anos, através da realização de escutas públicas em todos os municípios; e c) definição dos instrumentos de avaliação e monitoramento.

POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em 1999 se iniciou o processo de revitalização e criação de espaços de memória tais como museus, memoriais, salas de memória, espaços públicos (prédios, praças e parques). Além disso, foi criado o marco regulatório para a área, Lei nº 1.294/1999, que institui o Conselho e cria o Fundo de

Pesquisa e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, necessitando atualmente de revisão e atualização. Além disso, foram realizados vários inventários culturais, que possibilitaram o mapeamento de parte das manifestações culturais, do patrimônio histórico e dos sítios arqueológicos do Acre.

POLÍTICA DE PROMOÇÃO E APOIO ÀS ARTES

Na área de política de promoção e apoio às artes foi ampliada e recuperada a rede de equipamentos e espaços culturais permanentes; desenvolveu-se o Programa Cultura em Movimento, além do Programa Cultura e Comunidade e da rede de 18 Pontos de Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura, destinado a apoiar e potencializar as iniciativas existentes nas comunidades (inclusive periféricas, rurais e indígenas), fomentando ainda eventos de médio e grande portes na capital e no interior.

POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO LIVRO E DA LEITURA

Destacam-se a revitalização e dinamização das poucas bibliotecas existentes em 1999, além da construção de bibliotecas públicas, destacando-se a Biblioteca Central, em Rio Branco, e a Biblioteca de Cruzeiro do Sul; também casas de leitura, bibliotecas comunitárias rurais (Arca das Letras, em parceria com os Ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Agrário) e uma biblioteca temática em Rio Branco – a Biblioteca da Floresta. Ainda se estabeleceram parcerias com a Secretaria de Estado de Educação para dinamização de rede estadual de bibliotecas escolares e do Programa Paneiro e Agentes de Leitura.

POLÍTICA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

A antiga Lei 1.000 de apoio à cultura e aos esportes foi reeditada após nove anos de criação, sendo chamada a partir de então de Lei de Incentivo, contemplando anualmente mais de uma centena de projetos culturais de todos os municípios. Com a criação e implementação do Fundo Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, os recursos foram ampliados, e diversificados os mecanismos de fomento e incentivo a projetos e prêmios culturais, além da criação de mecanismos específicos de fomento em áreas ou segmentos culturais, como é o caso do Prêmio de Culturas Indígenas.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL

Foi criada a Usina de Arte João Donato, destinada à formação artística nas áreas de música, artes cênicas, audiovisual e artes plásticas, além da cria-

ção da Escola de Música do Acre (Emac). Vale dizer ainda que, embora criado pela lei nº 2.312/2010, o Programa Estadual de Formação Cultural, destinado à capacitação continuada de artistas, gestores, servidores e conselheiros de cultura, carece ainda de regulamentação e consequente implementação.

POLÍTICA DE APOIO E FOMENTO ÀS CULTURAS INDÍGENAS

O Acre foi pioneiro na institucionalização e formulação de políticas públicas para os povos indígenas, historicamente entendidas como de responsabilidade do governo federal. Assim, foram estabelecidas medidas compensatórias e de mitigação dos impactos das obras de asfaltamento das rodovias federais que acentuaram a necessidade de uma atuação mais efetiva do estado, levando ao estabelecimento das políticas e de responsabilidades institucionais específicas. Também foram realizadas algumas edições do Encontro Estadual das Culturas Indígenas, além do Programa de Valorização das Culturas Indígenas – ainda em implementação –, fruto da parceria com a Assessoria Especial para os Povos Indígenas e a Funai.

EMPREGO

A expansão econômica também está associada a fatores como a criação de novos postos de trabalho e a melhoria dos salários. No estado, várias medidas foram tomadas para incentivar a geração de trabalho e renda, pois, além dos incentivos dado às empresas, o governo assegurou aos servidores a regularidade e pontualidade no pagamento de salários e a criação de política de valorização da carreira para os servidores. Em 2011, a taxa de desemprego da população de 15 anos e mais foi de 4,2%, a terceira menor do país, ficando abaixo das taxas do Brasil e da região Norte.

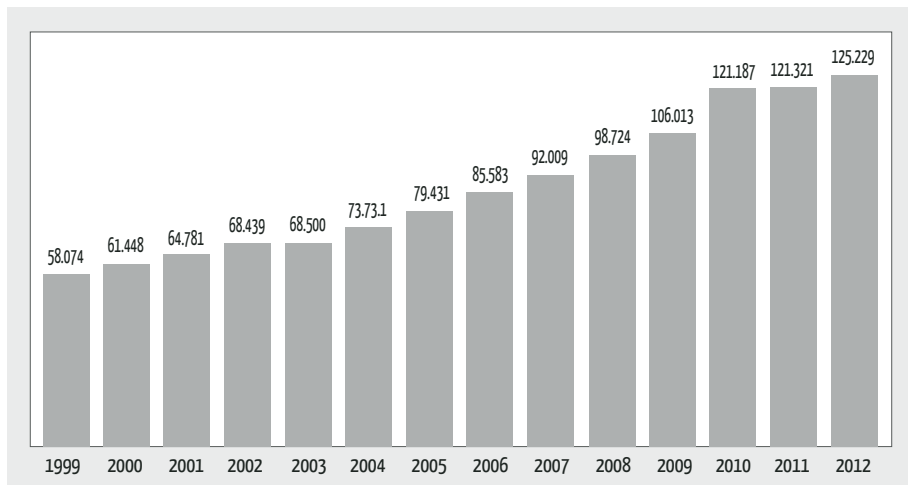
Nos últimos doze anos, foram criados mais empregos formais que em toda a história do Acre até então. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de postos de trabalhos formais em 1999 era de 58.074 (Gráfico 70). Em 2012, passou para 125.229, resultando em uma geração de mais de 67 mil empregos (mais de 116% de crescimento).

A administração pública é a principal atividade econômica do mercado de trabalho formal do estado, porém as demais atividades – notadamente serviços, comércio e construção civil – crescem em maior proporção que a administração pública; desde 2006, o conjunto das demais atividades empregam mais trabalhadores que a administração pública.

Em 2000, a participação da administração no total de empregos formais era de 57,4%. Mesmo com o crescimento do número absoluto de trabalhadores, sua participação caiu para 41,4% em 2012. A segunda maior

Gráfico 70

**Acre – Evolução do número de empregos formais
1999-2012**



Fonte: MTE/RAIS.

atividade, serviços, cresceu tanto em termos absolutos quanto em participação, e em 2012 estavam trabalhando neste setor quase 30 mil trabalhadores (23,6%). O setor de comércio triplicou o número de trabalhadores em 12 anos, e em 2012 apresentou participação no mercado formal de 19,5%, conforme expresso na Tabela 7.

Tabela 7

**Acre – Número de trabalhadores com vínculo ativo em 31 de dezembro
2000-2012**

Atividade econômica	2000		2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Administração pública	35.256	57,4	51.850	41,4
Serviços	10.674	17,4	29.597	23,6
Comércio	7.948	12,9	24.406	19,5
Construção civil	2.644	4,3	7.745	6,2
Indústria de transformação	2.673	4,4	7.029	5,6
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.410	2,3	3.098	2,5
Serviços industriais de utilidade pública	780	1,3	1.171	0,9
Extrativa mineral	63	0,1	333	0,3
Total	61.448	100,0	125.229	100,0

Fonte: MTE/Relação Anual de Informações Sociais.

Os resultados observados estão diretamente vinculados a medidas e iniciativas implementadas pelo governo do estado, que, ao estimular as empresas com incentivos fiscais, locacionais e participação no capital, promove a geração de empregos. Este cenário cria a oportunidade de consolidação do crescimento da economia local a partir de um forte programa de industrialização, com efeitos multiplicadores em todo o setor produtivo acreano.

PREVIDÊNCIA DO REGIME GERAL E DO REGIME PRÓPRIO NO ESTADO DO ACRE

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA NO ACRE

O emprego e a sobrevivência no Acre foram sempre muito difíceis. Por muitos motivos, o estado sofreu uma quase estagnação, sem políticas que se adaptassem a sua realidade. Só recentemente passou a buscar o caminho propício ao desenvolvimento. Seu ideal inarredável é preservar o meio ambiente, não permitindo que se instale um falso progresso em detrimento da vida, por isso é imprescindível que seus passos sejam dados com muita precaução.

Na década de 1970, abriu-se um corredor para instalação de grandes fazendas e outros negócios da agropecuária, propiciando uma verdadeira devastação das florestas. Graças às lutas empreendidas por verdadeiros mártires desta causa, como é o caso de Wilson Pinheiro (em Brasileia) e, posteriormente, Chico Mendes (em Xapuri), além de outros companheiros, foi possível frear o desaparecimento gradual das matas (e de tudo que elas abrigam) pela ação daqueles que pretendiam destruí-las para constituir na região enormes rebanhos.

Mas, conforme o tempo foi passando, a população cresceu sem que também crescessem as oportunidades de ocupações. Há uma juventude em busca de oportunidades e uma velhice que deve ser amparada. Os últimos governos têm se empenhado incansavelmente para implementar políticas de empregos, sobretudo para os jovens que entram em idade laboral. O desafio tem sido enfrentado de forma consciente e responsável pelos recentes governos, sem se arredar dos grandes preceitos adotados.

Há, contudo, uma enorme parcela de acreanos dependentes das políticas de Previdência e Assistência. A Previdência Social faz a cobertura, dentro de suas regras próprias, daqueles que, não tendo regime próprio, foram seus contribuintes durante a vida laboral. É uma política de seguridade social contributiva. A Assistência Social, observadas as regras da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), promove o amparo daqueles que necessitam ser assistidos em suas necessidades de sobrevivência sem que, no entanto, tenham contribuído para o seguro social. É uma política de seguridade social não contributiva.

No Acre, a exemplo do que ocorre em todo o Brasil, a Previdência e a Assistência Social praticam a mais ampla distribuição de rendas para a população. Vejamos o ingresso de recursos provenientes do INSS no estado somente em 2010.

Ante os dados das duas tabelas, verifica-se quão grande é a importância dos benefícios pagos pelo INSS no estado do Acre.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no Brasil é realmente um meio de distribuição de rendas no país e no estado, favorecendo sobretudo as classes menos favorecidas.

Tabela 8

Acre – Despesas com benefícios pagos pelo INSS: previdência + LOAS + soldados da borracha 2010

Qualidade dos benefícios	Quantidade (em 31/10/2010)	Custo de 2010	Média de recursos mensais	Média do VLR mensal dos benefícios
Urbanos	38.949	327.540.000,00	25.195.384,62	646,88
Rurais	33.324	184.451.000,00	14.188.538,46	425,78
Total	72.273	511.991.000,00	39.383.923,0	544,93

Fonte de coleta dos dados: Anuário Estatístico da Previdência Social.

Tabela 9

Acre – Despesas com benefícios X arrecadação 2010

Despesa com pagamento de benefícios em 2010	511.991.000,00
Receitas arrecadadas no estado do Acre	334.384.000,00
Recursos para complementação da folha de benefícios	187.607.000,00

Fonte de coleta dos dados: Anuário Estatístico da Previdência Social.

REGIME PRÓPRIO DO ACRE

De 1962, quando passou à condição de estado, até 1993, o Acre teve seu quadro de servidores regido pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões e, posteriormente, pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), órgão resultante da fusão daqueles institutos (1966). Hoje, o antigo INPS denomina-se Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e administra o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em 1993, a Lei Complementar Estadual nº 39 trouxe para o servidor público do estado um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), criando também um fundo previdenciário com o objetivo de abrigar os recursos para manutenção do sistema. Embora a Constituição de 1988 tenha previsto a exis-

tência de um regime único para os servidores públicos, sabemos que sequer foi realizado um estudo atuarial sobre a massa que iria compor o sistema.

Estabeleceram-se aleatoriamente alíquotas de 8% para aqueles que percebessem salários até duas vezes a menor remuneração do estado e 10% para os que estivessem acima disso. Para o estado foi prevista uma contribuição mensal de 13% sobre a mesma base de cálculo dos servidores, o que nunca foi cumprido por parte do Tesouro Estadual.

Nesse contexto, cometeu-se o equívoco de inserir na lei diversos dispositivos tratando da cobertura de gastos com saúde do servidor e também benefícios assistenciais. Era um sistema que já nascia sem qualquer possibilidade de sobrevivência, com um universo aproximado de 20 mil servidores efetivos, embora o número de inativos e pensionistas (oriundos de carreiras de estado) quase não existisse. Eram eles, ainda, em torno de 20, montante pouco significativo. Tratamos aí somente do Poder Executivo. Algo, porém, era preocupante: a maioria dos servidores ativos já contava com mais de dez anos de serviço, sem falar nos períodos computáveis trazidos de outros regimes. Aí estava um grande problema: já havia uma dívida previdenciária, sem a correspondente poupança para o pagamento dos benefícios no futuro. Em razão da insignificante folha de pagamento de benefícios, criou-se a ilusão de que os recursos juntados a partir dali somente cresceriam. A miopia previdenciária e a visão administrativa imediatista, voltada tão somente para os investimentos do momento presente, fizeram os olhos do governo de então se inquietarem diante de uma conta recheada de recursos “ociosos”.

Em outubro de 1996, após acumular recursos da ordem de R\$ 34,5 milhões, o governo resolveu, através da Lei Complementar Estadual nº 52/1996, extinguir o fundo previdenciário e reverter o saldo dos recursos para o Tesouro Estadual.

A mesma lei excluiu a previsão de contribuição de 13% por parte do estado, o que, aliás, nunca foi obedecido, e determinou que o Tesouro assumisse a arrecadação das contribuições dos servidores e passasse a fazer a cobertura dos benefícios concedidos e a conceder. Isso sem mencionar qualquer obrigação de reservar os recursos para esse fim.

Em 1999, o Partido dos Trabalhadores, integrante da Frente Popular do Acre, assumiu o governo do estado. A situação era então precaríssima em todos os sentidos, encontrando-se o atraso em todos os aspectos. A missão que se tinha pela frente era, realmente, uma reconstrução.

Uma das preocupações do governador Jorge Viana, inicialmente, no que tange aos funcionários públicos, era atualizar os seus respectivos salários, muitos deles com atrasos de cinco meses.

Como foi dito acima, no aspecto previdenciário, o Fundo de Previdência fora extinto em 1996, quando a arrecadação das contribuições e o pagamento dos benefícios passaram a ser administrados pelo Tesouro Estadual.

A intenção do governo em criar um Regime Próprio esbarrou na impossibilidade financeira do estado, sendo postergada até o final de 2005.

REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO

As regras estabelecidas na Lei Complementar nº 52/1996 tiveram validade até 8 de dezembro de 2005, quando foram editadas as novas leis que regulamentam a previdência do servidor público do Acre. Ela foi reestruturada com a Lei Complementar nº 154/2005, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social e criou o Fundo de Previdência do Estado, e a Lei nº 1.688/2005, que criou o Instituto de Previdência em forma de Autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira.

No intuito de cumprir a legislação federal, que impunha uma entidade única de gestão do RPPS em cada ente da federação, foi criado o Acreprevidência, com finalidade de arrecadar, administrar e assegurar os recursos financeiros do fundo de Previdência Social para custear os benefícios previdenciários previstos em lei.

Com a instalação da Autarquia em 2006 e o seu desenvolvimento funcional, foram surgindo, no decorrer do exercício de 2007, diversos casos peculiares de difícil solução, pois a lei instituidora do RPPS estadual não previa em seu texto, por exemplo das pensões de casais homoafetivos, pensões a dependentes por invalidez e a alíquota de contribuição.

Assim, foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, em 2007, o projeto de lei que altera alguns dispositivos da Lei nº 154/2005, que instituiu o RPPS no estado do Acre.

As novas leis buscaram harmonizar os ultrapassados dispositivos constantes da Lei Complementar nº 39/1993 com as novas normas vigentes na Constituição Federal e Leis infraconstitucionais, alteradas principalmente pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005. As leis que regulam a previdência do estado são as seguintes:

Lei Complementar nº 154, de 8 de dezembro de 2005, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do servidor público do estado do Acre (RPPS) e cria o Fundo de Previdência Social.

Lei nº 1.668, de 8 de dezembro de 2005, que cria o Instituto de Previdência do Estado do Acre (Acreprevidência), com a função de administrar o RPPS.

Lei nº 1.970, de 4 de dezembro de 2007, publicada no D.O.E. nº 9.694, de 5 de dezembro de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 1.688/2005.

Lei nº 180, de 4 de dezembro de 2007, publicada no D.O.E. nº 9.694, de 5 de dezembro de 2007, que altera dispositivos à Lei Complementar nº 154, que instituiu o RPPS e criou o FPS.

São atingidos pelo sistema de previdência todos os civis detentores de cargos efetivos e também aqueles que ingressaram nos quadros do estado antes da Constituição Federal de 1988, mesmo sem concurso público.

No que diz respeito à evolução dos números da Previdência Estadual, referente ao período de 2006 a 2010, temos os seguintes dados a seguir.

Tabela 10

**Acre – Evolução dos números da previdência estadual
2006-2010**

Ano	Quantidade de benefícios em manutenção	Recursos disponíveis			Valor da folha de benefícios	Saldo do exercício
		Saldo do exercício anterior	Receitas do exercício	Disponível no exercício		
2006	4.593	0	155.106.424	155.106.424	129.889.685	25.216.739
2007	5.153	25.216.739	171.074.576	196.291.315	138.729.354	57.561.961
2008	5.418	57.561.961	192.830.126	250.392.087	155.538.390	94.853.696
2009	6.113	94.853.696	243.130.977	337.984.673	178.054.941	159.929.733
2010	6.816	159.929.733	258.700.512	418.630.245	202.155.820	216.474.425

OBS.: Benefícios - aposentadorias, reserva e reforma e pensão.
Saldo aplicado no mercado financeiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SERVIDORES

Atualmente, a administração, tanto pública quanto privada, reconhece três eixos de maior importância para o alcance de resultados: as pessoas, as informações e os processos.

No Acre, a gestão de pessoas tem obtido resultados no desenvolvimento institucional por meio da realização de concursos públicos; e no desenvolvimento funcional, mediante a adoção de critérios meritocráticos para a promoção na carreira, a implantação de mecanismos de valorização do servidor, por meio da reorganização de estruturas de carreiras, com a aprovação dos planos de cargos, carreiras e remuneração.

As ações desenvolvidas foram alicerçadas na premissa de que o alcance dos resultados esperados decorre da adoção de medidas que auxiliam na gestão estratégica de pessoas, pela qual há concentração de esforços a fim de assegurar a prestação de serviços públicos com efetividade.

No período de 1999 a junho de 2013 foram desenvolvidas ações que fortaleceram o desenvolvimento institucional, a saber:

- Estruturação das carreiras: a partir 1999, o governo iniciou um processo de estruturação das carreiras do Executivo, instituindo planos de cargos, carreira e remuneração dos profissionais das diversas áreas de atuação.

- Reestruturação de carreiras por meio da revisão ou elaboração de 21 planos de cargos, carreiras e remuneração em diversas áreas do estado, o que proporcionou significativa redução na amplitude remuneratória, possibilitan-

do a adoção de critérios meritocráticos para o desenvolvimento funcional, uma vez que vinculou a promoção ao aprimoramento de competências individuais e organizacionais, à avaliação de conhecimentos e ao desempenho individual; e instituiu o prêmio de valorização do servidor, com incentivo associado ao cumprimento de metas coletivas. Como resultado, foram promovidos por mérito, até junho de 2013, 1.476 servidores ocupantes de cargos de nível médio e superior.

■ Recomposição dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, mediante a realização de 18 concursos públicos, para provimento de 6.620 vagas de cargos efetivos no serviço público estadual, nível médio e superior, possibilitando o ajuste do quadro de pessoal do Estado.

■ Realização de processos seletivos simplificados para contratação de pessoal por tempo determinado a fim de atender a necessidades de excepcional interesse público, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 58/1998 e suas alterações, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e gestão.

■ Implantação da gestão do conhecimento por meio da identificação do elenco de competências organizacionais, da avaliação dos conhecimentos dos servidores e da identificação das discrepâncias entre os conhecimentos necessários ao efetivo exercício dos cargos e os revelados pelos servidores.

■ Definição do perfil profissional requerido do servidor, com indicação das habilidades, atitudes, conhecimentos necessários, níveis de complexidade e forma de avaliação do atendimento desejado a partir de cinco competências: visão sistêmica, comprometimento com o serviço público, capacidade técnica, orientação para o trabalho em equipe e comprometimento com o autodesenvolvimento.

■ Definição do Programa de Desenvolvimento Técnico Gerencial do Servidor com orientações para a organização da formação continuada em três grupos:

- formação profissional, objetivando o desenvolvimento de competências essenciais a todos os servidores, e formação especializada em áreas específicas do estado;

- desenvolvimento gerencial, com oferta de cursos para os servidores que atuam em áreas gerenciais;

- especialização complementar, focalizada em cursos de pós-graduação em áreas estratégicas do Estado.

Assim, a política de gestão de pessoas vem direcionando desde 1999 o desenvolvimento das ações pontuadas, sendo possível contribuir para dotar o estado de melhores condições de organização e funcionamento, uma vez que as ações realizadas impactaram de modo significativo no alcance das metas e dos objetivos estratégicos definidos nos planos e programas governamentais.

PESO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Dada a necessidade de promover melhorias no processo de gestão administrativa, em 2007 foi adquirido um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (Turmalina), que, elabora a folha de pagamento.

Em 2008, iniciou-se o processo de atualização do cadastramento dos servidores públicos do Poder Executivo, bem como a capacitação dos gestores de recursos humanos para uso do novo sistema. Dessa forma, foram atualizados os dados dos servidores de 61 órgãos, totalizando 35.446 servidores ativos cadastrados.

Com a atualização do cadastro dos servidores públicos, teve início a descentralização da folha de pagamento, com a garantia do controle da gestão de forma transparente e eficaz. O projeto-piloto foi implantado na Secretaria de Estado de Educação e estendido a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, e concluído no segundo semestre de 2012.

A parametrização e customização do Sistema de Gestão de Pessoas têm sido efetuadas continuamente, objetivando aprimorar o controle das informações; além disso, com a descentralização da gestão, traz como consequência o compartilhamento das responsabilidades com os setoriais de RH.

QUADRO DE PESSOAL

Ao analisar o quadro de pessoal e a folha de pagamento, observa-se, conforme a Tabela 11, na página seguinte, que o estado possuía, em dezembro de 1999, um total de 28.861 servidores ativos na administração direta e indireta, e em julho de 2013, 35.443 servidores, resultando em um aumento de 22,8%. Considerando os inativos e pensionistas, eram 2.862 em dezembro de 1999; e 9.504 em julho de 2013.

Comparando as despesas de pessoal ativo na administração direta e indireta, no exercício de 1999 em relação ao de 2013, verifica-se um aumento nominal de R\$ 97.635.860, ou 468%, em decorrência dos seguintes fatores: implantação dos PCCR, a partir de 1999, iniciado com a Secretaria de Educação e, gradativamente, estendido à maioria das categorias; no período de 2002 a 2004 foram realizadas revisões nos PCCR; realização de concursos públicos, com admissão de servidores na área de educação, saúde, segurança, jurídica etc., no período anterior a 2006; reajuste, em 2006, de 12%; reestruturação administrativa do Poder Executivo; revisão dos planos de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Secretaria de Fazenda, Saúde, Educação e Polícia Civil; reajuste em 2011 de 20%, em quatro parcelas.

Quanto aos inativos e pensionistas, no mesmo período, verifica-se um aumento nominal de R\$ 23.273.145, que corresponde a 1.140%.

Tabela 11**Acre – Evolução das despesas de pessoal
1999-2013**

Mês/Ano	Ativo	Valor (R\$ 1,00)	Inativo	Valor (R\$ 1,00)	Total
dez/98	30.830	19.384.683	2.603	1.815.216	21.199.900
dez/99	28.861	20.618.008	2.862	2.022.808	22.640.816
dez/00	29.193	23.629.942	3.243	2.397.686	26.027.628
dez/01	29.808	29.395.181	3.537	3.604.155	32.999.336
dez/02	31.491	34.257.769	3.898	4.464.339	38.722.108
dez/03	32.078	37.077.410	4.456	5.179.559	42.256.969
dez/04	32.550	40.062.512	4.922	6.007.495	46.070.008
dez/05	33.117	47.463.059	5.299	7.203.991	54.667.051
dez/06	34.685	58.118.297	5.733	8.211.629	66.329.926
dez/07	34.828	66.831.022	6.262	9.723.100	76.554.123
dez/08	36.140	75.409.169	6.754	11.216.590	86.625.759
dez/09	35.301	78.216.272	7.251	13.484.202	91.700.474
dez/10	35.271	92.821.301	7.736	15.540.551	108.361.851
dez/11	33.992	95.938.169	8.389	18.401.045	114.339.215
dez/12	35.059	109.899.492	9.030	23.238.829	133.138.322
jul/13	35.443	117.020.544	9.504	25.088.362	142.108.905

Fazendo um comparativo com o crescimento acumulado do número de servidores (ativos e inativos) e o crescimento da folha no período de 1999 a julho de 2013, sendo o ano-base 1998, observa-se um acréscimo de 34,4% no número de servidores, enquanto o valor da folha teve um incremento de 570% (Gráfico 71).

CARÊNCIA

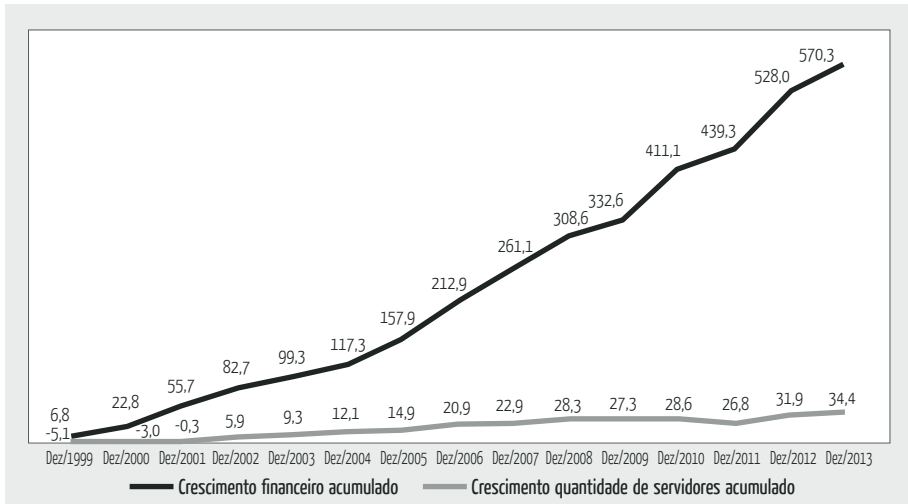
GESTÃO PATRIMONIAL

Em 1999, o estado não possuía um controle efetivo dos bens móveis capaz de alinhar os valores reais dos bens patrimoniais com os das escriturações contábeis. O que se tinha era a escrituração na contabilidade, em que se acumulavam os saldos lançados no decorrer de cada período, que causava uma distorção nos valores reais do patrimônio; ou seja, o que era escriturado não condizia com a realidade física dos bens que existiam.

Visando sanar essa deficiência, bem como cumprir os ditames da Lei nº 4.320/1964, desde 1999 o estado começou a desenvolver ações com a finalidade de ter um controle efetivo de seu acervo patrimonial. Desta forma,

Gráfico 71

Acre – Comparativo do crescimento financeiro e quantitativo dos servidores ativos e inativos 1999-2013



Fonte: Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Acre - SGA.

iniciou-se uma parceria com o Tribunal de Contas buscando soluções a partir de políticas públicas bem-sucedidas, visando o real controle dos bens patrimoniais. Assim, foi adotada a política de alienação de bens inservíveis através de leilão público, realizado anualmente, com aprovação legislativa.

Em 2001, a então Secretaria de Administração desenvolveu, em conjunto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, um sistema de controle patrimonial e instituiu a fixação de plaquetas em todos os bens adquiridos, passando a ter um controle analítico desses bens.

Em 2003, o governo, por meio da Secretaria de Modernização e Tecnologia da Informação (SEMTI), adquiriu o Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG) com vários módulos de gestão, dentre eles o de Administração de Bens Patrimoniais (ABP).

Em 2004, foi assinado um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando o acesso, adesão e utilização da base de dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), com o objetivo de constituir uma base cadastral de materiais. Em seguida, foram realizadas reuniões com representantes do Tribunal de Contas, das Secretarias de Estado de Gestão Administrativa, da Fazenda e Gestão Pública e de Modernização e Tecnologia da Informação, dando-se início ao levantamento dos bens móveis do estado do Acre e a elaboração

dos seus respectivos inventários. Em 2005, iniciou-se o programa Cuidando do que é nosso, com o qual, a partir do envolvimento dos secretários e dos servidores em geral, foram obtidos resultados que contribuíram para o fortalecimento da gestão do patrimônio público, tais como: Comissão Estadual de Inventário dos Bens Móveis do Estado: coordenação e orientação dos procedimentos de inventário dos bens móveis do Estado em todas as unidades administrativas; subcomissões setoriais: destinadas a ações de controle, cadastramento e alimentação do sistema; Manual de Administração de Bens Móveis: destinado a unificar os procedimentos administrativos de bens móveis, de uso obrigatório por decreto estadual; implantação do Módulo ABP no Sistema Integrado de Informações Gerenciais (Sigo), destinado ao controle efetivo e real de todos os bens móveis do estado; campanha educativa: distribuição de material de divulgação a todas as unidades administrativas do estado; cursos de capacitação: disponibilização de curso de capacitação em Administração de bens móveis para os servidores públicos que trabalham na área de patrimônio.

Esse projeto foi reconhecido pelo Consad, que publicou matéria na revista *Governança & Desenvolvimento* em 2006.

Em 2009, instituiu-se o Governo Único, com vista à implantação do Sistema de Gestão de Recursos Públicos (GRP). Atualmente, 100% dos órgãos do estado utilizam o módulo Patrimônio, 98% o de Almoxarifado e 40% o de Compras.

Assim, para um controle mais efetivo dos bens móveis, a gestão patrimonial do estado adequou-se às novas legislações e orientações da STN e do Tribunal de Contas do Estado, criando, para isso, novos instrumentos legais.

Contudo, apesar das ações de inovação e fortalecimento da gestão dos recursos públicos, ressaltamos que ainda é preciso avançar e consolidar a melhoria dos processos internos, garantir o uso efetivo das ferramentas, manter o compromisso dos servidores com o erário público, além de efetivar a implantação dos módulos de frotas, passagens e diárias.

GESTÃO DOCUMENTAL

A Gestão documental é uma área relevante para a administração pública, uma vez que as informações, quando disponíveis, acessíveis e organizadas, são fundamentais para a tomada de decisão gerencial.

Nos últimos anos, algumas iniciativas foram tomadas na tentativa de solucionar problemas como insuficiência de espaço físico, falta de ferramentas de gestão, mecanismos de segurança física e de gestão do acervo, dificuldade de acesso à informação, dentre outros.

Em 1994, com a Lei Estadual nº 1.132, o Arquivo Geral passou a ser denominado Arquivo Central do Estado, órgão central do sistema de arquivos

da administração pública, com o objetivo de estabelecer diretrizes e normas para o funcionamento sistêmico dos arquivos setoriais. Em 2012 foi realizado um relatório diagnóstico com o objetivo de conhecer a realidade dos arquivos setoriais e propor a implantação de iniciativas inovadoras de arquivo, observando as necessidades de: infraestrutura: modernizar a estrutura predial, mobiliária, tecnológica e de consumo; gestão: aplicar um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente, intermediária e permanente; gestão de recursos humanos: realizar concurso público para as carreiras relacionadas à gestão documental.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A administração pública, desde 1999, é reconhecida por sua atuação na inovação e melhoria das condições de trabalho e oferta de serviços ao cidadão acreano. Nesse sentido, foram realizados investimentos na infraestrutura predial e tecnológica dos órgãos estaduais. A recuperação dos prédios, a renovação mobiliária, a informatização dos setores e a reativação de linhas telefônicas deram conforto aos servidores, permitindo uma melhor prestação de serviço.

Até 1998, o uso da tecnologia pelo governo do Acre reduzia-se à simples aquisição de poucos equipamentos de informática para secretarias estratégicas, como Fazenda e Administração, e do desenvolvimento de sistemas incipientes, planejado de modo setorial e isolado, resultando na repetição de trabalho e esforços, na baixa otimização da infraestrutura, na perda de economia de escala e, principalmente, no aprofundamento das disparidades entre os órgãos.

O governo do Acre, na década de 1990, contava com comunicação de dados restrita a prédios (LAN) como no Banacre, Emater, Detran, Gabinete Militar e Sefaz. Utilizavam-se apenas redes internas de computadores interligados por cabos coaxiais com transmissão de apenas 10 Mbps para trocas de arquivos ou aplicações cliente-servidor baseadas em um sistema chamado Novell. Cada LAN isolada utilizava *links* dedicados de alto custo da operadora local ou conexão discada a um provedor com velocidade máxima de 56 Mbps, mas as informações da internet raramente não se limitavam às páginas de texto. Todo o processamento de dados do estado (Executivo e outros poderes) era provido pela Acredata.

No início de 2000 foi instituída a Secretaria Executiva de Informática (SEI) para gerenciar o parque tecnológico do estado, dando suporte técnico de microinformática e identificando as carências de treinamentos, as melhorias estruturais e as aquisições de equipamentos. Iniciou-se, nesse período, um processo de informatização dos sistemas tributário, financeiro e de folha de pagamento.

Essa gestão resultou na implantação de um Datacenter com microservidores, o que garantiu a gestão e segurança das informações institucionais. Em 2010, o estado passou a ser um dos poucos a possuir um ambiente com nível de segurança avançado para armazenamento de informações institucionais e de servidores corporativos em três salas-cofre.

Com a evolução da tecnologia e a demanda cada vez maior por serviços eletrônicos para o acesso à rede mundial de computadores, para o uso de *e-mails* corporativos, para a implantação de sistemas corporativos e a modernização dos processos de gestão, foi necessário fortalecer a estrutura de gestão da TIC no Estado.

Em 2002, a SEI foi extinta e criada a Secretaria de Modernização e Tecnologia da Informação (Semi), que priorizou a gestão da rede de dados, o serviço de correio eletrônico, a hospedagem da página do estado, a segurança da informação relativa aos sistemas da Sefaz (Siat-e e Financeiro) e da SGA (folha de pagamento).

À Semi competia, dentre outros, coordenar e executar o processo de democratização do acesso à informação e aos serviços prestados pelo estado; propor e coordenar métodos de execução das políticas públicas para o desenvolvimento, modernização e racionalização da administração pública, através da tecnologia da informação; e a gestão técnica da TIC.

Nesse período, em parceria com o governo federal, através dos Programas Fome Zero e Governo Eletrônico, foi implementado o Programa Comunidade Digital, com o objetivo de concretizar a inclusão digital no Acre. Desse modo, foram estruturados espaços com computadores conectados à internet banda larga para uso público, denominados Telecentros, em todos os municípios acreanos, sendo nove deles na capital.

Mais do que um projeto de informática, trata-se de um meio de educação, cultura e cidadania, em que qualquer cidadão pode ter um endereço eletrônico e usar recursos de informática para trabalho, pesquisas, além de ter disponível um curso de informática básica e cidadania com certificado.

Através desse programa de inclusão digital, o estado do Acre objetiva contemplar todos os municípios com acesso gratuito à internet, via Telecentros, contribuindo, significativamente para a formação de 930 profissionais da educação, em parceria com a Universidade de Brasília.

Em 2007, com a fusão da Semi e da Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), foi realizada uma análise situacional e definida uma visão de futuro, resultando na definição de programas prioritários, com o objetivo estratégico de garantir bons serviços a todos.

Dentre os projetos planejados destacaram-se: a) Floresta Digital, com objetivo de promover a universalização do acesso à informação e ao governo eletrônico; b) GRP; c) Projeto OCA; d) Portal do Governo, com o Guia de Serviço Público, disponibilizando serviços e informações a cidadãos, empresas, servidores e ao próprio governo; e) Múltiplos canais de comunicação, como quiosques de autoatendimento em locais de fácil acesso na cidade de Rio Branco, a fim de disponibilizar serviços públicos, ampliando os meios de comunicação com o governo; f) *Diário Oficial* eletrônico; g) Modernização da Gestão de Pessoas; h) Cadastro Único e Plataforma de Integração; e i) Sala de Situação.

Nos anos de 2008 e 2010, o projeto foi implementado em unidades-piloto como laboratório para experimentar as novas práticas de atendimento. Ainda em 2010 foram inauguradas as Centrais de Atendimento (OCA) Xapuri e Rio Branco, disponibilizando de forma integrada mais de 600 serviços, distribuídos entre 26 órgãos das esferas municipal, estadual e federal.

Figura 1

Acre – Evolução das unidades de atendimento, expansão e modernização



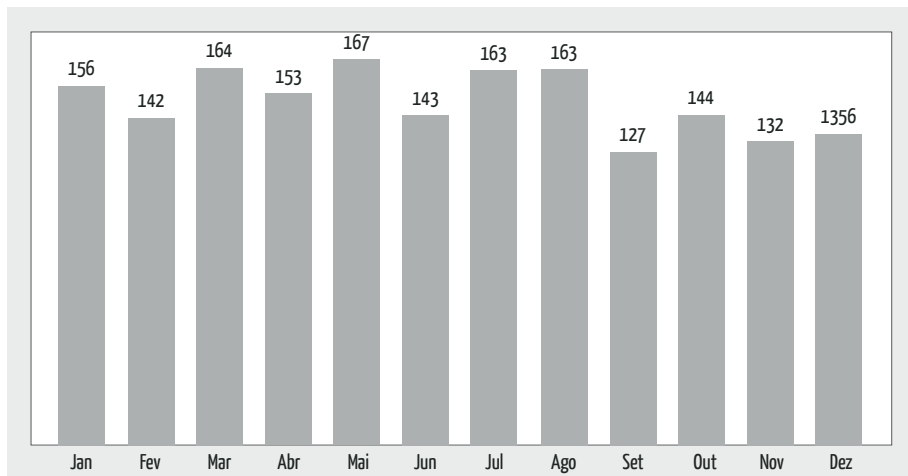
A previsão inicial de atendimento era de 5 mil usuários/dia; contudo, em 2012 esse número chegou a 8 mil, contabilizando 3,2 milhões de atendimentos (Gráfico 72).

Destaca-se também, no âmbito da modernização dos serviços públicos, a criação da Controladoria Geral do Estado, órgão central do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo com a competência de planejar, coordenar e executar as funções de controle e correção administrativa nos órgãos e nas entidades da administração pública do Poder Executivo.

Desde então, a CGE vem atuando ativamente junto aos órgãos, por meio dos setoriais de controle interno, estabelecendo normativas e orientações, além de realizar capacitações aos servidores que visam a formação técnica e o estabelecimento de uma metodologia de trabalho descentralizada.

Gráfico 72

Acre – Comparativo do atendimento mensal realizado na OCA (em 1.000 atendimentos)
2012



Total de atendimentos no ano: 1.789.202; total de atendimentos acumulado: 3.200.014.

Além do controle interno, o estado também vem disponibilizando mecanismos para fortalecer a transparência das ações governamentais, facilitando o exercício do controle social por meio da divulgação de informações.

Figura 2

Acre – Portal de Transparência



Em 2010, foi criado o Portal da Transparência, coordenado pela Sefaz por meio do qual é possível ter acesso às receitas e despesas dos órgãos estaduais.

Em 2012, com a implantação da Lei de Acesso à Informação (LAI), o governo do Acre permitiu o acesso dos cidadãos às informações públicas. A partir dessa regulamentação, foi criado o portal de acesso às informações que disponibiliza os contratos da administração pública estadual, legislações de pessoal, tabelas salariais, vencimento dos servidores, entre outras informações.

Figura 3

Acre – Acesso à informação



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ousou financiar alguns dos itens mais complexos e relevantes do universo de defasagens de infraestrutura no Brasil, como o saneamento básico, a regularização fundiária, a prevenção de riscos e a habitação de interesse social.

Ocorre que esta opção corajosa implicou em um maior risco de contratempos nas obras, como pode ser exemplificado na avaliação do avanço de contratos da concessionária local junto à Funasa para a instalação de sistemas de abastecimento de água e drenagem, contratados em 2007, sendo que, de um total de 13 contratos, apenas cinco estão com mais de 65% de evolução após mais de quatro anos, e a média está em 31%.

Quanto às operações contratadas também para água e drenagem entre 2008 e 2012, de um universo de 37 obras, três estão com avanço em 50%, outras três estão iniciadas, e o restante permanece sem execução, totalizando uma média de 6% de evolução.

Quanto à Secretaria de Habitação de Interesse Social (Sehab), dos 21 contratos de 2007 e 2008, 12 estão concluídos, e os demais se encontram com uma média de 77% de execução, todos reprogramados e relicitados nos casos em que houve necessidade, com conclusão prevista para o próximo semestre.

Estes últimos se referem às Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP), uma proposta de política pública para que as áreas mais necessitadas do estado sejam beneficiadas com serviços básicos, infraestrutura, urbanização e habitação de interesse social através de recursos do PAC. Destas, cinco localizam-se no

município de Rio Branco e uma no município de Sena Madureira: ZAP 1: bairros Chico Mendes e Eldorado – Rio Branco; ZAP 2: bairro Conquista – Rio Branco; ZAP 3: bairro Estação Experimental – Rio Branco; ZAP 4: bairro Palheiral – Rio Branco; ZAP 5: bairros Santa Inês e Mauri Sérgio – Rio Branco; ZAP 6: bairro Miritizal – Sena Madureira.

Todas essas zonas apresentavam um problema em comum: ocupação irregular nas áreas de preservação permanente e infraestrutura precária. Dessa forma, o foco principal dos projetos era a remoção de famílias das áreas de risco e urbanização dos assentamentos precários, além da recuperação ambiental da APP e a implantação de rede de infraestrutura em toda a área de intervenção. Nas ZAP 1, 3 e 4, além da recuperação ambiental, está prevista a sua utilização como área verde urbana, contando com espaços de lazer como forma de evitar ocupações futuras.

Destas obras, que foram iniciadas em 2008, apenas duas foram concluídas em dezembro de 2010: a ZAP 1 e a ZAP 5, as quais foram inauguradas como Parque Urbano Vale do Açaí e Loteamento Recanto dos Buritis, respectivamente. As demais obras, apesar da previsão inicial de entrega em 2010, ainda seguem em andamento.

Além das obras de urbanização, foi iniciado em 2012 o projeto de regularização fundiária nas áreas de intervenção das seis ZAP, com previsão de início em 2013.

Quanto aos quatro contratos de saneamento integrado da Seop, celebrados em 2011, encontram-se em obras e com cerca de 10% de execução, com características semelhantes aos parques urbanos e às ZAP: bairros Placas e Ouricuri (Igarapé Fidêncio) – Rio Branco; bairros João Eduardo, Glória e Pista (Igarapé Ingá) – Rio Branco.

Assim, o PAC I está com uma média de 67% de evolução geral, enquanto o PAC II apresenta média próxima dos 37%. As dificuldades mais recorrentes se referem a discrepâncias de projeto, contingente imprevisto de desapropriações e indenizações, além de desinteresse das empresas nas obras de logística mais complexa.

A avaliação neste caso é de que outras obras com menor ambição, ainda que com a mesma envergadura financeira, também classificadas como PAC – como é o caso de urbanizações realizadas pela prefeitura de Rio Branco em cinco bairros periféricos da capital –, tiveram desenvolvimento e conclusão mais ágeis, e sem grandes contratempos. Isso demonstra que o problema de atraso nas obras das ZAP decorre, além do histórico de falta de projetos executivos, de uma decisão de mérito inquestionável: priorizar as áreas mais carentes, que, no caso de Rio Branco, se referem àquelas onde

houve invasões de áreas públicas e privadas nos leitos de igarapés e locais alagadiços.

O planejamento executivo de uma intervenção deste porte, com reasentamento de centenas ou até milhares de famílias, demandaria meses e até anos de estudo socioeconômico, urbanístico e ambiental para se chegar a um produto seguro, minimizando a margem de erros e aditivos.

No exemplo das obras da prefeitura, ocorreu que, como estas eram financiadas pelo BNDES (o qual exigia regularidade de domínio), os bairros selecionados foram os decorrentes de loteamentos inconclusos e, portanto, em melhores condições, inclusive acima da base da pirâmide social do município, apesar de carentes.

Assim, na avaliação da “produtividade” das obras do PAC, deve-se levar em conta a “ambição” da proposta, já que mudar radicalmente realidades miseráveis, transformando esgotos a céu aberto em ambientes urbanos centrais da comunidade, e regularizando invasões, é muito mais difícil do que apenas complementar a infraestrutura de bairros inconclusos, ainda que de baixa renda.

O erro está justamente na lógica administrativa brasileira, que considera a conceituação, o projeto e a construção de empreendimentos no universo de apenas um mandato, enquanto os projetos mais importantes, verdadeiramente revolucionários e com potencial para redirecionar a lógica social, são justamente aqueles que mereceriam anos, ou até um mandato inteiro, em alguns casos, apenas para o adequado planejamento.

Os estados e municípios estão esgotados financeiramente, sendo progressivamente penalizados no âmbito financeiro, razão pela qual a solução para agilizar o acesso aos investimentos do governo federal, incluindo o PAC, é a implantação de um amplo programa federal de financiamento de projetos básicos, que subsidiem a aprovação dos recursos pelos Ministérios, e não apenas os Executivos, que são posteriores.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COMO ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O esgotamento do modelo desenvolvimentista e o reconhecimento da inadequação do modelo de ocupação da Amazônia nas últimas décadas levou o governo do Acre a estabelecer o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como o instrumento capaz de nortear o planejamento e a execução de políticas públicas.

O ZEE teve como objetivo estabelecer diretrizes e nortear as ações de políticas públicas diferenciadas para ocupação e uso do território do estado, de forma participativa, e contribuir para o planejamento e reorientação das decisões e atuações do governo, do setor privado e da sociedade em geral, visando a prática do desenvolvimento regional sustentável.

O ZEE do Acre foi definido como um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, e de subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil, a partir de uma sólida base de conhecimentos sobre as características sociais, culturais, econômicas e as relações entre a sociedade e a natureza.

O Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre foi instituído através do Decreto nº 503, de 6 de abril de 1999, e estabeleceu uma Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (Cezee) envolvendo 34 instituições em oito Câmaras Técnicas, definindo a estrutura do ZEE, a discussão dos temas e a metodologia de trabalho a partir de reuniões institucionais.

A primeira fase de elaboração do ZEE foi realizada no período de 1999 a 2000 e compreendeu a elaboração de diagnóstico abrangendo a extensão total do estado do Acre, com a elaboração de produtos cartográficos básicos na escala de 1:1.000.000. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando diversos estudos já realizados no estado, o que possibilitou a sistematização de informações que se encontravam dispersas (algumas há mais de dez anos).

A segunda fase do ZEE, no período de 2003 a 2006, foi discutida com representantes do governo federal, estadual e municipal e da sociedade civil organizada para apresentação e aprovação da proposta, bem como para incorporar as sugestões de atores sociais das diferentes porções territoriais do estado.

A participação da sociedade foi um aspecto fundamental a ser considerado no processo de tomada de decisões sobre o uso do território, e as estratégias participativas foram fruto do conhecimento acumulado desde o ano 2000, quando o governo do Acre elaborou o ZEE Fase I, até a aprovação da Fase II.

A Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (Cezee), o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Cemact), o Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável (CDRFS) e o Conselho Estadual Florestal (CEF) tiveram papel decisivo como grupo de debate para construção de consensos e mediação de conflitos sobre o uso do território.

Em 2006, o ZEE foi aprovado em plenária deliberativa da reunião ordinária conjunta dos conselhos, na qual todos se sentiram contemplados. Após esta etapa, o Projeto de Lei foi aprovado pela maioria dos parlamentares da Assembleia Legislativa Estadual, e a lei do ZEE, nº 1.904/2007, foi sancionada em 5 de junho de 2007.

Na instância federal, o ZEE do Acre foi considerado de relevante interesse para a gestão do território, segundo parecer técnico da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente. Em 9 de novembro de 2007, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE), composta por nove Ministérios, considerou que o ZEE Acre atendia aos requisitos estabelecidos pelas Diretrizes Metodológicas da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, pela Comissão Nacional do Programa ZEE e pelo Consórcio ZEE Brasil.

No Conama, o ZEE Acre foi recomendado ao Poder Executivo federal para autorizar a redução, para fins de recomposição, da reserva legal dos imóveis situados na Zona I – Zona de Consolidação de Sistemas de Produção Sustentáveis, definida na Lei Estadual nº 1.904, de 5 de junho de 2007; ampliar a divulgação do Zoneamento Ecológico-Econômico para os 22 municípios do estado, deixan-

do no mínimo uma cópia na prefeitura local, na biblioteca pública, na Câmara de Vereadores e no órgão de extensão rural do estado, em meio digital e/ou impresso (Recomendação nº 7, de 28 de maio de 2008); e assinado o Decreto nº 6.469, de 30 de maio de 2008, pela Presidência da República.

O ZEE Fase I teve importante papel na tomada de decisões da política pública estadual. Os indicativos constantes nele propiciaram a regularização de algumas terras indígenas; a criação da Lei Estadual Florestal nº 1.426, de 27 de dezembro de 2001 – que instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (Seanp), integrando o Corredor Ecológico Oeste-Amazônico; criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual do Chandless; criação das Reservas Extrativistas do Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade; criação das Florestas Estaduais Mogno, Rio Gregório e Rio Liberdade; criação da Lei Estadual nº 1.500/2003, que estabelece a política de Recursos Hídricos, entre outras políticas implementadas.

Foi elaborado um documento técnico contendo três volumes: (i) Recursos Naturais e Meio Ambiente; (ii) Aspectos Socioeconômicos e Ocupação Territorial; (iii) Indicativos para a Gestão Territorial do Acre – impressos e em CD-ROM; 48 mapas temáticos; um resumo educativo intitulado *Guia para uso da terra acreana com sabedoria*; um vídeo institucional do ZEE; e o vídeo educativo *Mapas do Futuro*.

Um aspecto relevante da segunda fase do zoneamento foi sua abordagem geográfica, que considerou a nova definição da linha Cunha Gomes, na divisa com o estado do Amazonas, já executada pelo IBGE, agregando 1.228.936 ha ao território acreano – fato de grande importância para o desenvolvimento local e regional –, bem como a nova configuração dos limites municipais, definida na Assembleia Legislativa em 2003.

O ZEE na Fase II inovou ainda com o terceiro eixo: o cultural-político, de forma a incorporar as expectativas e subjetividade dos diferentes grupos sociais. Os estudos temáticos abrangeram desde a sociodiversidade que compõe as identidades da cultura acreana; análise dos níveis de gestão e seus instrumentos utilizados pelos municípios; unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e propriedades; organização política e institucional dos órgãos das esferas do governo federal, estadual e municipal, bem como das organizações sociais; até a incorporação das demandas sociais e sugestões para resolução de problemas que afligem o estado.

O ZEE Acre Fase II tornou-se um instrumento importante para a tomada de decisões no estado. Em 2006, as informações foram sistematizadas em um documento-síntese, elaborado a partir do cruzamento dos seguintes eixos temáticos: recursos naturais, socioeconômico e cultural político .

O documento-síntese do ZEE Fase II privilegiou o uso das informações à maioria dos leitores, permitindo aos gestores públicos e sociedade acreana o acesso a um conjunto de informações e orientações sistematizadas e atualizadas sobre o estado. Além disso, estudos específicos foram preparados por especialistas nos diversos temas e foram publicados, na íntegra, em uma série intitulada Coleção Temática do ZEE.

Além dos documentos técnicos, foi elaborado o *Guia do ZEE – resumo educativo*, que procura usar uma linguagem ainda mais acessível, tendo como público, principalmente, os estudantes universitários e secundaristas. Outros materiais educativos também estão sendo difundidos nas escolas por meio da Mochila do Educador Ambiental, projeto que une leitura e educação ambiental, que contempla os jogos ambientais do ZEE Acre.

A partir das orientações estratégicas da segunda Fase do ZEE Acre, foi definido como principal resultado do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico o Mapa de Subsídios à Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala 1:250.000, construído a partir do cruzamento dos eixos *recursos naturais, socioeconômico e cultural-político*, que contaram com um conjunto de estudos de diagnóstico e prognóstico, tendo um caráter de atualização e complementação da primeira fase do ZEE.

O Mapa de Gestão Territorial teve como principais finalidades explicitar diretrizes de gestão de áreas já destinadas formalmente, a exemplo de assentamentos rurais, propriedades rurais, unidades de conservação, terras indígenas e áreas urbanas, levando em conta suas características específicas; e fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre espaços territoriais ainda sem destinação específica, priorizando áreas em situação de maior risco em termos de conflitos sociais relacionados ao acesso a recursos naturais e problemas de degradação ambiental. Estabeleceu a Zona 1 – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis; Zona 2 – Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental; Zona 3 – Áreas prioritárias para o ordenamento territorial; e Zona 4 – Cidades Florestais.

A partir do ZEE, o governo do Acre estabeleceu a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, que integra diversas ações, programas e projetos, tendo como objetivo central o processo de inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território.

Essa política tem contribuído ainda para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a consequente redução de emissões de gases poluentes; o uso sustentável e adequado dos recursos naturais; a conservação da sociobiodiversidade; a conservação das águas e recursos hídricos; o monitoramento

dos eventos extremos e desastres naturais; bem como a geração de renda por meio da produção sustentável.

Desde 2007, o ZEE está vinculado ao Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Acre, além de servir de base a todos os programas do governo. Na atual gestão, o governo passou a integrar suas ações de inclusão social com as de produção sustentável, visando implementar efetivamente as políticas. Com esse foco e diretriz, o Acre vem consolidando suas estratégias políticas inovadoras rumo ao fortalecimento de uma *economia verde*, baseada no princípio da sustentabilidade, considerando o contexto global de mudanças climáticas e as estratégias de desenvolvimento regional.

Com base nas recomendações e estudos do ZEE, o governo do estado vem apoiando, desde 2006, a construção de processos de ordenamento territorial municipal com o emprego de uma metodologia flexível e participativa, que respeita as peculiaridades de cada região. Desse modo, são identificados os diferentes modos de uso da terra, as fragilidades, potencialidades e demandas sociais, possibilitando assim a projeção de cenários futuros para executar um modelo local de governança, visando uma gestão participativa e integrada do território municipal.

Atualmente, as ações de ordenamento territorial já foram concluídas em 12 dos 22 municípios do Acre, e os Planos Locais de Ordenamento (Plot) representam uma realidade para os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Sena Madureira, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Porto Acre, Santa Rosa do Purus, Jordão e Tarauacá. Para o restante dos municípios que ainda não possuem ações de ordenamento, o governo vem firmando convênios com instituições financeiras, objetivando atingir a meta para todo o território acreano.

O Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) é uma das estratégias que têm como finalidade o ordenamento territorial local de comunidades rurais, embasado no ZEE. A elaboração baseia-se num plano de ordenamento territorial que prioriza diversas localidades, em especial aquelas de maiores fragilidades ambientais e baixos capitais sociais. O processo de elaboração conta com um modelo de execução descentralizado, envolvendo diversas secretarias estaduais, gestores municipais e instituições civis sem fins lucrativos.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema) atua como principal responsável pela elaboração dos PDC, articulando as diversas secretarias e a sociedade civil organizada no processo de construção desses planos. A implementação é de responsabilidade da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof). A elaboração dos PDC permite que as famílias de baixa renda possam investir na promoção do uso da terra de forma

sustentável; na introdução de novas técnicas de cultivo e manejo; na redução do desmatamento; e na não utilização do fogo, a fim de garantir sobretudo a segurança alimentar das famílias, através do aumento da produtividade de base sustentável, propiciando também o aumento da comercialização de produtos agroflorestais.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO E QUEIMADAS

A política de valorização do ativo ambiental florestal decorreu da necessidade de fomentar o uso adequado dos recursos naturais e do território acreano com base em técnicas de produção, recuperação e regularização ambiental sustentável, e integra diversas ações, programas e projetos de governo com o objetivo de estabelecer um processo de inclusão social e econômica, bem como de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território.

A política de valorização do ativo ambiental florestal, estabelecida na Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007, do Zoneamento Ecológico-Econômico, propiciou dois programas: o Programa Estadual de Recuperação de Áreas Alteradas/Degradadas e o de Licenciamento da Propriedade e Posse Rural e Regularização do Passivo Ambiental, que se concretizaram.

As áreas prioritárias para implementação dessa política são as de influência direta das rodovias federais e estaduais, áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posse, médios e grandes pecuarista e áreas florestais de seringais.

O Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Acre, criado através da Lei nº 2.025, de 20 de outubro de 2008, é parte integrante da política de valorização do ativo ambiental florestal e tem a finalidade de fomentar o uso adequado dos recursos naturais e do território com base em alternativas sustentáveis de produção, recuperação e regularização ambiental.

O estado pretende, com esse programa, realizar a inclusão socioeconômica de unidades produtivas familiares com uso adequado dos recursos naturais; contribuir para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; e proporcionar o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como a geração de renda por meio da produção sustentável.

A Sema trabalha em conjunto com a Seaprof para realizar as adesões voluntárias no estado, principalmente na região da ZAP da BR-364, definida como uma das áreas de atenção especial para ordenamento territorial e pressão de expansão da frente pioneira de ocupação e, em consequência, passível de desmatamentos e queimadas.

A política de prevenção e combate aos desmatamentos e queimadas no Acre conta com a atuação de diversos órgãos do governo estadual, governo federal e prefeituras que atuam tanto na prevenção – a Sema, a Seaprof, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e a Embrapa-AC – como no controle – como o MPE-AC, o Imac, a Companhia Ambiental da Polícia Militar, o Ibama-AC e o Corpo de Bombeiros.

A época crítica de ocorrência de focos de incêndio e desmatamento ocorre entre os meses de julho a novembro, que compreende a época de seca da região. Através do sistema de monitoramento por satélite do Inpe, o mapeamento dos riscos é feito *on-line*. Diversas equipes são deslocadas para o campo na tentativa de impedir os focos de calor através da conscientização ou da aplicação de notificações e multas relativas à atividade de queima não autorizada. Outras medidas de monitoramento do desmatamento preveem sobrevoos de áreas críticas, barreiras de fiscalização e atendimento às denúncias.

Desde 2010, foi elaborado o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD), que prevê ações e metas dentro de quatro eixos de atuação nos seguintes níveis: de ordenamento territorial e fundiário; de cadeias produtivas agroflorestais e práticas sustentáveis; de monitoramento, controle e fiscalização; e de ações estruturantes. Eles têm, portanto, caráter prioritariamente preventivo, além de controlador.

Apesar de oneroso, o programa tem mostrado alguns resultados no que se refere à redução do desmatamento, como indica a tendência de queda da evolução do desmatamento e focos de calor entre os anos de 1988 a 2008.

SETOR FLORESTAL

Após mais de uma década de desenvolvimento de políticas públicas inovadoras voltadas à valorização dos recursos florestais, o Acre mostra um avanço diferenciado dos outros estados da Amazônia Legal quanto ao uso de suas florestas. Hoje, enquanto 80% da atividade madeireira na Amazônia ainda ocorre na ilegalidade, no Acre 96% do suprimento de matéria-prima florestal é oriundo de planos florestais de manejo sustentável (o restante vem de áreas de conversão e outras atividades). No final da década de 1990, cerca de 90% da matéria-prima florestal do estado era oriunda do desmatamento, e pouco mais de 5% vinha de planos de manejo.

O efetivo controle dos manejos florestais a partir de processos de licenciamento tem contribuído para combater a retirada de madeira ilegal e reduzir o impacto da extração de madeira sobre os ecossistemas explorados. A aplicação do método Modelflora reduz o impacto causado pela exploração do recurso madeireiro.

Em 2001, o Acre foi o primeiro estado da Amazônia Legal a ter uma Lei Florestal efetiva, que estabeleceu diretrizes para o uso sustentável de suas florestas, prevendo inclusive modalidades de gestão e exploração. Com ela, foram criados a Secretaria de Estado de Floresta (SEF), o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas, voltados exclusivamente à implantação da política florestal do estado e gestão estratégica de seus recursos florestais.

Para dar eficiência aos programas e projetos relacionados aos setores de suprimento, processamento e serviços florestais, em fevereiro de 2012 o governo do estado resolveu fundir a SEF com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia (Sedict), resultando na criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens).

Sob a responsabilidade da Sedens encontram-se quatro florestas públicas estaduais de produção (três no Complexo de Florestas do Rio Gregório mais a Floresta Estadual do Antimary), com a efetiva gestão de mais de 534 mil hectares. A Floresta Estadual do Antimary é a primeira e única do país certificada pelo *Forest Stewardship Council* (FSC), e também a primeira a realizar exploração florestal com benefícios diretos para as comunidades residentes.

Em 2004, a FSC certificou no Acre os quatro primeiros planos de manejo comunitários da Amazônia. Várias mudanças nas normas para certificação florestal comunitária no Brasil ocorreram devido às lições do modelo desenvolvido no estado. Destacam-se como os maiores detentores de áreas de manejo florestal comunitária os projetos de assentamento Porto Dias, São Luiz do Remanso, Riozinho Granada e Chico Mendes.

Em 2005 foi implantado em Rio Branco o Viveiro da Floresta, através do qual já foram produzidas e distribuídas mais de 4,5 milhões de mudas para prefeituras, associações e programas de fomento ao reflorestamento. Além disso, em junho de 2013 foi instalada uma biofábrica no Viveiro da Floresta para a micropropagação de mudas, com capacidade de produção de 1 milhão de mudas por ano de espécies vegetais. A adoção da tecnologia de produção por micropropagação (cultivo *in vitro*) aumentará a competitividade do reflorestamento e de outros cultivares, pois promove a obtenção de mudas geneticamente uniformes, a eliminação de doenças e a eficiência na programação da produção e expedição durante todo o ano.

O estado também desenvolve atualmente o Programa de Florestas Plantadas, dentro das diretrizes estabelecidas pela política de valorização do ativo ambiental florestal. O objetivo principal desse programa é promover o estabelecimento de florestas plantadas em áreas alteradas e degradadas, com vista à for-

mação de suprimento de caráter produtivo e estratégico, aumentando a competitividade das indústrias de base florestal do estado e gerando trabalho e renda.

Para potencializar a eficiência e valorizar o produto florestal acreano, várias iniciativas foram tomadas e permitiram o acesso a novas tecnologias e à matéria-prima legal para o setor industrial. Neste sentido, vários polos moveleiros foram e estão sendo implantados nos principais municípios. Trata-se de estruturas de referência para o setor moveleiro, oferecendo serviços especializados para o setor, como a manutenção de equipamentos, capacitação e *design*.

O Acre foi o estado que idealizou e implantou o conceito de Parceria Público-Privada e Comunitária (PPC), através da construção do Complexo Florestal Industrial de Xapuri (fábrica de pisos), gerido por um consórcio de empresas locais no qual os manejadores comunitários têm 15% de participação nos lucros líquidos.

Devido à consolidação de suas políticas florestais, da segurança institucional e estabilidade política, o Acre é hoje um dos maiores polos de atração de novos investimentos florestais da Amazônia. Como reflexo disso, recentemente foi implantado o Complexo Florestal Industrial do Juruá, em Cruzeiro do Sul, composto por investimentos públicos e privados da ordem de mais de R\$ 60 milhões nas áreas de movelaria e produção de compensados. A expansão dessas estruturas industriais está sendo feita em outros municípios com alto potencial florestal, como Tarauacá e Feijó.

SISTEMA ESTADUAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS (SEANP)

O Acre possui um território com 16.422.136 hectares, dos quais 7.774.440 ha, ou 47,3%, são compostos por unidades de conservação nas categorias de proteção integral e uso sustentável; e 14,55% de terras indígenas (2.390.112 ha) criadas para proteção e uso sustentável do bioma amazônico.

O Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre (Seanp-AC), concebido a partir dos estudos do ZEE através da Lei n 1.426, de 27 de dezembro de 2001, garante uma cobertura de mais da metade do território estadual de áreas protegidas.

O Seanp-AC é composto pelo conjunto de unidades de conservação estaduais, federais e municipais e compreende ainda as terras indígenas. Tem como política o objetivo de integrar a gestão das unidades de conservação, bem como de garantir a proteção de todos os tipos de fisionomias vegetais, ecossistemas e biodiversidade. Visa, ainda, garantir um meio de comunicação entre os diversos órgãos gestores, e o bom funcionamento deste mosaico de forma integrada, bem como a sua formação dentro da função de um corredor ecológico para a dispersão da fauna.

As comunidades indígenas estão representadas por 15 povos, distribuídos em três famílias linguísticas (Pano, Arawak e Arawa). São 17.070 indígenas vivendo em 197 aldeias, distribuídos em 36 terras, situadas em onze municípios do estado – destacam-se ainda três povos isolados.

As iniciativas de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas localizadas no Acre são oriundas das orientações apresentadas pelas comunidades indígenas no ZEE Fase I. Deste processo surgiu o etnozonoamento e os planos de gestão das terras indígenas, definidos como instrumentos de diagnóstico e planejamento dos povos indígenas para a gestão de seus territórios, sendo elaborados de forma participativa com o intuito de contribuir para a autonomia desses povos. Na elaboração, os trabalhos são conduzidos de forma a respeitar a diversidade cultural, as especificidades de cada povo, produzindo e sistematizando informações documentais, bibliográficas e empíricas consideradas relevantes pelos próprios indígenas.

Dessas ações resultam mapas temáticos e levantamentos do histórico dos povos e das formas de utilização dos recursos socioambientais, que demonstram detalhes dos recursos hídricos, da vegetação, da ocupação humana, da caça e pesca, do extrativismo e das invasões/ameaças; bem como a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental desses territórios.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTI) configura-se como importante ferramenta de gestão, que vem ajudando as comunidades a se organizarem nas ações de manejo e conservação de recursos naturais, e de vigilância e fiscalização dos limites, orientando relações com instituições governamentais e outros atores sociais do entorno, e também a inserção de políticas públicas nessas comunidades.

POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Dentro de uma nova política de valorização da identidade, memória e territorialidade dos povos da floresta, e consciente da necessidade da água para a manutenção da cobertura vegetal, o governo do Acre vem, desde o final dos anos 1990, construindo uma economia de base florestal robusta. Nessa concepção, a água tem caráter transversal e importante tanto do ponto de vista de sua ocorrência natural no meio físico do território acreano, como do ponto de vista socioambiental e político-cultural, através dos seus diversos usos, o que inclui múltiplos aspectos ligados às tradições que deram origem a seu povo.

A elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Plerh) teve como finalidade atender não somente a demanda da legislação brasileira, mas da própria população acreana, como também institucionalizar a política de ges-

tão dos recursos hídricos no estado. Para tanto, propôs-se a divisão do estado em seis unidades de gestão de recursos hídricos, consideradas recortes espaciais de referência para o estabelecimento dos objetivos estratégicos de gestão de recursos hídricos correspondentes às bacias hidrográficas dos principais rios do Acre. São elas as porções estaduais das bacias hidrográficas dos rios Juruá, Tarauacá, Envira-Juruparí, Purus, Acre-Iquiri e Abunã.

De forma pioneira na região Amazônica, o Plerh, construído de forma participativa, congrega em seu plano de ação o fomento à formação de organismos de bacias hidrográficas; a modernização e ampliação da rede hidrometeorológica para monitoramento de eventos hidrológicos críticos; o estabelecimento da rede de monitoramento da qualidade da água; o apoio à gestão municipal de bacias hidrográficas; a formação e capacitação em recursos hídricos; e o estabelecimento do programa de conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares na Bacia do Rio Acre e Iquiri, entre outros projetos e programas.

As diretrizes propostas no Plerh visam orientar a implantação do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos do Acre (Segrh) dentro de uma visão sustentável de desenvolvimento, que garanta a integração interinstitucional e a participação efetiva dos usuários, sociedade civil e governo, conciliando conservação ambiental, crescimento econômico e equidade social.

O diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos do Acre elaborado para o Plerh apontou um passivo da ordem de 5,54 km² nas Áreas de Preservação Permanente (APP), 61 mil hectares na Bacia Hidrográfica do Rio Acre, afetando sobremaneira o equilíbrio do ciclo hidrológico nesta região.

Diante desse quadro, o governo do Acre instituiu, em 22 de março de 2012, através do Decreto nº 1.443, um grupo de trabalho multidisciplinar composto por instituições públicas (municipais, estaduais e federais), sociedade civil e usuários de águas da bacia para elaborar o Programa de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares da Bacia do Rio Acre, objetivando reverter os processos de degradação nas APP (nascentes e matas ciliares) por meio da valorização de iniciativas individuais e coletivas de salvaguarda das florestas, da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos valores culturais das populações tradicionais.

O programa faz parte da Diretriz IV – Desenvolvimento de Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas, Programa 1 – Revitalização de Bacias Hidrográficas (Conservação e Restauração de Áreas de Preservação Permanente), do Plano de Ação do (Plerh), contribuindo para conservar a terra e a água por meio da restauração florestal da calha do rio Acre e das sub-bacias hidrográficas em estágio crítico de degradação em relação à supressão das áreas de preservação permanente, garantindo em médio e longo prazo o acesso à água

em quantidade e qualidade necessárias à manutenção da vida humana e à conservação da biota, e o reequilíbrio de ecossistemas.

O programa é coordenado pela Sema e tem como principais parceiros Imac, Sedens e Seaprof. Conta ainda com a parceria das prefeituras dos municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guimar, Rio Branco e Porto Acre, que compartilham a bacia hidrográfica do Rio Acre. Tem como público principal produtores rurais, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, alunos, professores e comunidade em geral, localizados nas áreas rurais e urbanas abrangidas pelo programa.

O programa é composto por quatro componentes: educação ambiental, formação e comunicação; implantação, manutenção e monitoramento dos projetos de recuperação de APP; apoio à conservação ambiental (pagamento por serviços ambientais relacionados aos recursos hídricos); e gestão do programa. Os componentes se articulam entre si e com o objetivo geral do programa, com vista à implementação de suas metas e à transversalidade da educação ambiental, garantindo a sustentabilidade das ações de conservação e recuperação.

Tem como objetivos específicos possibilitar a remuneração dos produtores rurais pelos serviços ambientais proporcionados através da conservação e recuperação dos ambientes naturais, especialmente os relacionados à água e aos recursos hídricos; apoiar a conservação da biodiversidade, por meio da formação de corredores ecológicos a partir da recuperação da vegetação ciliar; evitar o assoreamento dos corpos hídricos; proteger as nascentes de fatores impactantes (erosão, pisoteio de gado), proporcionando a melhoria da qualidade e quantidade de água; reduzir gradativamente os custos com o tratamento de água para o abastecimento público; capacitar a família rural e as lideranças das sub-bacias em temas relacionados aos recursos hídricos, a fim de atuarem como agentes mobilizadores e fomentadores de ações que visem reduzir o passivo florestal nas sub-bacias prioritárias; promover a inserção da rede pública de ensino, localizada na área de abrangência, nas atividades do programa; desenvolver campanhas de valoração das boas práticas de recuperação de matas ciliares no rio Acre e sub-bacias prioritárias; buscar apoio de empresários locais, organizações, federações, universidades, para atuarem como “patrocinadores” na adoção de Áreas de Preservação Permanente na abrangência do programa.

SERVIÇOS AMBIENTAIS

A Lei do Sistema Estadual de Incentivos e Serviços Ambientais (Sisa), aprovada no fim de 2010, iniciou sua implementação em 2011. Entre 2011 e

2013, foram estabelecidas as seguintes instâncias: Instituto de Mudanças Climáticas e de Regulação de Serviços Ambientais (IMC), responsável por garantir a integridade legal, técnica e científica do sistema; Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva), composta por representantes de governo (Sema, PGE, Embrapa e IMC) e da sociedade civil (GTA, Assimmanejo, CUT e WWF) para garantir a transparência e participação no desenho e implementação do Sisa; Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA), em forma de uma sociedade anônima público-privada, responsável por desenvolver estratégias de captação de fundos e atrair investimentos para os programas, subprogramas, projetos e planos de ação; Comitê Científico, composto por reconhecidos expertos das diferentes áreas da ciência que ajudam na assessoria técnica necessária à implementação do Sisa; além das instâncias anteriormente citadas, embora não criado por lei e considerando que, dentre os membros da Ceva, não há uma representação dos povos indígenas, foi estabelecido através de Resolução da Ceva o Grupo de Trabalho Indígena (GTI) para assessorar a Comissão em questões relacionadas aos povos indígenas no âmbito do Sisa. Está composto por 12 associações indígenas, Comissão Pró-Índio, Aaei, e é acompanhado pela Funai.

O Sisa faz, portanto, a promoção, o controle e a gestão de iniciativas locais, ajudando a contabilizar os esforços em nível estadual para a redução das emissões por desmatamento e degradação ambiental, bem como de outros ativos ambientais provenientes de atividades de incentivos a serviços ambientais.

Para que a redução das emissões possam realmente mitigar as mudanças climáticas, sem que isso comprometa a qualidade de vida das populações, tem de estar aliada ao estabelecimento de um novo modelo econômico pautado no uso sustentável e eficiente do território e dos recursos naturais, promovendo assim a conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Esse modelo deve incorporar inovações tecnológicas que promovam a intensificação da produção em áreas já desmatadas e a incorporação de atividades produtivas florestais, que, por sua vez, demandam a criação de novas cadeias produtivas e mercados diferenciados para esses produtos. Faz-se necessário ainda que essas novas cadeias produtivas gerem emprego, renda e acesso à educação, saúde e demais serviços básicos para a melhoria da qualidade de vida das populações que aqui vivem.

Um dos resultados deste pequeno período de implementação foi o reconhecimento internacional do Sisa pelo banco alemão KfW, que assinou um acordo de contribuição financeira com o estado do Acre de mais de R\$ 50 milhões, através de seu programa REDD+ Early Movers, tendo como base reduções de emissões já obtidas no território acreano.

Desde a criação do Sisa pela Lei nº 2.308/2010, foi grande o avanço na implantação deste sistema. A formatação do Comitê Científico e da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, que são respectivamente instâncias de balizamento científico e controle social, representa a seriedade técnica e o respeito aos valores humanos com que o estado acreano vem tratando este tema.

Através da implementação de todos esses instrumentos, o Programa ISA Carbono tem conseguido atrair investidores e doadores que desejam apoiar a iniciativa, dado o arcabouço legal e institucional estabelecido pelo Sisa, que cria uma esfera de confiança e transparência. Assim foi conquistado o acordo que estabelece o primeiro fluxo financeiro para o programa com o governo alemão. Esta cooperação financeira é referente à venda de 4 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCE) para a KfW, no formato não compensatório, no valor total de 16 milhões de euros. Esse recurso será dividido em parcelas anuais num período de quatro anos, correspondendo 30% para custos de implementação e manutenção do sistema e 70% para beneficiários do Sisa, com o objetivo de recuperar áreas alteradas, intensificação de atividades produtivas, consolidação de cadeias produtivas e valorização florestal.

Existem várias atividades em curso, mas entre elas destacam-se: a formulação e implementação do Subprograma Reflorestamento, com potencial de gerar 3 milhões de toneladas de reduções certificadas por ano durante uma década; a formulação e implementação do Subprograma Florestas Públicas, com potencial de gerar 500 mil toneladas de carbono por ano durante duas décadas e a possibilidade de compra direta de reduções certificadas por investidores.

Perante o desafio de estruturar uma nova economia, a Lei do Sisa, com o objetivo de promover serviços ambientais, estabelece uma diversidade de mecanismos financeiros para a implementação do sistema, incluindo os tradicionais mecanismos de compensação financeira e os instrumentos mais recentes e inovadores de mercado. Criam-se, desta forma, mecanismos alternativos de captação de recursos para implementar os esforços estaduais de estruturação desse novo modelo econômico, em curto, médio e longo prazo, no meio rural.

Todos esses mecanismos de desenvolvimento de uma nova economia estão sendo planejados, organizados, negociados e executados pelo governo do estado do Acre com vista a sua implementação.

Em resumo, a construção de uma nova economia, de elevada produtividade e escala, por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas – dos produtos e serviços florestais, do milho, do café, da farinha, da avicultura, da suinocultura, da piscicultura, da ovinocultura, entre outras –, com foco

na industrialização e, por consequência, forte agregação de valor à produção primária, sintetiza a estratégia de criação de emprego, ocupações produtivas e renda, tendo em vista a melhoria das condições e qualidade de vida da população.

POLÍTICA

Falar da experiência do PT nos governos do Acre é dialogar com a trajetória de um movimento de resistência que ganhou notoriedade no mundo inteiro, pois foi o sonho daqueles lutadores que instigou uma geração de homens e mulheres de esquerda a participar também da luta por vias institucionais. Trata-se da experiência mais longa do PT e da esquerda em todo o país: quatro mandatos consecutivos, com todos os ingredientes que uma ousadia dessa magnitude requer.

Neste capítulo, além da experiência em si dos governos democráticos e populares, abordaremos com brevidade a trajetória histórica do partido, anterior à atuação no governo, e a que convencionamos dizer que é nosso projeto materializado nos programas concebidos e executados em cada governo; em grande medida enlaçando o que fora sonhado pelos movimentos e tornado realidade pelos mandatos, nessa instigante contradição entre o céu ilimitado da utopia e o teto visível sob a égide do imperativo do possível dos limites do estado.

GOVERNO JORGE VIANA (1999-2002): INÍCIO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RETOMADA DO ESTADO DE DIREITO E DA AUTOESTIMA DO POVO ACREANO

O primeiro governo do PT no Acre ocorreu com a vitória de Jorge Viana em 1998. Tal feito não se deu por acaso. O PT já havia administrado a capital Rio Branco, também com Jorge Viana, tendo sido eleito um dos prefeitos mais bem avaliados no país. Em que pese a experiência adquirida, os desafios e a

complexidade do governo estadual eram infinitamente maiores, ensejando um conjunto de novos obstáculos cujas soluções requeriam ousadia e inventividade. Consagrar o estado de direito, com suas regras e normas características, ante os vícios de um estado que parecia ter dono, foi apenas o cartão de vistas.

As medidas iniciais adotadas pelo governador e sua equipe, na sua maioria duras e antipáticas, serão mais bem compreendidas se lançarmos um olhar para o retrovisor da história do Acre e do PT. A década de 1970 foi marcada pela reconfiguração de sua estrutura fundiária. Ao longo de quase um século, o território do Acre estivera dividido em seringais, grandes porções de terra, sem tamanho padrão, com o propósito econômico de explorar duas árvores: a seringueira, principalmente, e a castanheira (já que esta não se encontra em todo o solo acreano).

O produto principal era a borracha, cuja matéria-prima, o látex, era extraída da seringueira; a força de trabalho era o seringueiro; e o dono de tudo (terra, matéria-prima, mão de obra, produto e lucro) era o seringalista, proprietário capitalista também chamado de patrão. O sistema que regia toda essa dinâmica era chamado de aviamento. O patrão era o provedor de tudo que o seringueiro precisava: utensílios, alimentação, vestimenta, arma etc. O seringueiro, por sua vez, era obrigado a vender a borracha e comprar as mercadorias no barracão (entreposto comercial onde tudo acontecia) pelo valor imposto pelo patrão.

Em resumo, o seringueiro, desde sua chegada (em geral do Nordeste), era um ser endividado, impedido de retornar à sua terra natal antes de saldar a dívida com o patrão. Este, por seu turno, vendia toda a borracha produzida para as grandes casas aviadoras no Pará, e com a repetição desse ciclo tornava-se invariavelmente cada vez mais rico.

Houve dois grandes ciclos da borracha: o primeiro, no início do século XX; e durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses se apropriaram dos seringais da Malásia. Com o fim da guerra, os seringais nativos voltaram à estagnação econômica.

Em 1970, o governo Wanderley Dantas estimulou a substituição do modelo baseado no seringal pela pecuária extensiva.

Com o preço dos seringais nativos baixíssimo, fazendeiros de vários lugares do país decidiram comprar terras no Acre – em geral com a condição de que não tivesse gente morando nelas. Foi diante desta equação insolúvel que brotaram os movimentos de resistência. Três foram as atitudes verificadas de seringueiros diante do fenômeno em tela, a saber: a grande maioria foi expulsa de suas terras e veio, com suas famílias, povoar a periferia de Rio Branco; outra leva considerável foi habitar os seringais bolivianos, na fronteira; e um número

pequeno decidiu por conta e risco não se render. Estes últimos ajudaram a construir o Partido dos Trabalhadores do Acre.

As escolhas iniciais realizadas no primeiro mandato do PT no Acre foram fruto de um legado marcado pela hostilidade e o desleixo com a coisa pública. Numa realidade assim, precede a execução do programa de governo a reconstituição do estado de direito e da própria autoestima do povo acreano, abalada por sucessivos escândalos de repercussão nacional. Assim foi feito. Os servidores da administração direta estavam com três meses de salários atrasados, os das empresas estatais sete meses, os fornecedores não confiavam no governo. A estrutura física de todos os prédios do poder executivo era precária, incluindo o próprio Palácio Rio Branco (sede do governo): telefones cortados, não havia computadores e, o que é mais grave, havia um manto de impunidade, cuja vertente iniciava no Executivo e permeava outros poderes.

O primeiro passo foi restaurar a confiança dos servidores públicos, pagando o salário dentro do mês trabalhado e negociando o passivo. Vale assinalar que, nos 176 meses até aqui, esse compromisso tem sido honrado. Paralelo a isso, uma força-tarefa foi montada para recuperar os espaços públicos e tornar dignos os ambientes de trabalho, escolas, hospitais. Assim, toda a rede de prédios públicos foi paulatinamente adquirindo uma feição moderna e asséptica. Essas medidas iniciais, com larga divulgação na mídia local, dotou o governo de uma visível credibilidade.

Diante do desgoverno que havia, grassavam os privilégios, exigindo do governo petista medidas firmes e moralizadoras. Servidores fantasmas deixaram de receber; fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviço em geral tiveram que comprovar suas ações como condição para acessar o pagamento. Inúmeros credores ingressaram com mandatos judiciais ante a negativa do governo de lhes pagar, em razão dos contratos viciados que eram fruto de licitações e processos comprovadamente fraudulentos. Com isso, crescia o moral e a credibilidade do governo, de um lado, e os inimigos de outro, criando um ambiente marcado pelo tensionamento.

Foi nesse contexto que ocorreu o combate ao crime organizado. A face pública do que foi fartamente divulgado pela imprensa emoldurou um grupo perverso, cuja marca identitária era a violência. Adicione-se uma aguda inserção no aparelho burocrático do estado, promovendo uma corrupção endêmica. A disputa com o crime organizado foi, certamente, um dos maiores desafios dos governos do PT no Acre. A prisão de Hildebrando Pascoal e seus comparsas é uma das páginas mais importantes na recente história do estado, e representa um marco na retomada do estado de direito e do fortalecimento e recuperação da respeitabilidade de instituições como o Tribunal de Justiça e

o Ministério Público. Contudo, há de se asseverar que, sem a vontade política do PT e de todas as forças políticas e sociais que chegaram ao poder nas eleições de 1998, certamente esse momento não teria se efetivado.

Com o estado funcionando e as instituições fortalecidas, foi possível, já no primeiro mandato, colher frutos em várias políticas públicas: na educação, em todos os aspectos, com implementação da gestão democrática, início das políticas de educação profissional, criação de programas de combate ao analfabetismo, como o Alfa 100; na área social, foram criados programas de transferência de renda, como o Adjunto da Solidariedade; na saúde, a ampliação da rede e do atendimento; na segurança, o reaparelhamento das polícias; na área de esporte e cultura, a implementação da Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte; na economia, foram criadas as bases para a implementação de uma economia sustentável, com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), a criação de uma política produtiva baseada sobretudo na economia florestal, a criação de subsídios a produtores extrativistas, antes relegados a segundo plano pelas políticas públicas; na área de infraestrutura, a realização de obras como o Parque da Maternidade, inaugurado com uma nova concepção arquitetônica. A pavimentação da BR-364 foi iniciada ainda nesse mandato.

O resultado político desse primeiro mandato foi a reeleição incontestável do governador Jorge Viana, com 62% dos votos – após uma tentativa frustrada de um verdadeiro golpe comandado pelo TRE local, que cassou sua candidatura à reeleição, decisão esta reformada à unanimidade pelo TSE. Reelegemos a senadora Marina Silva (à época, membro do PT) e o até então desconhecido Geraldinho Mesquita (PSB), conformando uma das maiores vitórias da Frente Popular do Acre. O povo acreano confirmava sua intenção de respirar novos ares na política local.

GOVERNO JORGE VIANA (2003-2006): A COLHEITA DOS FRUTOS

O segundo mandato foi marcado pela ideia de reinvenção do governo, ou seja, a necessidade clara de aprofundamento das mudanças iniciadas no mandato anterior.

Todos os grandes programas e ações iniciados no primeiro mandato foram aprofundados e amplificados. Grandes obras de infraestrutura foram realizadas, como a terceira ponte, em Rio Branco; a ponte Brasil-Bolívia, em Brasileia; a ponte Brasil-Peru, em Assis Brasil; a pavimentação definitiva de rodovias estaduais e da BR-317.

Uma das grandes inovações do segundo mandato foi a criação das secretarias de políticas específicas, uma das marcas dos governos petistas. Foram criadas as Secretarias da Mulher, da Juventude e dos Povos Indígenas.

Uma grande novidade desse período foi a intensificação das parcerias com o governo federal, a partir da chegada de Lula à presidência. Parafraseando o companheiro presidente, “nunca antes na história desse país” o Acre foi visto com tanto carinho por um mandatário.

Findo o segundo mandato, o grande desafio político era quebrar um tabu: o PT e a esquerda nunca haviam conseguido governar um estado por mais de dois mandatos consecutivos. Além disso, no Acre, o PT nunca vencera eleições para cargos no Executivo de grande relevância, como a prefeitura de Rio Branco e o governo estadual, com outro nome que não o de Jorge Viana. É importante lembrar que, em 1996, dez anos antes, o próprio Jorge Viana não teve sucesso ao tentar eleger seu sucessor.

O nome escolhido pelo PT para a sucessão estadual foi o do vice-governador e secretário de Educação Binho Marques. Sem experiência em disputas eleitorais, caberia à alta popularidade de Jorge Viana, à força do PT e da Frente Popular e ao sucesso do nosso governo levantar a candidatura de Marques, cuja cotação era quase nula nas primeiras pesquisas eleitorais. O resultado das eleições confirmou a credibilidade do projeto de desenvolvimento sustentável iniciado em 1999: Binho Marques foi eleito com 53% dos votos, em uma eleição que teve na presença forte da militância a sua maior marca. Nessa eleição, Tião Viana (PT) foi reeleito para exercer seu segundo mandato como senador.

GOVERNO BINHO (2007-2010): OITO ANOS EM QUATRO E MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS DO ACRE

O governo Binho se iniciou com um grande desafio para o aprofundamento do programa de desenvolvimento sustentável: a melhoria dos indicadores sociais do Acre a fim de torná-lo o estado com a melhor posição da Amazônia. O eixo central seria a radicalização na dimensão social da sustentabilidade, contando, para isso, com o empoderamento das comunidades.

Nos primeiros meses de governo, um amplo e detalhado planejamento estratégico foi construído visando a realização de um governo de oito anos em quatro; de fato, com o forte apoio do governo Lula, os investimentos nos quatro anos de gestão de Binho superaram os oito anos de Jorge Viana. É importante ressaltar que o governo Lula investiu dez vezes mais no Acre que o governo FHC.

Para dar conta dos desafios de melhoria dos indicadores sociais, o governo Binho valeu-se de duas estratégias básicas: o Pró-Acre, um programa em parceria com prefeituras visando fortalecer e viabilizar as políticas de educação, saúde e produção nas comunidades mais isoladas do estado; e as Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP), zonas territoriais com baixíssimos indica-

dores sociais para as quais se focou um conjunto de políticas sociais visando elevar as condições de vida dessas populações.

No plano da economia, foram criadas as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED), áreas prioritárias para investimentos produtivos sustentáveis, como na região do Alto Acre. O governo criou as bases legais para a implementação da política de acesso de recursos oriundos dos mecanismos internacionais de créditos de carbono (RED).

Na área de infraestrutura, Binho, que se elegeu prometendo um governo de muitas pequenas obras, realizou, com apoio do presidente Lula, a execução de todas as pontes ao longo da BR-364; conjuntos habitacionais; a quarta ponte de Rio Branco; novas escolas; unidades de saúde; asfaltamento de ramais; dentre outras de grande relevância social.

O governo Binho gozou, ao longo de quatro anos, de um ambiente de quase absoluta estabilidade política, com uma oposição beirando o estado de inanição.

Findo mais um ciclo, o referendo popular de nosso governo mais uma vez se apresentou. Binho já havia anunciado, ainda no início de seu mandato, que não seria candidato à reeleição. O nome referendado pelo PT e partidos da Frente Popular para as eleições de 2010 foi então o do senador Tião Viana. Todas as análises e as condições políticas prediziam uma vitória fácil; contudo, não foi o que aconteceu na eleição. Vencemos no primeiro turno por uma diferença apertada. Elegemos Jorge Viana para o Senado, mas não conseguimos eleger o segundo senador, Edvaldo Magalhães (PCdoB). Um paradoxo estava colocado: como um projeto político cujo governo que fez tanto, que teve os maiores investimentos e uma alta popularidade (80% de ótimo/bom), com os melhores candidatos de sua história, obteve resultados tão pífios? Algo precisaria ser reavaliado.

GOVERNO TIÃO VIANA: O REENCONTRO COM O POVO

Tião Viana assume o governo em 2011 em meio às turbulências da eleição de 2010, cujo resultado fortaleceu e motivou sensivelmente a oposição, apontando para a necessidade de reavaliação do projeto em curso há doze anos, seu aprofundamento em outros planos – sobretudo no econômico – e para a necessidade de uma reaproximação com sua base popular, assumindo, para isso, a liderança política e uma presença forte tanto do governo quanto do governador na condução da política e da gestão.

Ao contrário do que imaginava a oposição, que dava como falido o nosso projeto de desenvolvimento, o governador Tião Viana tratou de surpreender, e isso se deu em duas dimensões: fortes ações e presença junto às massas populares e um grande programa de aceleração do crescimento econômico no estado.

Ao longo dos últimos três anos, novos programas – como Ruas do Povo, Cidade do Povo, Pequenos Negócios –, o fortalecimento da indústria e da economia rural, a regularização fundiária e a abertura definitiva da BR-364 têm dado conta do desafio de reaproximação do governo com o povo, fato que tem gerado elevados índices de popularidade ao governador.

É importante ressaltar que, ao contrário do período anterior, o atual tem se caracterizado pela turbulência. No plano da economia e do orçamento público, o atual governo, assim como a quase totalidade dos governos estaduais, tem sido fortemente atingido pelas crises mundiais e as perdas de repasses federais. Na política, o fortalecimento da oposição no processo de 2010 gerou uma ação contínua de tensionamento permanente contra o PT, o governo e o governador. Tal tensão teve seu ápice recentemente com a utilização de setores do Poder Judiciário e da Polícia Federal locais para tentar envolver o governo e o governador em um suposto esquema de cartel denominado G7. Contudo, mesmo diante de tais adversidades, a popularidade de Tião Viana tem se mantido alta; e, mesmo com o desgaste natural do fator tempo – pleiteamos um quinto mandato –, temos favoritismo para vencer as eleições de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início deste capítulo, a avaliação política dos quinze anos de governo da Frente Popular no Acre passa, necessariamente, mais do que pelas grandes realizações até agora conseguidas, pelo modo como tudo o que se construiu situa-se dentro das dimensões de nosso projeto de sustentabilidade: econômica, social, política, ecológica e cultural.

No plano econômico, conquistamos, nesses 15 anos, uma economia que cresce em níveis maiores que os nacionais, com um potencial infinitamente superior, uma ampliação sensível dos investimentos produtivos e do orçamento público, e menor dependência dos repasses constitucionais. O melhor é que um novo tipo de economia está sendo gestado no Acre: planejada, diversificada, com base no ZEE e com baixo impacto ambiental, adequada aos novos parâmetros do século XXI.

No plano social, todos os indicadores sociais do Acre melhoraram, conforme atestam os dados recentes do Pnud, referentes ao IDHM, da última década.

No plano político, as vitórias sucessivas do PT nas eleições criaram as bases para uma nova visão do estado: mais democrático, mais transparente, mais eficiente e voltado, sobretudo, àqueles que historicamente estiveram alijados das políticas públicas – a histórica inversão de prioridades do modo petista de governar. Há de se ressaltar que essa presença em governos, embora tenha provocado uma transposição de quadros do movimento social para a

esfera governamental, não tirou do PT a hegemonia no movimento sindical e demais movimentos sociais no Acre, em uma relação de autonomia, respeito e ganhos mútuos.

No plano cultural, o Acre hoje respeita mais sua cultura e suas raízes. Sua história foi valorizada. Nossa identidade com a floresta amazônica também. Índios, seringueiros, ribeirinhos não são mais seres invisíveis e explorados; ao contrário, estão no centro do processo político e da construção do futuro do estado.

No plano ecológico, o Acre desponta como um estado modelo, com forte base normativa, políticas sustentáveis, 88% de seu território coberto de florestas, em torno de 50% de áreas protegidas e os mais baixos índices de desmatamento da região Norte. O Acre mostra ao mundo que é possível crescer, distribuir renda e, ao mesmo tempo, inibir o desmatamento.

Incontestavelmente, a experiência de governos do PT no Acre é um dos grandes exemplos para contribuir ao modo petista de governar, sobretudo por ser uma experiência que dialoga diretamente com o futuro das políticas públicas no mundo: a sustentabilidade. O PT referendou, em seu 3º Congresso, que “o socialismo petista ou será sustentável ou não será socialismo”; eis que a ousadia, a visão e a grande capacidade de se autorreinventar deste pequeno estado tem muito a contribuir com a construção do socialismo que queremos e por que lutamos.

CONCLUSÃO

UM NOVO CONTEXTO

Superado o debate sobre o modelo de desenvolvimento e consagrado o consenso do desenvolvimento sustentável como a estratégia do Acre para criar riqueza, justiça social, conservação dos recursos naturais e proteção ambiental com fortalecimento da cultura e da identidade das populações locais, apresentam-se perspectivas e oportunidades de transformação da velha sociedade, baseada na desigualdade, numa sociedade nova, que reparta os benefícios do desenvolvimento para todos com equidade.

O Acre experimentará um largo salto de desenvolvimento econômico, com o aumento da produtividade e da produção; a diversificação no uso dos recursos e na oferta de produtos; e a integração física, econômica, cultural e política no seu território; além da integração imediata com os mercados andinos e, posteriormente, com os asiáticos.

A grande oportunidade está no desenvolvimento de cadeias produtivas e na industrialização.

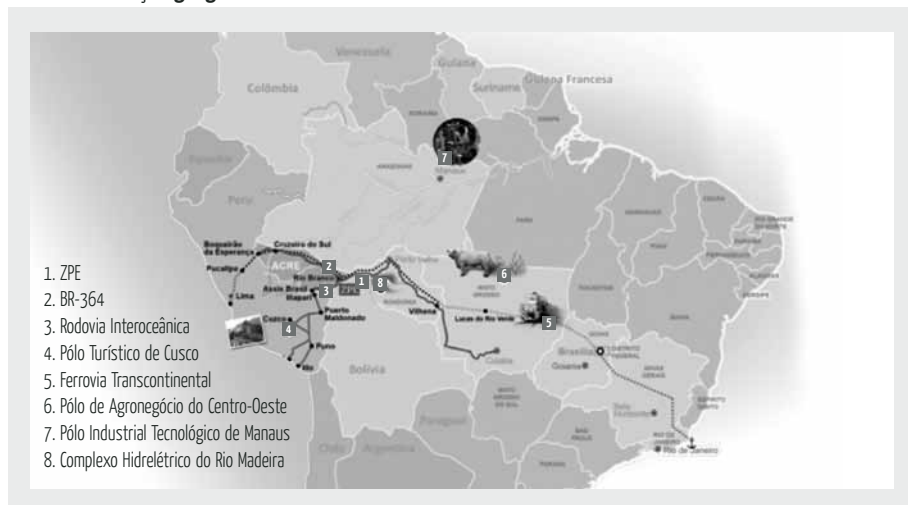
Cadeias produtivas de grande potencial econômico e socialmente distributivas – como de castanha, madeira de manejo sustentável comunitário, serviços ambientais, piscicultura, milho, café, farinha, avicultura, entre outras, com agregação de valor pela industrialização – garantirão esses resultados.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Na nova geografia econômica da Amazônia, o Acre possui uma posição

Figura 4

Acre – Localização geográfica do estado



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

estratégica diferenciada, pois está localizado no centro da América do Sul (figura 73) e próximo aos principais polos de desenvolvimento da região, como: Industrial e Tecnológico de Manaus (faturamento de US\$ 35,1 bilhões em 2010); Agronegócio do Centro-Oeste (33% do PIB brasileiro do setor); Turístico de Cuzco, no Peru (visitação de 700 mil turistas ao ano); Petrolífero da Venezuela (reservas de 300 milhões de barris); Complexo Hidrelétrico do rio Madeira (potencial energético de 6.450 MW).

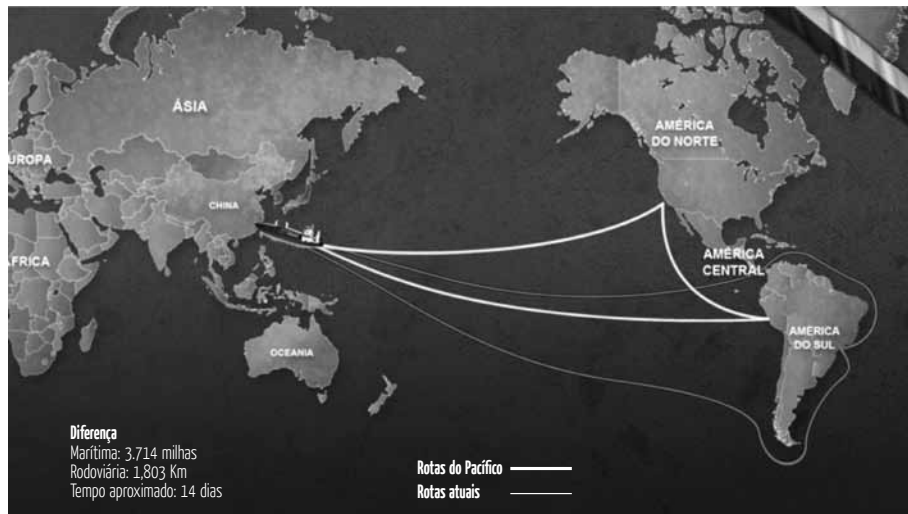
No entorno do Acre (Peru, Bolívia, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia), estima-se um PIB superior a US\$ 200 bilhões e um mercado consumidor de quase 50 milhões de pessoas.

Cabe destacar as vantagens comparativas da logística e da infraestrutura instalada no estado que facilitam o acesso e possibilitam a realização de negócios com os mercados andinos e asiáticos, por meio da implantação e consolidação dos eixos de integração econômica sul-americana: rodovia da Integração (BR-364); rodovia do Pacífico (BR-317); prolongamento da Ferrovia Transcontinental (EF-354) no trecho Vilhena (RO) a Boqueirão da Esperança (AC), em estudos de viabilidade.

Outro importante instrumento de integração econômica é a consolidação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE), pois, com a conclusão da Rodovia do Pacífico, o Acre estreita seus laços comerciais com os países

Figura5

Acre – Rotas do Pacífico e rotas atuais



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

vizinhos (Bolívia e Peru) e tem acesso aos portos do Pacífico como saída para as exportações destinadas à Ásia e parte dos EUA (figura 74).

A ZPE possibilita explorar comercialmente o potencial da riqueza e a localização geográfica do Acre, considerando que as exportações estaduais são tímidas diante do potencial apresentado.

Ademais, ela terá sólidas conexões com o resto da economia do Acre, especialmente com os setores florestal e agropecuário localizados nas Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED), exercendo um poderoso efeito multiplicador na geração interna de emprego e renda.

SOBRE O AUTOR

JOSÉ FERNANDES DO RÊGO é engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Especializou-se em planejamento e execução de programas regionais de desenvolvimento rural integrado, pelo Centro de Estudos de Colonização Rural e Urbana do Rejovot, em Israel. É secretário de estado de Articulação Institucional desde 2011. Foi secretário municipal de governo no município de Rio Branco (2005-2010), secretário de produção do estado do Acre (1999-2002), pró-reitor de administração da Universidade Federal do Acre (1989-1991), vice-governador do Acre (1979-1983), secretário de estado do Fomento Economico (1975-1978), secretário de Indústria e Comércio (1970-1971), coordenador técnico da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio (1968-1970).

O livro *Acre 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Este estudo sobre a situação socioeconômica, ambiental e política do Acre aborda a demografia, economia, infraestrutura, serviços sociais básicos, desenvolvimento social, sustentabilidade, além de outras políticas públicas.

Faz a análise da situação atual do estado, tendo como referência os principais indicadores econômicos, sociais e ambientais, a experiência e o legado dos 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em aliança com as forças políticas, alinhadas com o projeto de desenvolvimento sustentável do estado.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-246-3



9 788576 432463